

**UM ESTUDO SOBRE TRANSFORMAÇÕES (RE) PRODUTIVAS EM MEIO À  
DISPUTAS PELO CONTROLE DO TERRITÓRIO. O CASO DA COMUNIDADE  
RURAL NEGRA DO CARUMBI, CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ).**

**EVELYN REBOUÇAS DE GOUVÊA**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE**

**DARCY RIBEIRO - UENF**

**CAMPO DOS GOYTACAZES - RJ**

**MAIO 2016**

**UM ESTUDO SOBRE TRANSFORMAÇÕES (RE) PRODUTIVAS EM MEIO À  
DISPUTAS PELO CONTROLE DO TERRITÓRIO. O CASO DA COMUNIDADE  
RURAL NEGRA DO CARUMBI, CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ).**

**EVELYN REBOUÇAS DE GOUVÊA**

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

**Orientador: Prof. Dr. Marcos A. Pedlowski**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE**

**DARCY RIBEIRO - UENF**

**CAMPO DOS GOYTACAZES - RJ**

**MAIO 2016**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

055/2016

G719 Gouvêa, Evelyn Rebouças de.

Um estudo sobre transformações (re) produtivas em meio à disputas pelo controle do território. O caso da comunidade rural negra do Carumbi, Campos dos Goytacazes (RJ) / Evelyn Rebouças de Gouvêa. – Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.

134 fl. : il.

Orientador: Marcos Antonio Pedlowski.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2016.

Bibliografia: f. 102 – 109.

1. Quilombolas. 2. Agricultura Familiar. 3. Campesinato. 4. Comunidade de Carumbi - Campos dos Goytacazes (RJ). I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

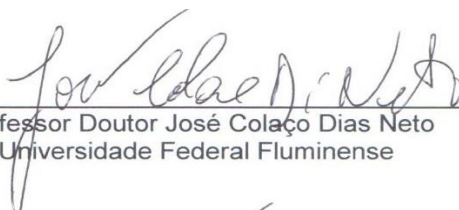
CDD – 305.8098153

**UM ESTUDO SOBRE TRANSFORMAÇÕES (RE) PRODUTIVAS EM MEIO À  
DISPUTAS PELO CONTROLE DO TERRITÓRIO. O CASO DA COMUNIDADE  
RURAL NEGRA DO CARUMBI, CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ).**

**EVELYN REBOUÇAS DE GOUVÊA**

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovada em: 24/05/2016




Professor Doutor José Colaço Dias Neto  
Universidade Federal Fluminense



Professora Doutora Maria do Socorro Bezerra de Lima  
Universidade Federal Fluminense



Professora Doutora Marília Lopes de Campos  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Professor Doutor Marcos A. Pedlowski  
Orientador  
Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro

## **AGRADECIMENTOS**

A todos que me auxiliaram nesta etapa, o meu “muito obrigada”, especialmente:

Ao meu orientador, professor Marcos Pedlowski, pelos ensinamentos e pela paciência dispensada, sobretudo nos meses finais da pós-graduação.

Aos professores que estiveram presentes em minha banca de qualificação contribuindo com suas sugestões e críticas, Maria Gabriela Scotto e Paulo Marcelo de Souza.

Agradeço aos professores que compuseram a minha banca de avaliação, José Colaço, Marília Lopes e Maria do Socorro, pelos conselhos e sugestões os quais estão incorporados nesta dissertação.

Aos amigos de laboratório Demian, Felipe e André pelos momentos compartilhados.

Agradeço a FAPERJ pela bolsa concedida durante os anos do curso.

Aos amigos do grupo Sala Verde, em especial à Leidiana pelos belos mapas, e ao querido José Maria, cujos ensinamentos foram determinantes para que eu tivesse condições de ingressar na pós-graduação.

A toda a comunidade de Carumbi, que me ajudou diretamente nesta pesquisa, respondendo às entrevistas, me acolhendo em suas casas e permitindo que este trabalho se viabilizasse.

A todos os motoristas da UENF que me acompanharam em minhas atividades de campo, obrigada pelas histórias, conversas e risadas que compartilharam comigo. Guardo na memória todos os bons momentos. As viagens a Carumbi não teriam sido o mesmo sem vocês. Obrigada!

Às minhas amigas Julia, Juliana, Carolina, Thiara, Denise e ao meu amigo Matheus. Aos grupos “vai dar certo” e “resistentes na UENF”. A amizade de vocês foi um maravilhoso presente que desejo levar por toda minha vida, foi também determinante para que eu não sucumbisse aos vários momentos de crise.

A Vinicius Lima por todo o caminho percorrido, por tudo que me ensinou, te levo no coração com carinho e amor.

A Felipe Cherr que me ajudou nos piores momentos e me fez ter forças para seguir em busca de dias melhores.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1.0 - SOBRE A TERRA E SEU USO</b> .....	<b>5</b>
1.1 - As formas de pensar e usar a terra sob o sistema capitalista.....	5
1.1.2 – Capitalismo e modernização no campo brasileiro: a grande e a pequena produção.....	8
1.2 – Campesinato e Agricultura Familiar: as formas tradicionais de uso da terra.....	10
1.2.1 Uma discussão sobre a extinção e a persistência do campesinato dentro do Capitalismo.....	10
1.2.2 A complexidade em torno da conceitualização da agricultura familiar.....	13
1.2.3 A problemática da terra no Brasil e a ocupação agrária imposta à população negra.....	17
<b>CAPITULO 2.0 – QUILOMBOLAS: (IN) DEFINIÇÕES</b> .....	<b>21</b>
2.1 Origens históricas e conceituais.....	21
2.1.2 Identidade e território.....	27
2.2 As mudanças no marco legal e o avanço das políticas públicas quilombolas.....	29
2.3 A contracorrente na concessão de direitos à quilombolas.....	32
<b>CAPÍTULO 3.0 - CAMPOS DOS GOYTACAZES: O LEGADO ESCRAVOCRATA</b>	<b>35</b>
3.1 A trajetória da escravidão: da Província do Rio de Janeiro ao município de Campos dos Goytacazes.....	35
3.1.1 A usina Novo Horizonte e sua relação com os quilombolas do Imbé.....	42
<b>CAPÍTULO 4.0 – METODOLOGIA DE PESQUISA</b> .....	<b>45</b>
4.1 – Área de estudo.....	45
4.2 – Procedimentos para coleta de dados.....	48
4.2.1 Entrevistas semiestruturadas.....	49
4.2.2 O uso de observação não participante.....	51
4.2.3 Ferramentas cartográficas digitais.....	51
4.2.4 A combinação de técnicas e o rigor na coleta de dados.....	52
4.3 – Procedimentos analíticos.....	54
<b>CAPÍTULO 5.0 - DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS</b> .....	<b>56</b>
5.1- Gênese da ocupação do território e história comunitária.....	56

5.1.1 A morte dos patriarcas e a chegada de um novo latifundiário e seus impactos sobre a dinâmica social e produtiva dentro de Carumbi.....	60
5.2 Dos modos de vida e da subjetividade comunitária: território, perfil familiar, práticas e crenças .....	64
5.2.1 A constituição do território em Carumbi e a questão da propriedade da terra.....	64
5.2.2 – O perfil demográfico. ocupacional e religioso da população de Carumbi .....	73
5.2.3 Os sistemas uso da terra e a comercialização da produção .....	78
5.2.4- A questão do acesso precarizado aos serviços públicos essenciais	86
5.2.5 As relações de tensão com o poder público municipal .....	89
5.2.6 Entre quilombolas e agricultores familiares, a identidade da comunidade negra rural .....	93
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>102</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>115</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Mapa de Localização de Carumbi (dados de pesquisa). .....	45
<b>Figura 2.</b> Entrada para a comunidade de Carumbi, paisagem chama atenção pela vegetação abundante (dados da pesquisa). Fonte: Arquivo da autora. ....	46
<b>Figura 3.</b> À esquerda cancela antes da ação do Ministério Público. À direita substituição por mata-burro. Fonte: Arquivo da autora .....	47
<b>Figura 4.</b> Ponte de acesso à escola municipal Santa Rita. Fonte: Arquivo da autora. ....	48
<b>Figura 5.</b> Percurso metodológico da pesquisa. ....	55
<b>Figura 6.</b> Mapa com principais pontos em Carumbi. ....	65
<b>Figura 7.</b> Unidade domiciliar com plantação de beira de casa. Fonte: Arquivo da autora. ...	68
<b>Figura 8.</b> Ao lado da residência, terreno destinado às plantações maiores, mas que atualmente é usado como pasto. Fonte: Arquivo da autora. ....	69
<b>Figura 9.</b> Casa com banheiro avulso feito de sapê. Fonte: site Instituto Historiar. ....	70
<b>Figura 10.</b> No lado esquerdo é mostrado o quintal com espaço reservado ao armazenamento de lenha, e no direito a parte cercada para o estabelecimento da horta. Fonte: Arquivo da autora. ....	70
<b>Figura 11.</b> Córrego utilizado para captação de água. Fonte: Arquivo da autora. ....	71
<b>Figura 12.</b> À esquerda moradora consertando encanamento improvisado à direita ponto de abastecimento de água ininterrupto. Fonte: Arquivo da autora. ....	71
<b>Figura 13.</b> Fossa séptica de residência. Fonte: Arquivo da autora. ....	72
<b>Figura 14.</b> À esquerda cesto utilizado para transportes diversos, adaptado a cavalo, à direita serventia como poleiro em galinheiro. Fonte: Arquivo da autora. ....	72
<b>Figura 15.</b> Produção caseira de colorau em residência de Carumbi. Fonte: Arquivo da autora. ....	73
<b>Figura 16.</b> Antena parabólica e antena para telefone celular, única de toda a comunidade. Fonte: Arquivo da autora. ....	89



## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1- Categorias da agricultura familiar segundo Baiardi.....</b>	<b>15</b>
<b>Tabela 2- Distribuição, por idade e sexo, dos africanos vendidos a partir do Valongo e do porto do Rio de Janeiro entre 1822 e 1833.....</b>	<b>36</b>
<b>Tabela 3. Estimativas da proporção de escravos em Campos dos Goytacazes (1790 - 1836).....</b>	<b>39</b>
<b>Tabela 4. Objetivos Específicos e Procedimentos Operacionais Correspondentes .....</b>	<b>53</b>
<b>Tabela 5. . Ações adotadas para enfrentamento dos problemas envolvendo fechamento da cancela.....</b>	<b>62</b>
<b>Tabela 6. Composição familiar em Carumbi .....</b>	<b>64</b>
<b>Tabela 7. Produtos comercializados por família.....</b>	<b>82</b>
<b>Tabela 8. Quantidades e preços médios dos cultivos comercializados em Carumbi em 2015.....</b>	<b>82</b>
<b>Tabela 9. Distribuição anual das principais atividades realizadas pela comunidade por gênero .....</b>	<b>84</b>
<b>Tabela 10. Motivos citados como impedimentos à volta das vendas coletivas.....</b>	<b>85</b>
<b>Tabela 11. Conhecimentos dos entrevistados acerca do conceito de quilombola.....</b>	<b>94</b>

## ÍNDICE DE SIGLAS

**ABA** – Associação Brasileira de Antropologia  
**ADCT** – Atos Dispositivos e Constitucionais Transitórios  
**CCZ** – Centro de Controle de Zoonoses  
**CMPDCA** – Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente  
**CPISP** – Comissão Pró Índio de São Paulo  
**CPT** - Comissão Pastoral da Terra  
**FAO** – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura  
**FCP** – Fundação Cultural Palmares  
**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IDANNF** – Instituto de Desenvolvimento Afro do Norte e Noroeste Fluminense  
**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**ITR** – Imposto Territorial Rural  
**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
**MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
**MMA** – Ministério do Meio Ambiente  
**MPE** – Ministério Público Estadual  
**OIT** – Organização Internacional do Trabalho  
**ONG** – Organização Não Governamental  
**PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos  
**PBQ** – Programa Brasil Quilombola  
**PED** – Parque Estadual do Desengano  
**PMCG** - Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes  
**PNPIR** – Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial  
**PNPTC** – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais  
**PPAIR** – Programa de Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial  
**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
**SIR** – Superintendência de Igualdade Racial  
**SEPPIR** – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

# MUDANÇA NA DINÂMICA SOCIAL E PRODUTIVA DE COMUNIDADES RURAIS NEGRAS EM UM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS E DISPUTAS PELO CONTROLE DO TERRITÓRIO. O CASO DA COMUNIDADE DO CARUMBI, CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ).

EVELYN REBOUÇAS DE GOUVÊA

## Resumo

No Brasil existem atualmente milhares de comunidades majoritariamente rurais formadas, em sua maioria, por descendentes de africanos escravizados, as quais produziram histórias de ocupações agrárias complexas, de criação de territórios, de culturas materiais e imateriais baseadas no fator parentesco e no manejo coletivo da terra. Como consequência de processos de mobilização social e de reconhecimento formal por parte do Estado brasileiro, estas comunidades reivindicam o controle das áreas rurais onde estão historicamente inseridas. Entretanto, o fato do Brasil possuir um dos maiores índices mundiais de concentração da terra, faz com que essa demanda não seja facilmente atendida. O presente estudo procurou investigar as principais mudanças na dinâmica social e produtiva da comunidade de Carumbi em Campos dos Goytacazes (RJ), em um contexto de transformações produtivas e disputas por controle do território em seu entorno. De modo a orientar o processo de coleta e análise de dados, a pesquisa se deu por meio de um estudo de caso no qual os procedimentos operacionais adotados se basearam em entrevistas semiestruturadas aplicadas nos moradores de Carumbi. Além disso, também foram realizadas entrevistas com membros de órgãos municipais responsáveis por assessorar comunidades quilombolas. A análise de dados se deu por meio da técnica de “*pattern-matching*” baseada na separação dos dados em quadros analíticos que permitiram a comparação de informações na busca de padrões e contradições posteriormente relacionadas às proposições teóricas. Os resultados apontam que o principal elemento de fragilização política e social da comunidade é a parca aplicação de políticas públicas previstas ao segmento rural – ou mesmo políticas básicas previstas a todos os cidadãos. Esta falta de garantias resultou num cenário de fragilidade territorial em Carumbi, no qual as recentes lutas materiais e simbólicas relativas ao controle do território modificaram concretamente os modos de vida da comunidade, vindo a desarticular até as formas coletivas de venda da produção. Além disso, foi verificado a falta da auto atribuição identitária quilombola na comunidade estudada, o que indica a existência de uma forte complexidade no interior das comunidades negras rurais bem como a limitação do conceito a elas atribuído.

**Palavras chaves:** Carumbi, campesinato, agricultura familiar, quilombolas, identidade.

**CHANGE IN DYNAMIC SOCIAL AND RURAL BLACK COMMUNITIES IN A PRODUCTIVE CONTEXT OF TRANSFORMATION PRODUCTION AND DISPUTES BY TERRITÓRIO CONTROL. THE CASE OF THE COMMUNITY CARUMBI, FIELDS OF GOYTACAZES (RJ).**

**EVELYN REBOUÇAS DE GOUVÊA**

**ABSTRACT**

Currently in Brazil there are thousands of rural communities formed mostly by descendants of enslaved Africans, which produced stories of complex agricultural occupation. These communities created territories formed by material and immaterial elements based on kinship and collective land management. As a result of social mobilization processes and formal recognition by the Brazilian state, these communities can claim the control of rural areas where they are historically inserted. However, the fact that Brazil has one of the largest rates of land concentration, the demand made by black communities is not easily answered. This study aimed to investigate the main changes in the social and productive dynamics at the Carumbi community in Campos dos Goytacazes (RJ). The inhabitants of Carumbi live in a context of productive changes and disputes over control of the territory in its surroundings. In order to organize data collection and analysis, this research was done through a case study in which the adopted operating procedures were based on semi-structured interviews applied to residents of Carumbi. Moreover, interviews were also held with members of municipal bodies responsible for advising quilombola communities. Data analysis was done through the use of the technique of "pattern-matching" which is based on the separation of data into analytical frameworks that enabled the comparison of information on search patterns to elucidate contradictions which are addressed by theoretical propositions. The results of this study show that the main element of social and political weakening of the community was the scant implementation of public policies provided to the rural sector and basic social policies provided to all Brazilian citizens. The lack of public guarantees resulted in a territorial fragility scenario in Carumbi, where recent material and symbolic struggles for the control of territory specifically modified the community's ways of life which dismantled the collective forms of production and commercialization of agricultural goods. In addition, results showed that there is not a self-designated quilombola identity at Carumbi. This particular result indicates the existence of a strong cultural complexity within rural black communities which supersedes the quilombola identity.

Keywords: Carumbi, peasantry, family agriculture, identity, quilombolas.

## INTRODUÇÃO

No Brasil existem atualmente milhares de comunidades negras majoritariamente rurais, as quais são formadas por descendentes de escravizados africanos e que explicitam a continuidade de desigualdades sociais geradas no interior do sistema escravocrata. Segundo Gomes (2006), estas comunidades produziram histórias de ocupações agrárias complexas, de criação de territórios, e de produção de culturas materiais e imateriais baseadas no fator parentesco e no manejo coletivo da terra. Em consequência, as populações destas comunidades reivindicam o controle legal de territórios que foram constituídos a partir de processos históricos de resistência e mobilização política. Entretanto, estas demandas esbarram no fato do Brasil possuir um dos maiores índices mundiais de concentração fundiária, o que sempre limitou o acesso dos grupos sociais e economicamente marginalizados à propriedade da terra (ALENTEJANO 2011).

O fato é que reivindicar a propriedade da terra representa um ato de desafiar a estrutura fundiária brasileira, o que envolve não só discussões teórico-conceituais, mas também a realização de movimentos políticos e a necessidade de intervenção jurídica. Por isso, discutir a situação das comunidades quilombolas não é uma tarefa simples já que mobiliza diferentes discursos e áreas do conhecimento que, dentre si, também apresentam correntes opostas. Todavia é uma discussão que precisa ser feita e que se popularizou tardiamente, apenas no século XX, sobretudo após a repercussão ocorrida a partir da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 que, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, versou especificamente sobre a questão (LEITE, 2000).

Por outro lado, é importante notar que atualmente há mais de duas mil comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas no Brasil. Entretanto, é estimado que este número seja maior, podendo chegar a mais de três mil comunidades (PICELLI, [s. d.]). Segundo o CEDEFES (2008), as populações quilombolas comumente vivem à margem dos direitos civis, sendo que uma boa parte não possui documentos básicos (e.g., carteira de identidade ou certidão de nascimento) e a maioria não tem títulos de propriedade das terras que ocupam. Ademais, baseado em dados da Fundação Cultural Palmares (FCP) <sup>1</sup>, esse contingente de pessoas está presente em todas as regiões brasileiras, sobretudo no

---

<sup>1</sup>A Fundação Cultural Palmares é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, cujas competências apontam para o reforço à cidadania, identidade, memória e direito de acesso a cultura dos grupos étnicos formadores da sociedade brasileira, bem como fomentar a ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras (SILVA,2008).

nordeste (1.543 comunidades), seguido pelo sudeste (343), norte (312), sul (157) e centro-oeste (119).

No estado do Rio de Janeiro existem 32 comunidades quilombolas reconhecidas, mas apenas três delas conseguiram a titulação da terra, graças à execução das políticas públicas voltadas para este objetivo, enquanto outras nove aguardam a conclusão das diferentes etapas que compõe este processo. No município de Campos dos Goytacazes oficialmente existem quatro comunidades reconhecidas (Conceição do Imbé, Aleluia, Cambucá e Batatal), mas nenhuma possui titulação de terras com base na condição de quilombola (INCRA, 2015).

Vale lembrar que, um aspecto relevante no tocante ao município de Campos dos Goytacazes, é a sua longa história escravocrata, visto que o mesmo concentrou a maior quantidade de negros escravizados em toda a província do Rio de Janeiro, o que implicou num grande número de seus descendentes e de comunidades quilombolas. Assim, oficialmente é reconhecida a existência de quatro comunidades, mas, extraoficialmente, se estima a existência de outras 14, sendo elas: Fazenda Sapucainha, Pedra Negra Carombé, Quilombo de Dores, Conselheiro Josino, Morro do Coco, Quilombo da Lagoa Feia, Sossego, Custodópolis (antiga Cidade de Palha), Donana, Ibitioca, Caforinga de Travessão, Campo Limpo, Guriri e Carumbi. Se estas comunidades vierem a ser futuramente certificadas, isto tornaria o município um dos maiores concentradores de comunidades deste tipo no Brasil (PMCG, 2010).

A Comunidade de Carumbi é conhecida no município como uma comunidade quilombola, todavia, não possui oficialmente tal *status*. Ela está localizada próxima às terras que historicamente pertenciam à usina Nova Horizonte, numa região dominada por grandes fazendas, entretanto, mantém modos de vivência tradicional em que o uso da terra é coletivo, Em função disto, esta pesquisa partiu da premissa teórica de que a situação da Comunidade de Carumbi permite a análise das tensões, disputas e conflitos que ocorrem entre duas racionalidades distintas quanto à apropriação e uso da terra: de um lado a do latifúndio e, de outro, a de uma população camponesa cuja vivência se dá a partir da lógica coletiva, e que possui traços específicos decorrentes do processo de resistência à escravidão negra. De modo objetivo, este estudo procurou investigar as principais mudanças na dinâmica social e produtiva da comunidade de Carumbi em Campos dos Goytacazes (RJ), em um contexto de transformações produtivas e disputas por controle do território em seu entorno, bem como as principais repercussões sobre suas práticas sociais e relações econômicas com a sociedade envolvente. De modo a orientar o processo

de coleta e análise de dados, todo o trabalho foi orientado pela seguinte questão de pesquisa:

- Como a fragilidade territorial das populações negras rurais ameaça a sua reprodução social e sistemas produtivos característicos em meio a uma estrutura fundiária dominada pelo latifúndio?

No sentido de guiar a leitura da dissertação, a discussão de seus fundamentos teóricos e a coleta e análise dos dados empíricos, o trabalho foi organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma revisão da literatura referente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas consequências sobre o mundo agrário (KAUTSKY, 1980; GORENDER 1994; ABRAMOVAY, 1998; FERNANDES, 2001; OLIVEIRA, 2007). O capítulo também analisa as diferentes vertentes teóricas que tratam do destino da agricultura camponesa no interior do capitalismo, trazendo uma explicitação de um conceito mais recente, o da agricultura familiar (CHAYANOV, 1974; MARX, 1975; KAUTSKY, 1980; LENIN, 1982; ABRAMOVAY, 1995;). Finalmente, o capítulo faz uma breve revisão histórica de como a população negra foi segregada no Brasil, a partir da negação de acesso a direitos básicos fundamentais e à propriedade da terra.

O segundo capítulo trata especificamente da temática quilombola, suas origens históricas, e aspectos conceituais. Neste capítulo também é discutido por que os conceitos de territorialidade e identidade são importantes para a subjetivação das comunidades quilombolas, e também para a formulação das políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida desta população. O capítulo também apresenta uma análise dos avanços e retrocessos no arcabouço legal relativo aos interesses das comunidades quilombolas.

O terceiro capítulo é iniciado com uma análise histórica do processo da escravidão negra no município de Campos dos Goytacazes, remetendo inicialmente à cidade do Rio de Janeiro e tratando com mais profundidade do âmbito campista. Este capítulo traz um resgate acerca das condições de vida dos negros escravizados em Campos dos Goytacazes antes e depois da abolição formal da escravatura em 1888. O capítulo aborda, ainda, a importância da Usina Novo Horizonte para a concentração de comunidades quilombolas em uma parte bastante específica do município de Campos dos Goytacazes.

Já no quarto capítulo, a metodologia utilizada para a coleta de dados empíricos é apresentada, bem como os procedimentos utilizados na análise dos dados obtidos na pesquisa de campo. O capítulo contém ainda uma descrição dos instrumentos usados para coleta dos dados e das estratégias utilizadas na análise dos mesmos.

No quinto capítulo os resultados do estudo são apresentados e analisados. Inicialmente é feita a história da ocupação do território, seguido pela caracterização da população estudada, especialmente no que se refere ao sistema de uso da terra e ao perfil socioeconômico e cultural dos habitantes de Carumbi – religiosidade, gênero, trabalho, dentre outros - da questão identitária e do acesso às políticas públicas. Em seguida, finalmente são apresentadas as conclusões do estudo.



## **CAPÍTULO 1.0 - SOBRE A TERRA E SEU USO**

### **1.1 - As formas de pensar e usar a terra sob o sistema capitalista**

A decadência do modo feudal de produção<sup>2</sup> e ascensão do Capitalismo estabeleceu novas relações produtivas onde a renda em produtos foi substituída pela renda monetária, o que demandou que os camponeses tivessem que procurar novas formas de troca para garantir o acesso à moeda (FERNANDES, 2001; OLIVEIRA, 2007). Em função dessa modificação estrutural das formas de troca, o sistema familiar camponês e os sistemas de produção agrária foram profundamente alterados para se ajustar ao processo de industrialização. Esta transformação também acarretou um processo de modificação estrutural das relações sociais, bem como as de trabalho e de produção, de modo a possibilitar que as formas capitalistas de produção se disseminassem, ainda que de forma desigual em diferentes partes do planeta (KAUTSKY, 1980; FERNANDES, 2001; OLIVEIRA, 2007).

As transformações no mundo agrário foram tratadas por Marx (1985) que postulava que o regime capitalista seria responsável por um processo de separação radical entre os trabalhadores e os meios de produção, separação esta que seria levada a escalas cada vez maiores terminando por causar expropriações violentas dos meios de produção agrária (ABRAMOVAY, 1998; MELLO, 1999). Gorender (1994) argumenta que no Capitalismo os trabalhadores assalariados, desprovidos dos meios de produção, recorrem à venda de sua força de trabalho, o que, por sua vez, implica na produção da mais valia, entendida como o trabalho social que não é pago pelos capitalistas aos trabalhadores. Com relação à agricultura, Gorender afirma que esta foi ligada ao sistema econômico capitalista enquanto um de seus ramos industriais, implicando num processo de incorporação subordinada. Neste contexto, a gênese do Capitalismo no campo, residiria, portanto, na transformação da renda da terra em capital agrário, em terra destinada à acumulação de capital, trazendo também consequências importantes sobre o controle das áreas agrícolas.

Outras características intrínsecas ao Capitalismo são a internacionalização e a contradição dentro de suas formas de produção e reprodução social. Com relação à primeira, a agricultura capitalizada e industrializada assume um papel fundamental, inclusive para criação e manutenção da dívida das nações. Isto

---

<sup>2</sup> O feudalismo tinha como estrutura básica a propriedade do senhor sobre o feudo (terras) e a propriedade limitada do senhor sobre o camponês servo, constituindo a servidão (SOARES, 2013).

porque, na tentativa de gerar riquezas com a exportação de *commodities*, muitos Estados nacionais acumulam dívidas para a criação de condições que ampliem a produção e que permitam a competitividade no mercado capitalista. Contudo, para se pagar às dívidas geradas, é necessário exportar em grande quantidade - o que leva às monoculturas e à produção em larga escala - e conseguir bons pagamentos - algo que não é simples dado que os preços das *commodities* são flutuantes. Assim, os países dependentes da exportação de matérias primas terminam sujeitos às flutuações de mercado e à necessidade de produzir em escalas ainda maiores, o que obriga a tomada de novos empréstimos, formando um círculo vicioso (OLIVEIRA, 1994).

No tocante à segunda característica, a contradição, na medida em que na agricultura são privilegiadas as formas capitalistas de produção com adoção de sistemas de maior artificialidade, homogeneidade e extensão, há por outro lado um prejuízo direto para a reprodução e continuidade dos sistemas tradicionais de produção, os quais se integram e adequam aos ciclos naturais. Entretanto, apesar das previsões de que as formas de produção tradicionais iriam desaparecer no ápice do desenvolvimento do capitalismo (LENIN, 1982), isto não ocorreu. Chayanov (1974) e Oliveira (1994) postulam que isto se deve ao fato de que o Capitalismo possui as características marcantes de criar e alimentar aspectos contraditórios em seu interior para garantir o seu processo de desenvolvimento. Estas características, quando dirigidas à agricultura, geraram formas contraditórias de uso da terra. De um lado se desenvolveu uma agricultura patronal - altamente capitalizada, tecnificada, exportadora e monocultora - e, de outro lado, uma agricultura tradicional que ocorre em pequenas propriedades, com mão de obra geralmente familiar, e uma produção com menos insumos industriais e mais diversificada do ponto de vista das culturas utilizadas nos seus sistemas agrícolas. Esta dualidade também aparece nas relações de trabalho, onde é possível encontrar ao mesmo tempo, a existência do trabalho assalariado, tipicamente capitalista, e relações de trabalho não capitalistas, tais como as expressas por meeiros e parceiros (OLIVEIRA, 1994). Ainda segundo Oliveira, estas contradições que em um primeiro momento poderiam significar uma barreira ao desenvolvimento capitalista são, na verdade, elementos não capitalistas utilizados para exploração dos trabalhadores rurais, a partir do oferecimento de uma baixa remuneração que garanta a máxima lucratividade a partir da apropriação do valor gerado pelo trabalho.

Num contexto mais contemporâneo no Brasil, Fernandes (2001) aponta que o capital no campo está atualmente relacionado ao que Davis e Gonderberb (1957, p. 2) definiram por meio do termo *agrobusiness*, que viria a ser “a soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição de insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas.” Assim David e Gonderberb caracterizaram todo o processo a montante e a jusante da produção na terra, além de explicarem a crescente relação e dependência entre indústria e agricultura, em que a última se torna cada vez mais capitalizada. Desta forma, o conceito agronegócio passou a ser apropriado como nomenclatura utilizada para os setores mais capitalizados dentro da economia agrária capitalista, aqueles marcados pelo uso de tecnologia, logística, cadeias produtivas, implementos agrícolas modernas e alta produtividade.

Apesar dos aparentes avanços que a agricultura capitalista possa apresentar em um primeiro momento, Fernandes (2001) aponta que o agronegócio seria apenas a faceta moderna dos antigos latifúndios considerados pouco produtivos, símbolos de atraso, marcados pela exploração dos trabalhadores e responsáveis pela manutenção de uma extrema concentração de terras. Por outro lado, Oliveira (1991) sugere que o agronegócio exerce, ainda, os mecanismos de territorialização e monopolização do território, criando um circuito em que as relações capitalistas avançam pelo campo tomando-o e impondo sua racionalidade, ao mesmo tempo em que centraliza os meios de produção e de poder.

Para Fernandes (2001) a territorialização do capital é um processo que ocorre de formas plurais, podendo ser concretizado por meio da expulsão das populações do campo, empurrando-as ao trabalho nas cidades e nas indústrias, ou ainda transformando-as em trabalhadores rurais assalariados; pela apropriação direta feita por aquisição de terras e detenção de sua propriedade enquanto se implanta a monocultura e a transforma em característica comum ao campo; por expansão de propriedades. Além disso, Fernandes aponta que este processo de territorialização da agricultura capitalista pode se dar também por meio da aquisição de terras para “reserva”- cultivadas somente em época de alta de preços para certas culturas, quando não, utilizadas como pasto. Já no mecanismo de monopolização, o capital domina o campo sem precisar se territorializar, pois recria as relações de produção existentes e cresce junto a elas. É desta forma que o capital cria as condições para a exploração de pequenos proprietários, seja por meio de arrendamentos, seja por meio das relações contratuais de produção e compra efetuadas entre agricultores e

empresas em termos desiguais de troca, que eventualmente poderiam resultar na falência dos primeiros e na posterior apropriação de suas terras (ROSS, 2008). Estes dois mecanismos permitem a imposição da lógica produtiva e territorial convenientes à expansão capitalista e à sua capacidade de reestruturação do território e das relações nele estabelecidas (FERNANDES, 2001).

Assim, a introdução do Capitalismo no campo modificou o uso da terra, as bases técnicas de produção e o tipo de integração com outros setores da economia, e transformou a agricultura e a vida dos que dela sobrevivem, criando um modelo homogeneizante. Este conjunto de fatores é que torna o sistema de produção capitalista inviável em longo prazo para os camponeses, por ser altamente concentrador, desigual, e por prejudicar a sobrevivência da diversidade social e a preservação do ambiente natural (DUARTE, 2012).

### *1.1.2 – Capitalismo e modernização no campo brasileiro: a grande e a pequena produção*

A capitalização da agricultura brasileira se fortaleceu junto ao processo de modernização e tecnificação do campo após a ascensão do regime militar de 1964. Este processo foi impulsionado por uma visão de desenvolvimento moderno, corroborado pelo período de ascendência econômica conhecido como o “milagre econômico”, gerando a demanda pela modernização do campo que era comumente definido, até então, como um setor atrasado e rudimentar. As principais políticas do regime militar para a modernização do campo incluíram a concessão de crédito rural subsidiado, a alteração das bases técnicas de produção, o desenvolvimento da indústria de insumos, e a ampliação da capacidade de processamento de alimentos e matérias primas (MARTINE, 1990; BALSAN, 2006). Ainda segundo Balsan (2006) vale ressaltar o caráter heterogêneo destas transformações, pois as políticas de desenvolvimento rural visaram principalmente os proprietários que possuíam recursos e grandes extensões de terras para oferecerem como garantia ao processo de modernização e mecanização.

O fato é que estas políticas desenvolvidas pelo regime militar fortaleceram o domínio do latifúndio que foi sempre privilegiado, enquanto que a pequena produção foi deixada em lugar secundário. De forma prática, o fortalecimento do latifúndio permitiu que os grandes proprietários tivessem maiores facilidades de acesso a crédito, assistência técnica, tecnologia, e mercado externo; enquanto que os pequenos produtores foram relegados a ocupar as terras menos férteis, onde

continuaram com práticas tradicionais para a agricultura de subsistência, ou com a produção de um pequeno excedente para comercialização (MARTINE, 1990; BALSAN, 2006).

Apesar da modernização do campo ter sido apresentada como uma evolução para a economia brasileira, seus retornos apontam o contrário, já que, apesar de todas as transformações promovidas, o mercado não se expandiu como desejado para uma verdadeira competitividade no âmbito internacional. Além disso, a atividade modernizada não foi distribuída homoganeamente em todas as regiões brasileiras, e seus resultados econômicos não trouxeram a prometida prosperidade para a sociedade (MARTINE, 1990). Ademais, a estrutura fundiária permaneceu concentrada, favorecendo assim o aumento da participação das camadas mais ricas na apropriação da renda e no acúmulo de terras voltadas principalmente para o processo de especulação fundiária. Por isso, o processo estabelecido pelo regime militar passou a ser denominado de modernização conservadora, pois a realidade fundiária e a estrutura social permaneceram as mesmas (AMSTALDEN, 1991; GRAZIANO DA SILVA, 2000).

Passadas mais de três décadas do fim do ciclo militar, a estrutura fundiária brasileira permanece uma das mais concentradas segundo dados estatísticos oficiais do cadastro de imóveis rurais do INCRA, do cadastro da Receita Federal e dos Censos Agrícolas do IBGE. Neste sentido, o Índice de Gini<sup>3</sup> demonstra que a concentração máxima de terras no Brasil se deu na década de 1975, quando se obtinha um patamar de 0,87. Em 1980 esse valor diminuiu para 0,86, baixando pouco mais em 1995 para 0,82. Já o Censo Agropecuário do IBGE de 2006 revelou que a concentração de terras se elevou novamente no Brasil, atingindo o valor de 0,85 (MATTEI, 2012). Esta situação de forte desigualdade impossibilita a reprodução das populações que sobrevivem da pequena propriedade, além de impedir a propagação dos benefícios do programa federal de reforma agrária, tais como a difusão do progresso técnico, o maior emprego de mão de obra, a desconcentração de terras e renda, a diminuição do desemprego, a elevação da qualidade de vida da sociedade, o aproveitamento de terras, e a elevação da produtividade (MARTINE, 1990).

---

<sup>3</sup> O índice de Gini mede o grau de desigualdade da distribuição da renda ou de outros recursos, variando de zero a um. Quanto mais próximo de zero, melhor a distribuição daquele recurso e, quanto mais próximo de um, maior é a desigualdade do recurso medido” (MATTEI, p. 309; 2012).

Com relação à importância da pequena propriedade no aumento da produtividade da agricultura brasileira, o Censo Agropecuário do IBGE de 2006 revelou que, apesar de marginalizados pela opção governamental de dar tratamento preferencial ao desenvolvimento do agronegócio, a importância da agricultura familiar é muito alta, já que as pequenas propriedades são responsáveis por quase 40% da produção agrícola nacional, apesar de representarem menos de 30% da área total de terras agrícolas (IBGE, 2009). Estes dados concretizam a contradição do capital e de sua inserção no campo, onde aqueles com maior relevância na produção são também os excluídos dos maiores benefícios socioeconômicos das atividades agropecuárias. Além disso, há que se apontar que a agricultura familiar é mais sensível aos impactos negativos do processo de modernização conservadora, tanto ambientais (e.g., destruição de florestas e da biodiversidade, erosão dos solos, contaminação dos recursos naturais e alimentos) como socioeconômicos, os quais foram causados pelas transformações rápidas e complexas da produção agrícola implantadas no campo (MARTINE, 1990; BALSAN, 2006).

## **1.2 – Campesinato e Agricultura Familiar: as formas tradicionais de uso da terra**

### *1.2.1 Uma discussão sobre a extinção e a persistência do campesinato dentro do Capitalismo*

O desenvolvimento desigual e contraditório do Capitalismo no campo não expande de forma absoluta o trabalho assalariado nem destrói de forma absoluta o trabalho familiar camponês (ROSS, 2008). Pelo contrário, o Capitalismo cria e recria o trabalho camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela, a acumulação possa aumentar. Assim, esse processo aparentemente contraditório gera ao mesmo tempo expansão do trabalho assalariado em grandes e médias propriedades e o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades. Entretanto, o conceito de campesinato nem sempre é facilmente compreendido sendo comumente utilizado como sinônimo para termos tais como: agricultura familiar, pequena produção, povos tradicionais, dentre outros. Por isso, Ross (2008) sugere que é importante entender este conceito, buscando clarificar seu significado e o papel que os camponeses exercem dentro do contexto de expansão capitalista (ROSS, 2008).

Marx (1985) apesar de não explicitar o significado do termo camponês, muitas vezes fez menção ao mesmo, tratando-o como um segmento intermediário entre

burgueses e proletários que, caso recebessem salário, se tornariam proletários, caso adquirissem lucro por meio de suas atividades, seriam burgueses e, caso vivessem da renda da terra, seriam proprietários fundiários. Segundo esta perspectiva o campesinato emerge com lacunas teóricas que podem trazer indefinições, isto se daria, primeiro, porque a origem de suas rendas não é claramente definida em todos os casos (restando ainda hoje dúvidas sobre questões como a formação da renda fundiária e sua apropriação), e, segundo, porque o campesinato não pode ser considerado uma classe, já que não comporta em si a universalidade teórica do conceito<sup>4</sup> e de elementos que se ligam ao conjunto do sistema teórico construído por Marx. Em função disso, o camponês pode ser tratado como estando subordinado aos outros modos de produção e, atualmente, por suas relações capitalistas (SOARES, 1981; SILVA, 1989; ABRAMOVAY, 1995). Por este motivo, ao tratar a agricultura camponesa nos mesmos termos da lógica do Capitalismo, seguindo os imperativos do mercado, Marx não enfatizou o conceito de campesinato como uma de suas categorias sociais, o que é consequência da estrutura lógica de sua produção teórica, e não de uma indiferença frente ao tema (ABRAMOVAY, 1995).

Ainda no campo teórico marxista é importante apontar para o debate em torno do paulatino desaparecimento do campesinato. Neste aspecto em particular, há a contribuição seminal de Lênin (1982), que previu a extinção do campesinato devido a sua incapacidade de se sustentar fora das relações capitalistas, o que implicaria numa completa subordinação deste segmento ao mercado numa relação desfavorável, cuja consequência última seria a ruína do camponês e sua inevitável transformação em trabalhador assalariado. Uma variante ao pensamento de Lênin foi apresentada por Kautsky (1980) que argumentava que a grande propriedade agrícola seria tecnicamente superior em relação às pequenas e que, portanto, seu crescimento e legitimação seriam maiores dada a penetração do Capitalismo no campo. Na perspectiva de Kautsky, a industrialização da agricultura seria indispensável para o desenvolvimento das atividades capitalistas, e em função disso a pequena propriedade tenderia a diminuir ou a desaparecer.

Um contraponto aos postulados de Lênin e Kautsky foi apresentado por Chayanov (1974), que não limitou o campesinato às categorias marxistas e, por isso, se tornou uma referência nos estudos sobre a persistência deste segmento social

---

<sup>4</sup> “Resumidamente, conforme a teoria marxista, no capitalismo há uma separação entre os meios de produção e o trabalho, os donos da força produtiva apropriam-se do excedente gerado pelos trabalhadores. Portanto, não seria possível a existência de uma classe social que fosse ao mesmo tempo detentora dos meios de produção e vendedora da sua força de trabalho” (DEPONTI, 2007, p. 5).

dentro do Capitalismo. Em termos objetivos, Chayanov propunha que a sobrevivência da produção camponesa dentro do Capitalismo não seria fortuita, pois o campesinato representaria uma resposta a uma necessidade social específica e com uma identidade social própria (SANTANA, 2014). Para Chayanov (1974) seria possível encontrar elementos que justificam a permanência e continuidade do campesinato para além daqueles apoiados unicamente nas diferenças que esta categoria possui com relação a outras categorias sociais. A principal característica elencada por Chayanov se refere à predominância do trabalho familiar dentro da produção camponesa, cuja lógica difere dos empreendimentos capitalistas ao valorizar o trabalho como fonte de reprodução familiar e não para a produção de excedentes para o mercado. Além disso, Chayanov ressalta outras características que explicariam a persistência do campesinato, tais como: o acesso estável à terra, o trabalho predominantemente familiar e a autonomia na gestão agrícola.

Outra linha de crítica às teorizações de Lênin e Kautsky foi formulada por Schneider (1999) que adiciona às peculiaridades do campesinato o fato de que a divisão de suas terras é comumente efetuada a partir de elementos hereditários, o que implica num sistema de trocas e de relações compartilhadas que, por este motivo, adquire a conotação de um usufruto coletivo. Mas indo além das peculiaridades que o campesinato possui para explicar sua persistência no Capitalismo, Schneider (2006), argumenta que Lênin e Kautsky privilegiaram excessivamente os aspectos econômicos das relações sociais do campo, enquanto relegaram a um segundo plano as demais dimensões que formam os arranjos societários, o que representaria um reducionismo conceitual com relação à contribuição original de Marx. Assim, Schneider privilegia as diferentes formas de sociabilidade camponesa que apontam para a existência de modos diferenciados de produção e de divisão do território em relação àquelas estabelecidos pelo Capitalismo.

Em suma, com base nas considerações dos autores analisados é possível afirmar que o campesinato, apesar de ser capaz de manter uma forma social estável, é passível de ser modificado por processos que geram características diferentes em momentos históricos diferentes. Esta característica flexível do campesinato teria como resultado a possibilidade de transformação e adequação ao contexto histórico vigente.



### *1.2.2 A complexidade em torno da conceitualização da agricultura familiar*

Segundo Altafin (2007), a expressão “agricultura familiar” foi popularizada a partir da década de 1990 no Brasil, sendo prontamente adotado por parte dos movimentos sociais do campo, suscitando novos debates acadêmicos e, concomitantemente, sendo legitimado no cenário político por meio da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) <sup>5</sup> em 1996. Com relação às contribuições teóricas na delimitação do conceito de agricultura familiar, neste trabalho elas são divididas em duas vertentes: a primeira sendo aquela em que a agricultura familiar é encarada como uma categoria recente, resultante de transformações nas sociedades capitalistas, para a qual não há sentido buscar suas origens no campesinato. Abramovay (1992) sustenta esta posição ao argumentar que a agricultura familiar - capaz de ser altamente integrada incorporando avanços técnicos e respondendo às políticas governamentais - não pode ser caracterizada como camponesa, pois o camponês estaria ligado a um resquício feudal que tornaria sociedades camponesas incompatíveis ao ambiente econômico onde imperam relações mercantis.

Quanto à discussão sobre a impossibilidade do campesinato por conta da inexistência do feudalismo no Brasil, é importante destacar a posição de Prado Junior (1960) que questionou a sua transposição para a realidade brasileira, pois descartava a existência de latifúndio em moldes feudais ou semif feudais no Brasil. Prado Junior sustentava esta posição a partir da consideração de que, desde o início da colonização do Brasil, a grande propriedade rural de exploração comercial foi implantada como a forma preferencial de ocupação da terra, inicialmente com o uso do trabalho escravo, e, posteriormente, com o trabalho assalariado. Prado Junior apontava ainda que os grandes proprietários de terra se configuravam, desde o início, como homens de negócios, e não como rentistas na forma em que se apresentavam os senhores feudais, garantindo assim o caráter capitalista da agricultura. Sodré (1976) e Altafin (2007) são antagônicos às posições defendidas por Prado Junior, pois argumentam que as relações brasileiras no campo - seja entre senhor de engenho e agregados, seja entre fazendeiros e colonos, ou entre proprietário e parceiro - não eram de assalariamento, mas sim de arranjos

---

<sup>5</sup> “Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade” (SCHNEIDER, 2006, p. 1).

heterogêneos que poderiam indicar tanto aspectos capitalistas quanto aspectos feudais.

Já a segunda vertente teórica de análise da agricultura familiar se relaciona ao fato de que a sua constante evolução acarreta transformações na vida do agricultor familiar moderno, mas que estas, entretanto, não representam uma ruptura definitiva com formas sociais anteriores, mas sim a manutenção de tradições que fortalecem sua capacidade adaptativa às novas exigências sociais. Nesse aspecto, Lamarche (1993) e Wanderley (1999) defendem que a agricultura familiar, enquanto um conceito genérico, sustenta facetas múltiplas, sendo o campesinato uma delas. Além disso, Lamarche e Wanderley argumentam que os agricultores familiares trazem consigo muitos de seus traços camponeses anteriores, sobretudo com relação às dificuldades para sobrevivência e reprodução, exemplificados pela falta de apoio estatal, de crédito e de boas terras para ocupação, dentre outras questões.

Com relação às características comuns dos agricultores familiares no Brasil, Schneider (2006) ressalta que é no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais explicações para a persistência de determinadas unidades e o desaparecimento de outras. Schneider sustenta que as decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico, ante as condições materiais e ante o ambiente social e econômico, são cruciais para a definição das estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência. Além disso, Schneider acrescenta que pelo fato da forma de uso do trabalho ser familiar, a incorporação de outros trabalhadores assalariados não implica necessariamente em que as unidades familiares sejam consideradas capitalistas. O segundo elemento a ser destacado são as formas heterogêneas de articulação ao mercado, que podem ser viabilizadas por um conjunto de instituições que fornecem estímulos, mas que também impõem limites às decisões individuais e familiares, tais como o crédito rural, o apoio institucional – Estado ou ONGs –, o acesso aos mercados de produtos (compra dos insumos, venda das mercadorias, relação com a agroindústria), e o acesso às inovações técnicas (SCHNEIDER, 2006).

O terceiro aspecto que caracteriza a agricultura familiar é a ênfase na diversificação da produção ou policultura (VEIGA, 1996; SCHNEIDER, 2003). Nesse caso, ainda que as famílias cultivem um produto principal, é comum também a produção de outros cultivos e a criação de animais, seja para comercializar ou para a subsistência familiar. Em termos da produção, outro aspecto crucial à agricultura familiar é a terra. Para Silva (1999), o acesso à terra é um problema que atinge

diretamente os agricultores familiares já que, normalmente, não possuem recursos para comprarem terras de maior qualidade, estes ocupam áreas mais baratas e por consequência menores, declivosas e menos férteis. Estas condições adversas do terreno limitam o uso de técnicas que exigem condições específicas, além de não permitir uma escala mínima de produção. Com isso, são geradas dificuldades para elevar os ganhos familiares capazes de garantir novos investimentos.

Em contrapartida, os fatores aqui elencados não representam um perfil fechado e nem localizado em regiões delimitáveis, tampouco, implicam em produções específicas. Nesse caso, Feliciano (2006) argumenta que agricultura familiar possui segmentos bastante distintos entre si, o que abarca uma ampla gama de agricultores - desde os mais capitalizados, tecnificados, ligados a cooperativas e ajustados às necessidades do mercado, até aqueles com condições mínimas de existência, que plantam para ter o que comer. Diante disso, diferentes categorizações foram desenvolvidas para fins de compreensão e de ilustração das diferentes realidades da agricultura familiar. Dentre as categorizações existentes, se destaca a de Baiardi (1999) que buscou realizar uma tipificação construída com base em cinco categorias alicerçadas na forma como os agricultores tem acesso ao mercado (Tabela 1).

**Tabela 1- Categorias da agricultura familiar segundo Baiardi**

<b>Categoria</b>	<b>Características</b>	<b>Região</b>
1	Tecnificado, com forte inserção mercantil, geralmente ligado à produção de grãos	Predominante na região de cerrado
2	Integrado verticalmente em Complexos Agro-Industriais; produção de aves e suínos	Regiões diversas
3	Agricultura familiar tipicamente colonial ligados à policultura combinando lavouras, pomares, pecuária e a criação de pequenos animais	Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais
4	Agricultura familiar semimercantil	Predominante no Nordeste e no Sudeste
5	Agricultura de origem semelhante ao tipo anterior, porém caracterizada pela marginalização do processo econômico e pela falta de horizontes	Regiões diversas

**Fonte:** Organizado pela autora a partir da obra de Baiardi (1999)

Esta multiplicidade de categorias faz com que a agricultura familiar seja capaz de abarcar populações com características semelhantes e em regiões específicas,

mas também outras que podem ser distintas em vários aspectos e nas regiões ocupadas. Esta complexidade conceitual trouxe desafios que acarretaram na necessidade de uma operacionalização do termo para tornar possível a criação de diretrizes e políticas públicas para os agricultores familiares. Neste esforço se destaca o estudo realizado por um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária (INCRA) que definiu a agricultura familiar a partir de três elementos: a) a propriedade dos meios de produção com transmissão por hereditariedade, b) trabalho predominantemente familiar, e c) a existência de laços familiares entre aqueles que comandam um determinado estabelecimento (INCRA/FAO, 1996).

Uma década após a definição oferecida pela FAO/INCRA, a Lei 11.326 de 2006 estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A partir do estabelecido nesta lei, a agricultura familiar passou a ser definida como aquela que atenda a cinco requisitos básicos: a) não deter área maior do que quatro módulos fiscais; b) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas; c) ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; d) ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e) a direção familiar do estabelecimento ou empreendimento. Ao sublinhar elementos como tamanho da propriedade, gestão e mão de obra familiar, esta delimitação abarca diversas situações que existem no Brasil, em função disso, o § 2º da Lei 11.326/2006 informa que também são beneficiários da Política Nacional da Agricultura Familiar os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, quilombolas, e demais povos tradicionais.

Em relação à aproximação ocorrida entre as categorias “agricultura familiar” e “povos tradicionais”, Diegues (1998) ressalta que determinados atributos dos povos tradicionais estão bastante próximos aos dos agricultores familiares. Entre estes atributos identificados por Diegues estão incluídos: a moradia e ocupação do território por várias gerações; a importância das atividades de subsistência mesmo que haja produção para comercialização; a reduzida acumulação de capital, e importância dada à unidade familiar ou comunal. Dentre os grupos ditos tradicionais, o presente trabalho está focado nas populações remanescentes de quilombos que, por sua relação intrínseca com a agricultura - dado que a produção agrícola é a

maior fonte de renda dos quilombolas - também é assumida como estando inclusa na agricultura familiar.

### *1.2.3 A problemática da terra no Brasil e a ocupação agrária imposta à população negra*

A ocupação do território brasileiro, como consequência de sua descoberta nas expansões ultramarinas de Portugal, foi iniciada de forma puramente comercial, com instalação de feitorias para a prática de escambo (BUARQUE DE HOLANDA, 1960). O escambo era praticado junto aos indígenas para exploração de seu trabalho retirando o pau brasil. Após o período de uso de mão de obra indígena que marcou as primeiras décadas do século XVI, a empresa colonial portuguesa optou pela substituição dos índios pela mão de obra escrava africana. Ainda que índios e negros tenha chegado a coexistir como escravizados, a escravidão e o tráfico de negros se tornou um negócio rentável à Coroa Portuguesa, sendo estendido até meados do século XIX (BUARQUE DE HOLANDA, 1960).

Ainda com base em Buarque de Holanda (1960), a ocupação do território brasileiro para fins econômicos e de moradia se deu, gradativamente, devido ao receio da coroa portuguesa em sofrer invasões de países rivais, como também para tornar o território produtivo com o cultivo permanente do solo, onde o povoamento decorreu da necessidade de organização da produção. O arranjo econômico colonial se constituiu, cada vez mais, como integrante da economia portuguesa e europeia. Desta forma, o período colonial se caracterizou pela entrega de grandes extensões de terra – inicialmente a partir do estatuto das capitânicas hereditárias - por parte da Coroa Portuguesa aos integrantes da nobreza lusitana com o intuito de explorar o território recém-conquistado. Aos recebedores das sesmarias era permitida a posse e uso da terra, porém, sem emissão de propriedade, já que o território era mantido sob o domínio da Coroa. Entretanto, as sesmarias poderiam ser deixadas como herança aos familiares do donatário ou até mesmo serem distribuídas parcialmente a outros membros da nobreza interessados (BUARQUE DE HOLANDA, 1960; FILHO E FONTES, 2009).

Segundo Filho e Fontes (2009), a célula fundamental da exploração agrária da época foi a grande propriedade monocultora e escravocrata, onde o cultivo da cana-de-açúcar foi realizado em larga escala, buscando tirar proveito das grandes extensões de terra já que o açúcar gerava uma alta rentabilidade via exportação. Este arranjo produtivo, por sua vez, demandava um alto número de mão de obra

para sua manutenção. Dias (2010) aponta que esta combinação de fatores implicou na formação de uma sociedade açucareira aristocrata e escravista. A partir daí o latifúndio e engenho se tornaram o centro da vida econômica e social no Brasil colônia, e que também ficou marcado pela imobilidade social onde os escravizados se encontravam na base da pirâmide dominada pelos senhores de engenho. (DIAS, 2010).

As configurações territoriais e econômicas no Brasil permaneceram sem modificações mais profundas durante todo o período de vigência das sesmarias, o qual se estendeu até a proclamação da independência e instauração do Brasil Império (FILHO e FONTES, 2009). A partir da independência foi iniciado o processo de privatização das terras no Brasil, e que culminou com a promulgação em 1850 da chamada Lei de Terras. O período compreendido entre o fim das sesmarias e a promulgação da Lei de Terras ficou conhecido como o “Império de posses”, pois não havendo nenhum tipo de normatização e regulamentação da propriedade das terras, a posse tornou-se a única forma de apropriação das mesmas (SILVA, 1997).

Assim, a Lei de Terras foi a legislação responsável pelo fim da apropriação de terras apenas por meio de sua ocupação e trabalho, sendo necessário, a partir de então, que houvesse a compra (BARBOSA, 2010). Com isso, as terras ocupadas anteriormente passaram a ser analisadas e submetidas às condições impostas pelo processo de privatização e as terras que estivessem em situações desviantes à nova legislação, retornariam às mãos do Estado que, por sua vez, as venderia para quem pudesse pagar. Gomes (2006) ressalta que a Lei de Terras impossibilitou que os segmentos economicamente fragilizados da população brasileira pudessem adquirir terras, visto que a forma de posse comum se dava pela apropriação por trabalho. A Lei de Terras serviu, assim, para legitimar a expulsão destes grupos que comumente estabeleciam sistemas organizacionais mais igualitários do ponto de vista social. O fato é que a Lei de Terras refletiu a crescente necessidade de adequar a propriedade fundiária à expansão capitalista mundial, o que implicava na restrição direta do acesso de uma ampla camada da população à propriedade agrícola (GOMES, 2006).

Por outro lado, Camacho (2011) argumenta que os negros foram os mais prejudicados, pois a restrição no acesso à propriedade teria sido objetivamente uma manobra da elite escravocrata para impedir uma subsistência minimamente autônoma deste segmento da população, pois ao impedir seu acesso à propriedade da terra, permaneceriam subordinados e dependentes. Além disso, a Lei de Terras,

aprovada apenas duas semanas após a Lei Eusébio de Queirós<sup>6</sup>, também previa subsídios do Estado à vinda de colonos estrangeiros para trabalhar na agricultura, desvalorizando ainda mais o trabalho dos negros e prevendo o “embranquecimento”<sup>7</sup> brasileiro (CAMPOS, 2012).

De forma adicional, Ribeiro (1996) afirma que mesmo após a abolição da escravidão e o término do período imperial – com a instauração da forma de governo republicana em 1889 – não houve nenhuma mudança estrutural no quadro da concentração fundiária e nos privilégios desfrutados pelas classes dominantes. Além disso, a abolição da escravidão não proporcionou um processo de reparação, indenização ou concessão de terras aos negros livres que, legalmente, continuaram sem poder ocupar terras ou, tampouco, possuíam recursos financeiros para comprá-las diretamente do Estado. Desta forma, o que ocorreu no Brasil pós-escravidão foi a manutenção da estrutura fundiária desenvolvida desde a chega dos portugueses, com vida econômica ainda apoiada na grande propriedade monocultora e exportadora. Porém, é importante notar que após o declínio da cana-de-açúcar, o café se tornou o principal impulsionador da economia brasileira, sendo que neste novo ciclo econômico a população negra recém-liberta foi marginalizada, o que serviu para acentuar o seu processo de exclusão social (RIBEIRO, 2004).

O abandono intelectual e econômico aos negros recém-libertos foram também cruciais para o desenvolvimento do subemprego, do aparecimento das favelas, e do aumento de sua pauperização. De acordo com Lopes (1987), a partir da promulgação da Lei de Terras, com a restrição do acesso à terra, ficou impossibilitada a criação de um campesinato negro autônomo e estável, o que poderia ter sido uma forma de minimizar os males sociais da escravidão no Brasil. Albuquerque (2006) esclarece que outro elemento que serviu para intensificar a exclusão dos negros no período pós-escravidão é que não houve nenhum esforço estatal para incluí-los na força de trabalho remunerada. Em função disso, a maioria da população negra livre permaneceu em áreas rurais, habitando pequenas parcelas de terras doadas ou arrendadas pelos seus antigos senhores como forma de mantê-los vinculados à propriedade. Nesses arranjos verticalizados, os agricultores negros

---

<sup>6</sup>Trata-se da Lei nº. 581 - de 4 de setembro de 1850, “Lei Eusébio de Queiroz”, que estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos no então Império Brasileiro.

<sup>7</sup>O embranquecimento é entendido por Cunha (1985) como o projeto de Estado Nação brasileiro do início do século XIX, que objetivava a deportação progressiva dos negros do país e o incentivo à vinda de trabalhadores europeus a fim de propiciar a homogeneidade da cor de pele branca no território brasileiro.

normalmente entregavam parte do que plantavam ou prestavam serviços nas propriedades, sobretudo em períodos de colheita (ALBUQUERQUE, 2006).

Já outra parcela de libertos passou a ocupar as periferias distantes dos centros urbanos como cortiços e vilas, exercendo funções subalternas e desvalorizadas, ou permaneceram nos centros como mendigos ou asilados em Santas Casas até a morte. Um número menos expressivo de libertos conseguiu retornar à África. As condições estabelecidas no período pós-escravidão foram as responsáveis pela manutenção da privação ao acesso a terra e aos direitos humanos fundamentais, que geraram consequências econômicas, sociais e ideológicas até os dias presentes, em que os negros permanecem nas camadas econômicas mais desfavorecidas e menos assistidas pelas políticas do Estado (ALBUQUERQUE, 2006; SILVA 2011).



## **CAPITULO 2.0 – QUILOMBOLAS: (IN) DEFINIÇÕES**

### **2.1 Origens históricas e conceituais**

A implantação do sistema escravista foi uma característica comum da colonização europeia no continente americano. Segundo Malerba (1999), em função disso, os quilombos se tornaram importantes espaços de resistência à escravidão e de expressão da insatisfação com o cativo, complementado por outras manifestações de rebeldia individuais manifestadas pela morosidade na concretização do trabalho cotidiano, nas agressões aos senhores e capitães do mato, ou mesmo suicídios e abortos.

Os quilombos foram denominados de formas distintas nas diferentes regiões onde o processo de escravidão ocorreu. Denominações comuns incluem os *palenques* ou *cumbes* na América espanhola, os *maroons* na América inglesa e quilombos<sup>8</sup>, mocambos ou calhambolas no Brasil (ANJOS, 2005). O fato é que os quilombos foram um tipo de resistência típica da escravidão e eram formados a partir da fuga e reunião de grupos de escravos fugidos, que tinham como destino principalmente o campo ou as cidades, tanto em partes periféricas delas – em núcleos semi rurais - quanto nos centros. Entretanto, Reis e Gomes (1996) afirmam que as fugas para os centros da cidade nem sempre objetivavam a formação de um grupo, mas sim a busca do anonimato junto à massa de negros livres que circulavam pelas cidades.

A primeira definição dada a quilombo foi a do Conselho Ultramarino em 1740, como resposta a uma demanda do rei de Portugal, em que foi definido como toda habitação de negros fugidos em número superior a cinco, mesmo que parecesse despovoada ou com ausência de elementos como ranchos ou pilões (REIS e GOMES, 1996). Esta caracterização se tornou clássica e influenciou toda uma geração de estudiosos que tratavam desta temática, referindo-se ao quilombo sempre no passado, como se este não fizesse mais parte da vida do Brasil, ou que mantivesse as mesmas características do período colonial. Em função desse tratamento acadêmico, aos quilombos ficou associada a imagem de comunidades isoladas que procuravam recriar a África em um espaço estrangeiro. Esta era uma visão romantizada que limitou por décadas o estudo das múltiplas formações em que se constituíram os quilombos (REIS e GOMES, 1996; SOMMER, 2004; ANJOS, 2005).

---

<sup>8</sup>Cabe dizer que, no Brasil, a denominação “quilombo” foi atribuída externamente, já que os negros geralmente chamavam seus agrupamentos de cerca ou mocambo (SODRÉ, 1976).

Deste modo, entre os anos 1930 e os de 1950, o caráter predominante dos estudos sobre quilombos adotou uma perspectiva cultural em que estas formações possuíam como objetivo maior a resistência à aculturação que lhe era imposta nos países em que os negros foram escravizados (RAMOS, 1935; RODRIGUES, 1977). A partir dos anos de 1950 o enfoque teórico sobre os quilombos foi modificado, influenciado principalmente pela entrada de autores que apoiavam a perspectiva marxista, em que o destaque passou a ser dado ao caráter de rebeldia dos quilombos. Em função disso, o escravo aquilombado virou representação da resistência negra como negação do regime de cativo por meio da criação de uma sociedade alternativa. Entretanto, esta visão ainda enfatizava o isolamento, e a marginalização do quilombo, pois propagava a ideia de que, pela incapacidade do escravizado em acabar com o sistema escravista, a fuga se tornou a única possibilidade real de se criar uma sociedade com modos de vida diferenciados (MOURA, 1959; ALVES FILHO, 1988).

Entretanto, a partir dos anos 1980 as discussões acerca dos quilombos, apesar de manterem alguns traços de seus antecessores, se diferenciaram por abandonar a busca dos resquícios africanos, e por inserir no debate a qualidade política dessas aglomerações. As vertentes mais atuais acentuam que os quilombos tinham projetos políticos e organizacionais próprios, como também negociavam com a sociedade envolvente, além das alianças que estabeleciam com escravos assenzalados, libertos, índios e brancos, o que explica a sobrevivência dos quilombos (GOMES, 1996; CAMPOS, 2012).

No sentido de esclarecer a relação dos quilombos com a sociedade envolvente, Campos (2012) afirma que aqueles localizados em áreas rurais podiam ser bons esconderijos por serem pouco acessíveis às forças da ordem imperial, mas que só foram mantidos graças a todo tipo de trocas realizadas com os vizinhos. Assim, Campos argumenta que havia um processo de interação dos quilombolas com proprietários rurais, taberneiros e outros negociantes com quem faziam acordos e trocavam produtos ou informações, inclusive aquelas referentes a buscas de negros fugidos, o que lhes permitia se anteciparem e manterem a vida nos espaços eleitos. Este conjunto de relações desmente a tese do isolamento dos quilombos e caracteriza o que Gomes (1996) chama de campo negro. Neste caso, o campo negro sintetiza os fluxos de intercâmbio comercial e de informações que eram a base das relações entre os diferentes grupos sociais, entre livres e aquilombados, e que permitiam a manutenção da vida no quilombo. Campos (2012) aponta, ainda,

que a complexidade destas relações muitas vezes era encontrada no interior do próprio quilombo, pois historicamente esses agrupamentos eram formados não apenas por negros<sup>9</sup>, mas também por índios, pardos e brancos.

Por outro lado, é importante notar que os quilombos que existem até hoje não se formaram somente na época de vigência da escravidão. Segundo Algranti (1988), muitos grupos de escravos libertos, sem expectativas para o próprio futuro, decidiram se agrupar entendendo que juntos conseguiriam garantir mais possibilidades de sobrevivência e formaram quilombos. Este processo também se deu com aqueles que foram para as cidades e passaram a encher os cortiços e locais mais pobres, distantes ou inacessíveis na própria cidade, formando bairros predominantemente negros e constituindo quilombos urbanos (ALGRANTI, 1988). Quanto aos negros que já se encontravam aquilombados desde o período colonial, a abolição da escravidão encontrou estes espaços ocupados, e o Estado não foi capaz de extingui-los, até que, com o passar do tempo, acabaram sendo incorporados ao espaço urbano ou agrário (CAMPOS, 2012).

Dada estas possibilidades de formação e manutenção dos quilombos, os territórios ocupados pelos quilombolas podem ter origens diversas. Little (2002) enumera desde as frequentes ocupações de terras livres das quais negros, em época de escravidão ou não, se apropriaram pelo trabalho, até aquelas terras que foram compradas por negros que juntaram dinheiro por toda a vida, por meio de pequenos trabalhos remunerados. Segundo Little, isto era mais fácil para os escravizados que trabalhavam com mineração e conseguiam comprar a própria alforria por meio de quantia que juntavam em ouro. Entretanto, também ocorria a prática de senhores que em seus testamentos libertavam algum cativo e lhe deixavam como herança um pedaço de terra (REIS e GOMES, 1996).

Esclarecidas as possibilidades das diferentes origens dos quilombos, o fato é que atualmente eles já não guardam as mesmas características pelas quais surgiram. Portanto, é junto à atualização do fenômeno que surgiu a necessidade de atualização da nomenclatura e do próprio conceito. Segundo O'Dwyer (2002), as populações quilombolas são entendidas atualmente como grupos de afrodescendentes que ocupam áreas que em grande parte dos casos não eram suas de origem, independentemente de laços escravistas. Além disso, os territórios controlados pelos quilombolas são caracterizados pelo seu caráter coletivo de uso

---

<sup>9</sup>A palavra “negro” passa a ser utilizada - em sentido politizado - a partir da segunda década do século XX, substituindo o termo “homem de cor” (CAMPOS, 2012).

da terra, por sua população heterogênea do ponto de vista de sua composição étnica, e por padrões de propriedade caracterizados pelo uso comum da terra (O'DWEYR, 2002). Os quilombolas possuem, ainda, identidade étnica que os distingue do restante da sociedade, ressaltando ser esta identidade um processo de auto identificação dinâmico que não se reduz aos seus elementos materiais ou a traços biológicos distintivos, como a cor da pele, por exemplo (LEITE, 2000; O'DWEYR, 2002; ARRUTI, 2003).

A partir da Constituição Federal, promulgada em 1988, a denominação “quilombo” ficou em segundo plano, pois em seu artigo 68 dos Atos e Disposições Constitucionais Transitórias, foi consagrada uma nova forma para definir estes agrupamentos como sendo “comunidades remanescentes de quilombos”. Todavia a instituição da terminologia não foi acompanhada de maiores discussões sobre seu significado. Em função disso, Arruti (1997) chega a caracterizar o artigo 68 como apenas mais um item no pacote das festividades pelo centenário da abolição da escravidão que ficou sem qualquer proposta de regulamentação até a década de 1990.

Assim, a nomenclatura que deveria abarcar uma ampla gama de grupos formados nas situações mais distintas, veio a trazer limitações que foram amplamente criticadas. Leite (2000) argumenta que a noção de remanescente trouxe a ideia de algo que já não existe, ou que está em processo de desaparecimento. Leite também ressalta que a palavra quilombo se mostra inadequada por remeter ao caso clássico do Quilombo dos Palmares, uma unidade fechada, igualitária e coesa, que não condiz com a realidade da maior parte dos casos atualmente encontrados. Ainda para Leite, outra polêmica se refere ao fato de que a expressão não corresponde à autodenominação dos próprios grupos e, portanto, trata de uma identidade a ser, ainda, politicamente construída.

Uma tentativa de minimizar os efeitos negativos gerados pela nomenclatura instituída pela Constituição de 1988 se deu na forma do Grupo de Trabalho Sobre Comunidades Negras Rurais (GT/CNR) da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) com o objetivo de reelaborar o conceito de “remanescente de quilombo”. O documento gerado pelo GT/CNR da ABA procurou desfazer os equívocos causados pela suposta condição remanescente, negando a referência a resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. O documento do GT/CNR da ABA também tratou de desfazer a ideia de isolamento, de população homogênea, ou como decorrente exclusivamente de processos insurrecionais. O

documento adotou uma posição crítica em relação a uma visão estática do quilombo, ressaltando os aspectos contemporâneos dos pontos de vista, organizacional, relacional e dinâmico, bem como da variabilidade das experiências capazes de serem amplamente abarcadas pela ressemantização do termo (ABA, 1994).

Esta discussão complexa acerca da terminologia adequada ao fenômeno levou a que diferentes autores<sup>10</sup> optassem por denominações diferenciadas para os agrupamentos quilombolas, tais como: terras de preto, comunidades negras rurais, mocambos, território negro. O intuito desses autores foi abarcar de forma mais global as especificidades que existem no universo quilombola (GOMES, 1996). Em geral todas estas definições enfatizam a condição de coletividade camponesa, a qual é definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade, sem fazer articulação com as questões relacionadas à resquícios arqueológicos ou antropológicos. Como essas denominações não obedecem ao que é juridicamente instaurado é comum que, segundo as estimativas dos autores que as adotam, a quantidade de comunidades seja maior que as oficializadas pelos órgãos governamentais.

Outro termo da nomenclatura formal utilizado de forma corriqueira é a de “comunidade”, que não se refere somente às aglomerações quilombolas como também às formadas por outros agrupamentos tradicionais<sup>11</sup>. Na teoria sociológica é corriqueiro o uso do conceito de comunidade em oposição à de sociedade. Enquanto a comunidade seria tradicional, a sociedade seria moderna; enquanto a comunidade agregaria, a sociedade desagregaria. Tönnies (1995) aponta que existem três condições para a formação das comunidades, que podem aparecer combinadas ou isoladas. A primeira condição diz respeito à consanguinidade e às relações afetivas daí provenientes, caracterizando o que Tönnies denominou de comunidades de sangue. Outras formas comunitárias podem estar ligadas por dimensões objetivas como o território compartilhado, caracterizando as comunidades de lugar. Finalmente, há o que Tönnies denominou de comunidades de espírito, que seriam definidas por um conjunto dos laços imateriais que uniriam

---

<sup>10</sup>Ver GUSMÃO (1995); GOMES (1996); ALMEIDA (1999).

<sup>11</sup>A expressão “comunidades ou populações tradicionais” surgiu no seio da problemática ambiental, no contexto da criação das unidades de conservação (UCs) para dar conta da questão das comunidades tradicionalmente residentes nestas áreas tais como povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, extrativistas, pescadores, entre outros. Sobre isso vale consultar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais instaurada pelo decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

grupos de pessoas, tais como: a amizade, a moral e a harmonia que os mantêm coesos. A abordagem de Tönnies facilita o entendimento da dinâmica de funcionamento das comunidades quilombolas, pois permite vislumbrar o tipo de valoração conferida ao relacionamento interpessoal entre moradores, ao território e à natureza, e que são diferenciados dos valores encontrados na população em geral, sobretudo a urbana.

Apesar da coesão comumente encontrada no interior destas comunidades - conforme os fatores citados por Tönnies (1995) - há acontecimentos que possuem potencial para modificar suas formatações, em sua maioria, fatores exógenos. Tal consideração converge com o cenário atual em que, cada vez mais, comunidades quilombolas são alvos de políticas públicas as quais parecem funcionar de forma dúbia. Assim, da mesma forma que tais políticas podem resultar em melhorias voltadas às garantias de direito das diversas comunidades, elas também têm potencial para imprimir mudanças na dinâmica comunitária, sobretudo quando definem identidades étnicas como se apenas legitimassem uma identidade já consolidada (LIFSCHITZ, 2011).

Por outro lado, Lifschitz (2011) propõe o conceito de neocomunidade como uma tentativa de dar conta dos processos de reconstrução de comunidades tradicionais na contemporaneidade. Lifschitz desenvolveu este conceito a partir de estudos em comunidades remanescentes de quilombos do Norte Fluminense, onde notou a influência de agentes externos (e.g., agente de organizações não governamentais – ONGs -, técnicos de órgãos governamentais, e pesquisadores) que, com o argumento de auxiliar na compreensão e efetivação das políticas previstas a estes grupos, desenvolveram um processo de forte interação. Esta interação, entre as comunidades quilombolas e os agentes externos, terminou por romper o isolamento social e econômico que até então eram característicos dos locais. Segundo Lifschitz tais interações ajudaram a reconfigurar as relações intra/inter comunidades e seu entorno, fazendo emergir a necessidade de se encontrar um termo que desse conta das atualizações territoriais, culturais, ancestrais e materiais que tomaram as (neo) comunidades. O autor ainda ressalta que as ações dos agentes externos seguem, comumente, um sentido retroativo, pois em vez de provocarem a propagação de hábitos modernos nas comunidades, buscam a atualização de suas tradições, buscam uma autenticidade propagada pelas definições formais constantes nas obras do início do século XX e que influenciaram as políticas públicas do segmento.

De qualquer forma, dadas as questões aqui elencadas, o que parece sempre estar em jogo, a despeito das diferentes categorias conceituais e normatizações jurídicas acerca dos quilombolas ou comunidades, é o fator identidade, que geralmente aparece articulado ao território. A relação aparentemente simbiótica entre estes dois conceitos, e as questões que dela resultam, serão abordadas na próxima seção.

### *2.1.2 Identidade e território*

No Brasil, a partir de 1980 questões envolvendo identidades étnicas se tornaram mais frequentes, pois foi intensificado o processo de organização política de determinados grupos em busca de reconhecimento e da garantia da permanência em seus territórios, como no caso dos povos indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos (O'DWYER, 2002). A partir de então, estes grupos passaram a ocupar espaços na esfera pública, onde se apresentaram como sujeitos de direito para reclamar suas posses materiais e culturais. Segundo Arruti (1997), no caso dos quilombolas, termos que até então eram usados para distingui-los do resto da população na forma de estigmas, passaram a ganhar uma conotação positiva. Assim, palavras como “negro” ou “preto”, muitas vezes recusadas até pouco tempo antes da adoção da identidade de remanescentes, passaram a ser adotadas.

Em função deste processo de apropriação, a quantidade de grupos que passaram a reclamar a identidade quilombola cresceu entre os anos 1990 e 2000. Esta apropriação foi facilitada pelo aparecimento dos marcos legais que formalizaram os significados de identidade e território como a promulgação do Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta os procedimentos para a identificação, demarcação e titulação de terras. Além disso, o artigo 2º do Decreto nº 4.887/2003 estabeleceu que remanescentes de quilombos seriam “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

O Decreto nº 4.887/2003 também estabeleceu que a caracterização como remanescente deveria partir da própria comunidade, preconizando assim a condição de auto definição. No mesmo sentido, foi promulgado o Decreto nº 5.051/2004 responsável por incorporar à legislação brasileira a Convenção Nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. Um aspecto particularmente relevante do Decreto nº 5.051/2004 aparece no item 2 do

seu artigo 1º, onde ficou estabelecido que o critério fundamental para determinar se uma comunidade é ou não protegida pela Convenção Nº 169 da OIT é a consciência de sua identidade. Em outras palavras, os próprios membros podem dizer se são ou não pertencentes a um determinado grupo (e.g., quilombolas, indígenas, ribeirinhos). Estes marcos legais trouxeram a questão da identidade para o centro da discussão sobre direitos, onde a questão territorial remete a um passado de lutas, de injustiças dirigidas a antepassados e que estão refletidas nos membros atuais de um determinado grupo, o qual partilha de território e identidade comuns e que os diferencia do resto de uma determinada sociedade.

Um elemento que requer uma clarificação se refere à indissociação dos conceitos de território e identidade, visto que o primeiro conceito pode oferecer os elementos necessários para a afirmação do segundo. Em Haesbaert (1999) se encontra a ideia de uma identidade territorial, caracterizada como uma identidade social definida a partir do território e da apropriação que ocorre tanto no campo das ideias quanto no da realidade. Segundo Hasbaert, é possível ponderar que não há território sem as valorações simbólicas atribuídas por seus habitantes que, ao mesmo tempo, geram uma consciência de pertencimento. Além disso, Haesbaert (2004) argumenta que além das relações de poder estabelecidas no território, há ainda uma dupla conotação a ele direcionada, a material e a simbólica.

A partir da justificativa de que todo território é, ao mesmo tempo, e em diferentes combinações, material e simbólico, que se pode postular que as relações de poder geram inseparavelmente a realização de funções, bem como a produção de significados. Neste caso, Haesbaert (2004) desenvolve uma concepção de territorialidade que, num sentido estrito, pode ser interpretada como a dimensão simbólica e cultural do território; mas que de forma mais ampla, pode ser vivenciada mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado. Este é o caso das territorialidades quilombolas que impulsionaram estes grupos e os manteve unidos mesmo quando, historicamente, seus territórios foram continuamente desfeitos, obrigando-os a encontrar novas áreas para ocupar.

Por outro lado, Arruti (1997) postula que a apropriação da identidade quilombola por grupos que passam a assim se autodenominar de forma a acessar direitos pode modificar as relações territoriais anteriormente estabelecidas. Em função disso, no decorrer do processo de nomeação de um grupo como “remanescente de quilombo”, é que se produz uma série de mudanças que atinge as comunidades, tanto nas relações de poder com os que as rodeiam (i.e., populações



vizinhas, os poderes locais e o aparelho de Estado) quanto nas relações internas, e que são refletidas em disputas e, muitas vezes, na criação de chefias ou formas de ordenamento político, que alteram também os significados atribuídos às festas, rituais e memórias (ARRUTI, 1997).

## **2.2 As mudanças no marco legal e o avanço das políticas públicas quilombolas**

Diferentes autores que realizam estudos relacionados às comunidades remanescentes dos quilombos concordam que a luta pela terra é uma das características mais fortes das comunidades (ANJOS, 2005; ARRUTI, 2003; ALMEIDA, 2005; LEITE, 2008; O'DWYER, 2002;). Embora sejam reconhecidos pelo Estado como grupos que possuem direitos específicos, o processo para obtenção definitiva dos títulos das terras pelos quilombolas pode demorar vários anos para acontecer, devido a empecilhos burocráticos, conceituais e políticos.

O atendimento da demanda de que a propriedade da terra fosse concedida aos quilombolas esteve ausente na legislação brasileira até a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Um dispositivo importante foi posto no artigo 68 dos Atos Dispositivos Constitucionais Transitórios (ADCT) – que, apesar de causar polêmicas conceituais até hoje, se tornou um instrumento jurídico para que os quilombolas pudessem reivindicar o direito à terra (ARRUTI, 1997). Além disso, os artigos 215 e 216 da Constituição, que tratam do patrimônio cultural brasileiro, também estabeleceram a proteção às manifestações afro-brasileiras e o tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (CHASIN & PERUTTI, 2009).

Junto aos avanços expressos pela Constituição Federal de 1988, outros fatos serviram para colocar em evidência a questão da identificação e titulação das terras quilombolas. Nesse sentido, Souza (2010) trata da criação da Fundação Cultural Palmares (FCP) por meio da Lei N.º 7.668/1988 como sendo um passo importante no esforço de legalizar a ocupação de terras por comunidades quilombolas. A FCP é um órgão atualmente ligado ao Ministério da Cultura e, dentre suas várias competências, estão preservação da cultura, o combate ao racismo, e a promoção da cidadania da população negra brasileira.

Outro marco relevante na consolidação das políticas públicas voltadas para a população quilombola é a Portaria n.º 307/1995 do INCRA que definiu o plano de trabalho para a concessão às comunidades remanescentes de quilombos dos títulos de reconhecimento de domínio sobre suas terras inseridas em áreas públicas

federais. Além disso, em 26 de outubro de 1999 foi editada medida provisória pela Presidência da República que deu ao Ministério da Cultura a competência para o cumprimento no disposto no artigo 68 do ADCT que, por sua vez, delegou à FCP o cumprimento das diretrizes ali inseridas. Em função disso, a FCP esteve responsável, até 2003, pela identificação dos remanescentes das comunidades de quilombos, e pelo reconhecimento, a delimitação e a demarcação das terras, procedimentos que permaneceram desta forma até a promulgação do Decreto 4887/2003.

A partir da promulgação do Decreto 4887/2003, o INCRA passou a ser responsável por parte dos procedimentos relacionados à concessão de terras para as comunidades remanescentes de quilombos, fazendo com que este processo passasse a ser dividido em duas partes: 1) a emissão de certificação de reconhecimento sobre a identidade quilombola ficando por conta da FCP (sempre como resultado de uma demanda que parta inicialmente das próprias comunidades quilombolas) e 2) a titulação e demarcação de terras ficando a cargo do INCRA (SOUZA, 2010).

Ainda no ano de 2003 foram adotadas diferentes medidas pelo governo do presidente Lula. Uma das primeiras foi a promulgação da Lei 10.678/2003 que criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) cuja missão é acompanhar, articular e coordenar políticas de diferentes ministérios e de outros órgãos do Governo Federal para a promoção da igualdade racial. Uma segunda medida foi a promulgação do Decreto 4.885/2003 que criou o Conselho Nacional de Igualdade Racial, cujo objetivo principal é propor em âmbito nacional a formulação de políticas de promoção da igualdade. Uma terceira medida foi a promulgação do Decreto 4.886/2003 que criou a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) cujas diretrizes preveem a descentralização das ações, democratização da gestão e integração entre as instâncias responsáveis pela efetivação destas políticas públicas. Uma quarta medida se deu no campo da educação a partir da promulgação da Lei 11.645/08, complementar a Lei nº. 10.639/2003, que criou a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas brasileiras de ensino fundamental e médio, tanto da rede pública quanto das unidades particulares.

Já em 2004 foram criados o Programa de Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial (PPAIR) e o Programa Brasil Quilombola (PBQ) que se tornaram referências na consolidação dos marcos da política do Estado brasileiro

para as áreas quilombolas. Um desdobramento destes dois programas foi a criação da Agenda Social Quilombola, por meio do Decreto 6261/2007, que agrupou as ações voltadas às comunidades quilombolas em várias áreas, tais como: acesso à terra; infraestrutura; inclusão produtiva; direito e cidadania (ALMEIDA, 2005).

Já no segundo mandato do governo do presidente Lula, uma das primeiras medidas adotadas para aprofundar as políticas voltadas para as comunidades quilombolas foi a promulgação do Decreto Presidencial n.º 6.040/2007, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), a qual também abarca as comunidades quilombolas em todos os benefícios previstos. Em 2010 foi criado o Estatuto da Igualdade Racial, por meio da Lei 12.288/2010, que garantiu à população negra a igualdade de oportunidades e a defesa dos direitos étnicos individuais e coletivos.

No tocante à formulação de políticas voltadas especificamente à agricultura, muitas delas preveem a inserção dos quilombolas como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA prevê a entrada de quilombolas desde 2007, tendo inclusive ações orçamentárias previstas para tal inserção. Além disso, há também o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda a agricultores familiares, disponibilizando crédito para custeio de safras, atividades agroindustriais, investimento em equipamentos e infraestrutura. O PRONAF prevê a inserção de comunidades quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores, assentados de reforma agrária, pequenos agricultores e produtores em geral. Além disso, também está prevista a oferta do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola pertencente ao Plano Brasil Sem Miséria, direcionado a famílias em situação de vulnerabilidade social, como famílias do semiárido, povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e ribeirinhos, entre outros (SEPPIR, 2005).

No tocante ao número de terras tituladas nos últimos governos federais, é importante fazer uma comparação entre os mandatos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula, e Dilma Rousseff. Em seus oito anos de mandato, o presidente FHC titulou 8 terras num total de 116.491,56 ha onde viviam 1.120 famílias. Porém, é importante notar que a partir do ano 2000, o governo FHC, por meio da FCP, outorgou 11 títulos às comunidades quilombolas sem, no entanto, garantir que todas as fases fossem realizadas apropriadamente (como a

desapropriação e a desintrusão de terras), por conta do entendimento de que não cabia ao Estado a responsabilidade por tais medidas e sim aos quilombolas. Deste processo de legalização inconclusa, resultou a continuidade dos conflitos fundiários com quilombolas e gerou títulos que não puderam ser registrados em cartório (CPISP, 2014).

Já no governo Lula, o INCRA teve que iniciar novos processos para regularizar as mesmas áreas em que o governo FHC não havia concluído o processo de transferência de titularidade de terras. Todavia, mesmo descontados os títulos sem valor legal, o governo FHC foi o que entregou a maior quantidade de terras às comunidades quilombolas onde a maioria estava situada no Pará, em áreas devolutas da União. O presidente Lula, em seus dois mandatos, titulou 8 áreas e regularizou parcialmente outras 4, beneficiando um total de 1.059 famílias. Ainda no governo do presidente Lula foi editado o primeiro decreto de desapropriação de terras quilombolas em âmbito federal, e até o fim de seus dois mandatos foram editados 43 decretos em benefício de comunidades quilombolas, mas que representaram apenas 39.232,44 ha (CPISP, 2014).

Enquanto isso, no primeiro mandato da presidente Dilma foram regularizadas, parcialmente, nove áreas onde viviam 1.192 famílias. A área parcialmente regularizada compreende 2.497,16 ha, ou seja, 8,5% do número total de hectares a serem titulados a essas nove terras quando o processo acontecer de forma completa (CPISP, 2014).

### **2.3 A contracorrente na concessão de direitos à quilombolas**

O avanço das políticas de apoio às populações remanescentes de quilombos também suscitaram uma crescente oposição política que causou uma série de retrocessos. Um destes retrocessos foi causado pelo questionamento do decreto 4887/2003, que foi realizado pelo antigo Partido da Frente Liberal, atualmente Democratas ou DEM, que entrou com uma ação direta de Inconstitucionalidade já em 2004 com o objetivo de impugná-lo. O fato é que se o Decreto 4887/2003 for declarado inconstitucional, todos os processos de demarcação e de titulação dos territórios quilombolas podem ser paralisados e invalidados. Uma possibilidade ainda mais negativa para os quilombolas é a de que, caso o Decreto 4887/2003 seja revogado, a titulação passe a obedecer ao antigo Decreto nº 3912/2001, que somente reconhecia como terras quilombolas aquelas que estavam ocupadas ainda antes da abolição da escravidão; além de modificar o processo burocrático para

efetivação da titulação, colocando-a toda a cargo da FCP. Os setores brasileiros que insistem em negar o direito ao território das comunidades quilombolas se utilizam de discursos com conceitos já superados, pois os argumentos de que a comunidade não ocupa o mesmo local desde 1888 e que por isso seus descendentes não tiveram relação direta com a escravidão, já foram tratados e superados pela legislação, pela academia e pelos movimentos sociais e políticos do Brasil (GAMA, 2010).

Outro retrocesso importante foi a Instrução Normativa (IN) do INCRA N.º 49/2008 que instituiu que o início do procedimento de titulação de terras passasse a estar condicionado à apresentação de certidão, emitida pela FCP, e de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos. Antes da IN 49/2008 do INCRA, o processo de titulação poderia ser iniciado com a apresentação, pela comunidade, de uma “simples declaração” de autodefinição de que a mesma seria uma remanescente de quilombos. Com a nova prerrogativa, a IN n.º 49/2008 violou tanto o Decreto nº 4.887/2003 – por exigir algo contrário ao processo de autoatribuição - quanto a Convenção 169 da OIT, já que esta nova imposição contraria o estabelecimento de “consciência da identidade” como definidor do pertencimento étnico, e que não deve ser atribuída por agente ou instância exterior ao grupo, mas sim pela própria comunidade reclamante.

Para Almeida (2005), a oposição aos direitos quilombolas à propriedade da terra decorre da disputa pelo controle dessas áreas, já que a ausência deste direito facilita a ação de posseiros, grileiros, latifundiários e até mesmo de agências imobiliárias vinculadas a bancos e entidades financeiras. Já para Treccani (2006), a titulação das terras quilombolas tem trazido reflexos na própria estrutura agrária nacional, democratizando o acesso à terra e dificultando um aumento ainda maior da concentração da propriedade nas mãos de uma pequena parcela da população. Em função disso, Montenegro (2010) considera que não chega a ser surpreendente que as demandas apresentadas pelas comunidades quilombolas tenham suscitado reações contrárias a sua concretização.

Além das dificuldades legais elencadas, Leite (2000, p. 350) aponta que as titulações de terras quilombolas seguem um ritmo aquém das expectativas das comunidades, uma situação que estaria atrelada a uma realidade onde a burocracia estatal se faz presente desenhando um quadro de “morosidade dos procedimentos, discussão interminável sobre de quem é a competência na condução do processo, e falta de investimento nas pesquisas para o conhecimento histórico-antropológico do

assunto”. Outro elemento destacado por Leite se refere à falta de sensibilização e informação aos funcionários das instituições governamentais envolvidos direta ou indiretamente na titulação de terras, dentre os quais se destacam o INCRA, Ministério Público, Ministério da Cultura e a FCP.

Finalmente, dentre os entraves identificados para garantia das demandas sociais das populações remanescentes de quilombos, um dos mais importantes a ser citado é o conflito de interesses ocasionados pela titulação das terras, já que o uso que fazem do território como local de reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica diverge diretamente da visão hegemônica que associa a terra à sua utilidade econômica (SANTOS, 2000). Este desencontro de interesses ocasiona a ocorrência de conflitos agrários que normalmente vitimizam aqueles com menor influência política no cenário brasileiro, tais como as populações camponesas e tradicionais (i.e., quilombolas, ribeirinhos, indígenas, e caiçaras) (SANTOS, 2000; FERNANDES e ALFONSIN, 2009).

## **CAPÍTULO 3.0 - CAMPOS DOS GOYTACAZES: O LEGADO ESCRAVOCRATA**

### **3.1 A trajetória da escravidão: da Província do Rio de Janeiro ao município de Campos dos Goytacazes**

A escravidão nas Américas envolveu o tráfico de 15 milhões de pessoas de diferentes partes da África, as quais foram transformadas em um tipo de mercadoria essencial à consolidação dos sistemas econômicos estabelecidos durante e após o período colonial. O Brasil foi o maior importador mundial de escravos, chegando a receber sozinho cerca de 40% dos africanos escravizados, sendo também o último país do continente americano a abolir a escravidão (REIS e GOMES, 1996; CHIAVENATO, 1999; ANJOS, 2005). Os primeiros negros escravizados chegaram ao Brasil em 1549 e foram desembarcados em São Vicente, onde foram colocados para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar (MOURA, 1994). A população de negros escravizados cresceu rapidamente, sendo que já em 1586, o Brasil colônia tinha uma população por cerca de 57.000 habitantes, dos quais 14.000 eram africanos. Já em 1798, a população colonial era de 3.250.000 habitantes, dos quais 1.582.000 eram africanos, ou seja, quase a metade (MOURA, 1994).

Honorato (2008) ressalta que a Província do Rio de Janeiro se destacou pelo fato de ter sido uma das principais portas de entrada de negros escravizados no Brasil. Honorato apresenta estimativas de que pelo Cais do Valongo<sup>12</sup>entraram quase um milhão de negros das mais diversas regiões da África, sendo que, em quase quatro séculos de escravidão, a cidade do Rio de Janeiro recebeu cerca de 20% de todos os africanos escravizados que chegaram vivos às Américas. Isso faz do Rio de Janeiro e do Cais do Valongo os maiores pontos de transferência forçada de pessoas na história da humanidade (HONORATO, 2008). Os negros trazidos possuíam idades distintas, não se poupando nem mesmo mulheres e crianças da escravidão (Tabela 2).

---

<sup>12</sup>O cais do Valongo, no Rio de Janeiro, é hoje candidato a Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) dada a sua relevância histórica e social para o país.

**Tabela 2- Distribuição, por idade e sexo, dos africanos vendidos a partir do Valongo e do porto do Rio de Janeiro entre 1822 e 1833**

Faixa Etária	Número de homens	Número de mulheres	Total de Escravizados
5 a 9 anos	10	6	16
10 a 14 anos	47	17	64
<b>Infantes</b>	<b>57</b>	<b>23</b>	<b>80</b>
15 a 19 anos	69	21	90
20 a 24 anos	73	21	94
25 a 29 anos	42	15	57
30 a 34 anos	30	8	38
35 a 39 anos	9	2	11
40 a 44 anos	15	3	18
45 a 49 anos	3		3
<b>Adultos</b>	<b>241</b>	<b>70</b>	<b>311</b>
60 a 64 anos	1	1	2
<b>Idosos</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

**Fonte:** Organizado pela autora a partir da obra de Honorato

Além dos locais considerados legais para o desembarque de negros escravizados – como o cais do Valongo - também havia na Província do Rio de Janeiro vários locais ilegais para desembarques clandestinos, e que se distribuía em diferentes pontos do seu território. Estes espaços ilegais ganharam notoriedade após a repressão do tráfico na cidade do Rio de Janeiro, se aproveitando das áreas pouco habitadas para realização de transações ilícitas (PEREIRA, 2011). Um primeiro ponto de desembarque ilegal de escravos foi o município de São Francisco do Itabapoana, principalmente nas praias de Manguinhos e Buena, onde o desembarque clandestino permaneceu ativo meso após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850<sup>13</sup>. Segundo Mattos (1998), as praias de São Francisco de Itabapoana recebiam escravos adquiridos por traficantes que atuavam em municípios vizinhos. Outro ponto de desembarque ilegal de escravos ficava nas praias de José Gonçalves e Rasa, em Búzios. A maioria dos escravos que chegava nestas praias era encaminhada às fazendas localizadas no Norte Fluminense. A parte restante dos escravos ficava nas propriedades da própria região, o que explica

<sup>13</sup> A Lei Eusébio de Queiroz foi uma modificação que ocorreu em 1850 na legislação escravista brasileira. A lei proibia o tráfico de escravos para o Brasil. A Lei Euzébio de Queiroz foi considerada um dos primeiros passos no caminho em direção à abolição da escravatura no Brasil.



a alta concentração de afrodescendentes na região até os dias atuais, bem como a origem do Quilombo da Rasa em Armação de Búzios, o qual foi reconhecido e certificado pela Fundação Cultural Palmares em 2005. O mesmo tipo de situação aconteceu na ilha de Marambaia (Mangaratiba) e em Bracuí (Angra dos Reis), onde os afrodescendentes conseguiram certificação como quilombolas em 2006 e 2011, respectivamente (MATTOS 1998).

No que se refere ao processo de escravidão negra no município de Campos dos Goytacazes, Monnerat (2012) sublinha que este se destacou no período colonial como o principal produtor de açúcar e centro econômico da região norte fluminense. Esta proeminência econômica culminou na alta concentração de escravos trazidos para trabalhar em engenhos, mas também utilizados nas mais diversas tarefas cotidianas. Os africanos trazidos para a cidade do Rio de Janeiro eram negociados e enviados em embarcações para a região do norte fluminense e encaminhados às grandes e pequenas propriedades, nas últimas, era comum o parco recurso e a pouca disponibilidade de escravaria o que tornava frequente, na realidade campista, senhores e escravos trabalharem lado a lado até o princípio do século XIX (RIBEIRO, 2001).

Ao contrário do que possa parecer, a convivência próxima não fez das relações escravocratas mais dóceis, pelo contrário, o viajante francês Saint-Hilaire ao passar por Campos dos Goytacazes no início do século XIX, fez notas acerca da sobrecarga de trabalho imputada aos negros, causando prejuízo às suas vidas e abreviando-as mais que o considerado comum à época (SAINT-HILAIRE, 1974). No avançar do século XIX, quando a agroindústria canavieira se tornou atividade econômica prioritária no Norte Fluminense, enriquecendo os senhores e criando um contingente maior de produções e de escravizados, estes que geralmente habitavam o mesmo lugar de seus senhores passaram a habitar as senzalas (FARIA, 1998).

Ainda sobre o trato conferido aos negros escravizados, Ribeiro (2001) coloca que o cotidiano escravocrata campista se destacou pelo uso da violência e das estratégias de controle para garantir a manutenção da ordem escravista, com mecanismos que visavam não apenas punir, mas também se antecipar às possíveis atitudes perigosas dos negros. Um exemplo disso foi a implantação do primeiro Código de Posturas da Cidade em 1829 (RIBEIRO, 2001). Neste código foi regulamentada a vida do escravo em sociedade, a vigilância de suas atitudes, as punições aos que desobedecessem às normatizações, como também aos que auxiliassem escravos desobedientes ou fugitivos. O Código de Posturas de 1829

também regulamentava as condições para apreensão de negros fugitivos e aquilombados. Neste caso, qualquer um poderia capturar escravos, inclusive outros escravos, desde que conduzissem o fugitivo à cadeia levando cédula assinada por Juiz de Paz, Fiscal, ou Oficial de Quarteirão que estivesse mais próximo e, como consequência, era dada uma recompensa em dinheiro ao condutor do escravo apreendido (RIBEIRO, 2001).

Além disso, outras formas de controle eram previstas no Código de Posturas de 1829 para abarcar situações aparentemente não perigosas, tais como: a proibição de ajuntamento de escravos, da venda de bebidas alcoólicas aos mesmos, ou de que jogassem em grupo, sob a justificativa do zelo pela segurança e ordem públicas. Estas estratégias eram adotadas por conta do medo permanente de que os negros se revoltassem, medo que aumentava a cada insurgência noticiada ou mesmo com ações individualizadas de escravos homicidas, suicidas e fugitivos. Por conta disto, não só a violência e a opressão pública foram utilizadas para manutenção da ordem vigente, como também a negociação por meio de alforrias, cessão de terrenos a escravizados para cultivo, transição para afazeres mais leves, dentre uma sorte de favores ou promessas utilizadas para amenizar os ânimos dos negros (RIBEIRO, 2001).

O receio presente na sociedade branca campista poderia ser justificado também pelo alto índice de escravizados que habitavam o município de Campos dos Goytacazes, sobretudo do fim do século XVIII e ao longo do século XIX, quando a população de escravizados chegou a ser superior a de pessoas livres (Tabela 3). Estes índices faziam do município de Campos o maior concentrador de negros escravizados de toda a província do Rio, comprando, somente nas três primeiras décadas do século XIX, 48,3% dos escravos vendidos na província (FRAGOSO & FERREIRA, 2001).

**Tabela 3. Estimativas da proporção de escravos em Campos dos Goytacazes (1790 – 1836)**

<b>Anos</b>	<b>Livres</b>	<b>Escravos</b>	<b>% de Escravos</b>
1799	14.447	19.058	56,9
1816	14.560	17.357	54,3
1821	17.280	19.234	52,7
1836	21.123	30.595	59,2

Fonte: Soares (2010, p. 76)

Quanto ao perfil dos escravos, Soares (2010) indica que a busca em inventários *post mortem* e em registros de batismo de escravizados em Campos dos Goytacazes demonstra que a origem da maior parte desta grande população provinha de Angola e, em menor número, de Moçambique. Além disso, segundo Soares era persistente a proeminência numérica de homens adultos em detrimento ao número de mulheres, idosos e crianças. Esta característica é explicada pelo fato de homens jovens terem sido a mão de obra mais requisitada para o trabalho nas fazendas e engenhos. Soares sugere, ainda, que tal discrepância era intensificada pelos níveis alarmantes de mortalidade infantil, baixa expectativa de vida e de poucas mulheres que pudessem gerar novos filhos, levando à constante necessidade de compras de escravos que atendessem ao ritmo acelerado de crescimento da produção açucareira<sup>14</sup>.

Ainda sobre o alto contingente de escravizados em Campos, Moretto (2011) esclarece que estes números não diminuíram em função da repressão do tráfico representado, primeiramente, pela Lei de 7 de novembro de 1831 – que não só determinava livres todos os africanos que entrassem no Brasil a partir daquela data, mas também punições aos envolvidos em contrabando, mas seis anos depois desta lei o tráfico atingiu proporções ainda maiores. Tampouco houve uma diminuição a partir da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz - lei nº 581 de 4 de setembro de 1850, que surge 5 anos depois com o mesmo objetivo. Assim, o tráfico ilegal permaneceu ativo no Norte Fluminense e, mesmo quando os registros demonstravam menos africanos listados na região, isto se deu em muito por conta

---

<sup>14</sup>O desequilíbrio entre homens e mulheres era menor entre os crioulos (negros nascidos no Brasil) chegando ao ponto de haver mais mulheres do que homens nas pequenas escravarias, entretanto esta situação era rara (SOARES, 2010).

das estratégias usadas pelos donos de escravos para driblar fiscalizações (MORETTO, 2011).

Todo esse contexto de manutenção do comércio de escravos sob condições especialmente duras teve como resposta o surgimento de um ativo movimento abolicionista, que se intensificou a partir de 1884, período em que nasceu o jornal abolicionista “Vinte e Cinco de Março” (LIMA, 1981; FEYDIT, 1985). Em função da existência de um movimento abolicionista forte, as manifestações dos escravizados em Campos dos Goytacazes se tornaram ainda mais comuns, e foram organizadas em ações coletivas, concomitantemente, ganhando apoio da opinião pública por conta de mudanças estruturais que acometiam toda a sociedade brasileira. Como resultado, era cada vez maior a crença de que o fim do cárcere humano era imprescindível ao desenvolvimento de uma nação que se queria civilizada. Assim, o abolicionismo marcou uma aliança de interesses, já que a muitos de seus defensores importava a transformação das relações de produção, a substituição da mão de obra escrava por mão de obra assalariada, esta que permitiria a livre expansão capitalista e o crescimento econômico do país. Entretanto, as mudanças no contexto sociopolítico não diminuem a importância das ações dos negros na direção da ruína escravista e nem diminuíram a resistência e a violência com que os senhores de engenho enfrentaram a decadência de sua ordem (RIBEIRO, 2004).

Quanto ao perfil do movimento abolicionista em Campos dos Goytacazes, este foi amplo, ganhando a adesão de bandas musicais, clubes carnavalescos, irmandades religiosas, poetas, músicos, artistas de companhias teatrais, médicos, professores e até mesmo barões do açúcar (SILVA, 2004). Apesar de muitas ações do movimento abolicionista terem ocorrido antes de 1884 (e.g., a criação da Sociedade Campista Promotora do Trabalho Livre em 1856 e da Sociedade Campista Libertadora em 1881; promoção de alforrias, e de acordos e contatos diretos com os escravizados), Sousa (1935), Lima (1981) e Ribeiro (2004) concordam que foi a partir deste ano que as movimentações se intensificaram na cidade, época em que os abolicionistas passaram a apoiar e organizar manifestações de rebeldia, abrir inquéritos contra donos de escravos; promover exames de corpo de delito em casos de maus tratos; e financiar alforrias (LIMA, 1981).

Outra forma importante de resistência coletiva e organizada na região norte fluminense foi a formação dos quilombos, que apesar de existirem ao longo do

processo de escravidão, acabaram ganhando destaque entre o final do século XVIII e início do XIX. Neste sentido Oscar (1985, p. 175) esclarece que:

“Nesse período, só nas imediações de Campos brotariam inúmeros pequenos valhacoutos, de que os mais importantes seriam o Quilombo de Loanda, cujos moradores, em julho de 1880, pacificamente se entregaram ao delegado Carlos de Lacerda, e o quilombo surgido nas matas da freguesia de Conceição do Travessão, que seria dispersado à força das armas em 1884, com mortos e feridos. Também ali, na região do Morro do Coco, outro quilombo seria desalojado em 1886.”

Em relação ao reconhecimento social da luta abolicionista, Lima (1981) e Ribeiro (2004) sugerem que foi justamente por conta de seu paulatino reconhecimento que os fazendeiros admitiram a urgente necessidade de realizarem mudanças, já que a transição para o trabalho livre parecia um futuro inevitável e próximo. Desta forma, a resistência inicial à abolição - por ser considerada pelos senhores uma ofensa ao direito à propriedade além de uma enorme perda de capitais - foi substituída pelo esforço de tentar manter os negros próximos e salvar mão de obra para as lavouras. Neste sentido, é que ocorreu um processo de concessão de alforrias em massa, com o intuito de manter escravos nas fazendas graças à gratidão, já que se antecipariam à abolição formal e doariam a almejada liberdade. Por isso, em Março de 1888, os senhores de escravos convocaram um congresso agrícola cujo objetivo seria estabelecer as bases para a emancipação definitiva da escravidão em Campos. Neste evento teriam participado importantes abolicionistas, e após o seu encerramento ocorreu a libertação quase imediata de milhares de escravos (LIMA, 1981; RIBEIRO, 2004).

Apesar dos esforços dos fazendeiros, Silva (2004) afirma que estes não foram suficientes para frear a onda de fugas em massa ou, tampouco, a luta abolicionista, visto a persistência de senhores que não aderiram à extinção do trabalho, e o fato de que muitas alforrias foram dadas de forma virtual, ou seja, o escravizado ganharia sua liberdade somente após um período estipulado pelo senhor, durante o qual permaneceria vivendo e trabalhando nas mesmas condições. Contudo, em dois meses após a realização do congresso agrícola ocorreu a abolição formal da escravatura no Brasil (SILVA, 2004).

Passadas as comemorações seguintes à lei Áurea, o novo desafio foi inserir o negro na sociedade campista - encontrar caminhos que muitos já vinham pleiteando, dado que as libertações se tornaram comuns desde o início da década de 1880 - bem como fiscalizar e fazer valer a nova lei no município de Campos (SILVA, 2004). O fato é que a maioria dos antigos escravos celebrou contratos de trabalho de

parceria com os fazendeiros, no qual recebiam terras para trabalhar e em troca dividiam a safra. Outros se moviam constantemente de fazenda a fazenda, vivendo em barracões para trabalhos sazonais ou, ainda, eram cooptados para trabalhos como ambulantes ou em outras sortes de explorações que, comumente, não lhes garantia remuneração estável. Lima (1981) argumenta que estas opções foram levadas a cabo por diferentes motivos que iam desde gratidão ao antigo senhor, laços de familiaridade ou vizinhança, ou, simplesmente, pela falta de opção, já que nada foi dado aos negros como reparação ou preparação para ajuste à nova realidade a que teriam de se adaptar, a de uma sociedade livre do cárcere e, a partir de 1889, a de um governo republicano e não mais uma monarquia. O próprio movimento abolicionista foi acusado de ter abandonado os negros, pois seus membros teriam se preocupado somente com a mudança na organização do trabalho. Segundo Lima (1981), a consequência disso foi que os libertos passaram a compor a camada dos mais pobres e marginalizados, além de carregarem o estigma de ex-escravizados.

### *3.1.1 A usina Novo Horizonte e sua relação com os quilombolas do Imbé*

O município de Campos dos Goytacazes teve sua colonização iniciada a partir do século XVI e, após tentativas frustradas, seu desenvolvimento socioeconômico despontou no século XVII ainda como parte da capitania de São Tomé (FEYDIT, 1985). As atividades econômicas exercidas em Campos dos Goytacazes foram inicialmente a pecuária, seguida pelo cultivo da cana-de-açúcar que se tornou o principal produto da cidade, tornando-a o polo econômico mais importante do norte fluminense (FEYDIT, 1985). Quanto à divisão fundiária, é preciso considerar que o desenvolvimento agrário da região se concentrou na monocultura de cana e na pecuária extensiva, o que gerou um padrão fundiário de alta concentração de terras. Assim, no final século XVIII, a maioria das terras campistas era dominada por quatro latifundiários e suas grandes propriedades (i.e., Fazenda do Colégio, a Fazenda de São Bento, a Fazenda do Visconde e a Fazenda do Morgado) (RIBEIRO, 2004). Esta situação de concentração fundiária foi agravada no século XIX quando a transformação dos meios de produção e a inserção de tecnologias para aprimoramento do cultivo levaram as pequenas propriedades ao declínio, incorporando suas terras à indústria açucareira e concentrando ainda mais a riqueza nas mãos de poucos usineiros e donos de engenho (MORETTO, 2011).

Outra intervenção que beneficiou a grande produção açucareira na cidade foram os projetos de drenagem realizados durante o século XX - entre 1930 até meados de 1970, e que foram concretizados por uma série de obras efetivadas pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) na forma de construção de canais destinados às planícies alagáveis que compunham grande parte do município. Estas intervenções em rios, lagoas e lagunas, culminaram no controle das águas e agregação de novas áreas cultiváveis, incorporando novas extensões de terra às lavouras de cana e à pecuária, sob o pretexto da necessidade do saneamento (SMIDERLE, 2010; MORETTO, 2011).

O fato é que ao longo do Século XX, o latifúndio açucareiro continuou fortalecendo o processo concentração fundiária<sup>15</sup> - sendo diretamente beneficiado pelo Proálcool<sup>16</sup> - com destaque para a Usina Novo Horizonte situada na localidade de Rio Preto, e inserida no Distrito de Morangaba. Apesar de não ter sido uma das maiores, a Usina Novo horizonte foi de grande importância regional, sobretudo, após ter adotado as reorganizações produtivas modernas. Entretanto, as melhorias realizadas no processo industrial também implicaram no fato de que a Usina contraísse dívidas que não puderam ser sanadas o que, junto a um funcionamento descontínuo na década de 1980 e atrasos no pagamento de salários, terminou por resultar na decretação de seu processo de falência em 1985 (CORDEIRO, 2010). A década de 1980 foi um período de colapso da indústria açucareira na região norte fluminense, o que foi causado em parte pelo crescimento produtivo de estados como o de São Paulo, que rapidamente se tornou o maior produtor nacional de cana de açúcar, mas que foi agravado pela extinção do Proálcool em 1991 (CORDEIRO, 2010). A partir deste momento, o setor sucroalcooleiro campista decaiu gradativamente levando ao fechamento da maioria de suas usinas.

A concentração de terras improdutivas gerada pela decadência açucareira trouxe à tona a problemática da questão fundiária e a necessidade de reforma agrária. Assim também ocorreu com as terras da Usina Novo Horizonte, que deixou uma massa de desempregados sem seus direitos básicos, e que por sua vez procuram a justiça para garantir algum tipo de indenização. A partir desta conjuntura

---

<sup>15</sup> O cenário agrário do município mais recentemente, segundo SOUZA *et al* (2007), demonstra ainda uma alta concentração fundiária, pois o Índice de Gini relativo à distribuição fundiária em Campos é próximo a 0,8, classificado como concentração muito forte. Tal quadro se assemelha à situação fundiária do próprio país em que, baseado no censo agropecuário de 2006, o índice de Gini traz uma concentração de 0,854.

<sup>16</sup>O Programa Nacional do Alcool ou Proálcool foi criado em 14 de novembro de 1975 pelo decreto nº 76.593, com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e da política de combustíveis automotivos (CORDEIRO, 2010).

houve a criação do Assentamento Novo Horizonte, em que as terras da usina foram concedidas aos trabalhadores<sup>17</sup> (PINHEIRO, 2009).

O Assentamento de Novo Horizonte foi criado pelo Decreto de Nº 94.128/1987, quando as terras foram entregues aos trabalhadores da usina (SILVA, 2015). Um aspecto importante detectado durante os estudos para implementação do Assentamento de Novo Horizonte, se referiu à ancestralidade negra das famílias das localidades de Conceição do Imbé, Aleluia, Batatal e Cambucá, sendo descendentes de negros escravizados que trabalhavam na região e que posteriormente se tornaram mão de obra assalariada (LIFSCHITZ, 2008). Em função disso é que foram iniciados os trâmites para reconhecimento e certificação destas comunidades na condição de quilombolas, o que foi oficialmente atestado em 2005.

Segundo Cordeiro (2010), uma possibilidade que foi aventada durante a criação do Assentamento Novo Horizonte foi de que parte dos lotes pudesse ser titulada como uma área remanescente de quilombos. Se este fosse o caso, não haveria pagamento pela terra como em um assentamento de reforma agrária, já que a área seria desapropriada e cedida aos quilombolas de forma coletiva atrelada a uma associação criada para este fim. Entretanto, os próprios moradores da região não concordaram com esta possibilidade, uma vez que preferiram a instauração da propriedade de forma individual, não admitindo o controle de forma coletiva (CORDEIRO, 2010). A estas comunidades que não aceitaram o prosseguimento da política pública por meio da titulação do território na condição de quilombola, ficaram reservadas apenas aquelas políticas cujo acesso prescinde somente da certificação da FCP, e que englobam a oferta de políticas públicas de saúde, educação, habitação, e alimentação (CORDEIRO, 2010; SILVA, 2015). Em função da concentração de comunidades quilombolas certificadas pela FCP na região do Imbé, as mesmas têm sido estudadas de forma intensa (Neves 2004; Lifschitz, 2008; Cordeiro, 2010; Ribeiro, 2001; Teixeira e Silva, 2011; Silva, 2015). No Imbé também se encontra a localidade de Carumbi, outra que abriga moradores de ancestralidade negra. Entretanto, a realidade de Carumbi é distinta, pois, apesar de ser conhecida no município como um quilombo, a mesma não é incluída em nenhuma das políticas específicas às populações quilombolas. E, ao contrário das localidades vizinhas, Carumbi também não tem sido objeto de estudos acadêmicos.

---

<sup>17</sup>Vale dizer que as lutas pelas terras do Imbé precedem à falência da usina, tendo sido iniciadas pelo militante José Purezaa partir de 1963, com a ocupação por meio de acampamentos e do apoio público. Entretanto esta luta foi silenciada pelos acontecimentos da ditadura e retornaram apenas a partir de 1985 com a possibilidade de incluir terras com dívidas trabalhistas nas terras para a reforma agrária (NEVES, 2004).



## CAPÍTULO 4.0 – METODOLOGIA DE PESQUISA

### 4.1 – Área de estudo

A coleta de dados que alicerça empiricamente a presente dissertação foi realizada na localidade de Carumbi, a qual está situada no 9º Distrito do município de Campos dos Goytacazes (Figura 1).

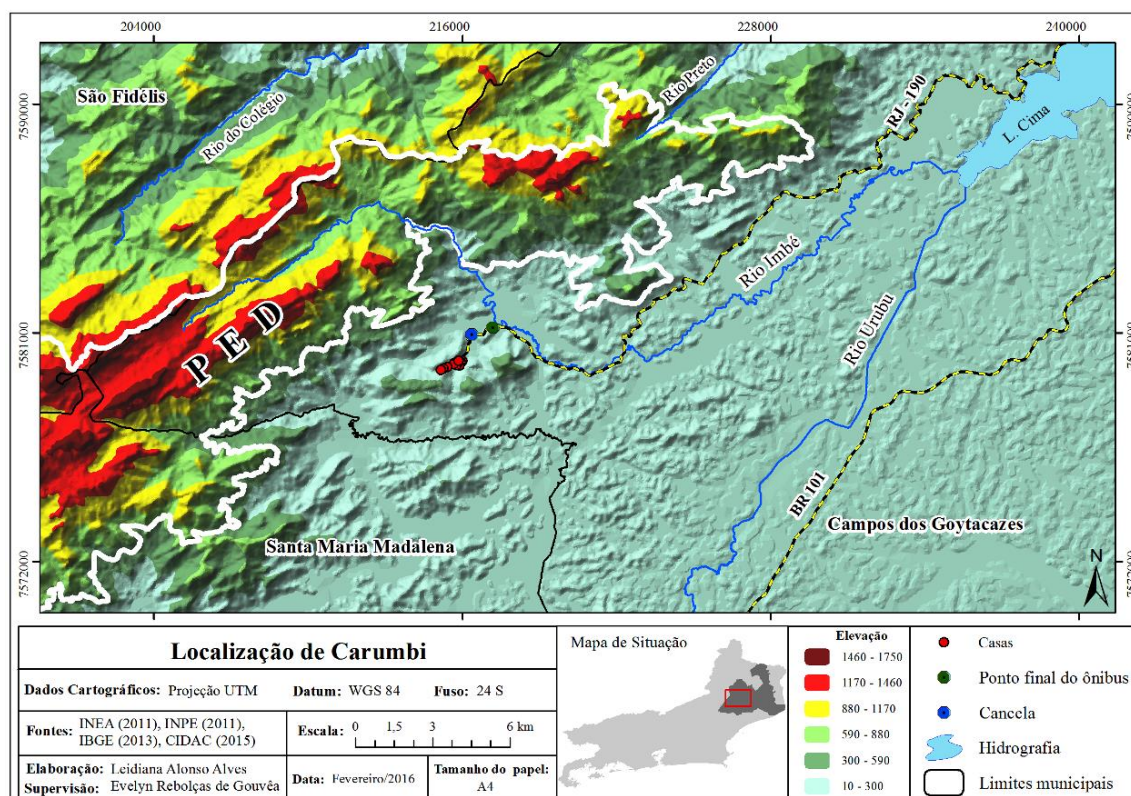


Figura 1. Mapa de Localização de Carumbi (dados de pesquisa).

A localidade de Carumbi está localizada nas imediações do Parque Estadual do Desengano (PED), que foi criado pelo Decreto-Lei Estadual Nº 250/1970. Carumbi está localizada numa área de difícil acesso em virtude da forte declividade do terreno e da situação precária das estradas próximas ao Imbé, que apresentam fluxo contínuo de caminhões de transporte da cana de açúcar. Além disso, nas áreas mais próximas a Carumbi, o estado das estradas piora por conta da falta de calçamento e asfalto e da ocorrência de enchentes periódicas. Entretanto, a distância em relação ao centro da cidade de Campos dos Goytacazes é de apenas 63 km.

As localidades mais próximas a Carumbi são Rio do Norte e Mocotó, mas comunidades quilombolas de Conceição do Imbé (26, 9 km de distância), Aleluia (23, 1 km de distancia) Cambucá (21, 4 km de distância) e Batatal (18 km de

distância) também estão relativamente próximas. Entretanto, apesar da proximidade geográfica às demais comunidades quilombolas, Carumbi não é reconhecida oficialmente como detentora do *status* de comunidade quilombola, e sequer está em processo para que se iniciem as medidas de seu reconhecimento. Esta situação se tornou ainda mais peculiar quando se verificou durante o trabalho de campo a visita constante da Superintendência Municipal de Igualdade Racial (SIR) <sup>18</sup>, já que uma das funções deste órgão é acompanhar e iniciar o processo de certificação e titulação de terras quilombolas, sendo que a SIR deve atuar como mediadora e auxiliar na ligação entre as populações e as instituições que viabilizam as políticas públicas ao segmento – (i.e., FCP e o INCRA).

A comunidade de Carumbi pode ser caracterizada como sendo uma comunidade rural onde prevalecem costumes tradicionais que é fortemente marcada pela paisagem abundante em vegetação (Figura 2), pelas práticas de agricultura de subsistência, criação de animais e por uma ocupação do território que remete a pelo menos um século. Carumbi é formada por 11 famílias de residência fixa e uma família que vive ali sazonalmente. Além disso, todas as famílias possuem laços de parentesco diretos (GOUVÊA, 2014).



**Figura 2.** Entrada para a comunidade de Carumbi, paisagem chama atenção pela vegetação abundante (dados da pesquisa). Fonte: Arquivo da autora.

A dinâmica interna da comunidade de Carumbi vem sendo modificada gradualmente nas últimas décadas, sobretudo nos últimos 15 anos após a troca de proprietários de uma fazenda vizinha. Este evento culminou na interferência do direito de ir e vir da comunidade, graças à colocação de porteira com cadeado do

---

<sup>18</sup>A SIR é um órgão ligado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Campos dos Goytacazes que, além de acompanhar as populações quilombolas do município, é responsável pelo Censo Quilombola de 2010.

qual somente o novo proprietário possuía as chaves. Dado que o proprietário não residia na fazenda, o caminho permanecia continuamente fechado e as chaves raramente eram disponibilizadas aos membros da comunidade ou, quando isto ocorria, se dava por mediação dos funcionários da fazenda. Como consequência, os moradores permaneceram impossibilitados por vários anos de receberem em suas casas a visita de ambulâncias, ônibus escolares e entregas comerciais.

Em função da colocação das porteiras, várias colheitas também foram perdidas pela impossibilidade de escoar a produção. Esta situação foi publicizada pelo escritório regional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que em 2005 teve acesso à comunidade e passou desenvolver ações para resolver o problema. Uma destas ações foi a entrega de representação contra o proprietário da fazenda no Ministério Público Estadual (MPE) em nome da comunidade. Nesta representação foram denunciadas as violações de direitos que estariam sendo cometidas contra os moradores de Carumbi, desde o cerceamento na forma da porteira até a dificuldade de acesso às políticas públicas.

Segundo o superintendente da SIR (J. L., 2016<sup>19</sup>) o órgão passou a desenvolver ações em Carumbi a partir de 2010 - ano em que a CPT já não acompanhava as famílias – e lá frequentam até o presente momento. Neste tempo, segundo o superintendente, a SIR esteve presente no desenrolar jurídico da ação no MPE. Todavia, a solução dos problemas causados pela porteira ocorreu somente em 2014, com a determinação judicial da retirada da cancela e sua substituição por um mata-burro, obra concretizada pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e Infraestrutura (Figura 3).



**Figura 3.** À esquerda cancela antes da ação do Ministério Público (2013). À direita substituição por mata-burro (2015). Fonte: Arquivo da autora

<sup>19</sup>Entrevista realizada em 15/02/16 com superintendente da SIR, órgão responsável pelo acompanhamento das comunidades quilombolas de Campos dos Goytacazes.

Já a demanda por melhores condições para a educação das crianças residentes em Carumbi foi atendida em 2010 por meio da reforma da Escola Municipal (E.M.) Santa Rita que fica localizada na Fazenda Mocotó. Entretanto a única ponte de acesso E.M. Santa Rita está em condições precárias (Figura 4).



**Figura 4.** Ponte de acesso à escola municipal Santa Rita. Fonte: Arquivo da autora.

Portanto, a Comunidade Carumbi está inserida em uma condição bastante complexa, e que é caracterizada pela distância do distrito sede, pela precariedade de acesso aos serviços e políticas ofertados na sede do município, e também pela parca oferta de políticas públicas em suas imediações.

Quanto à entrada no campo de pesquisa, esta foi intermediada pela SIR que levou a pesquisadora ao local em sua primeira visita (fevereiro de 2014), dado o desconhecimento da mesma sobre o caminho para chegar ao local, caminho exaustivamente percorrido pelos representantes da SIR, que frequentam Carumbi desde o ano de 2010. Desta forma, foram os funcionários da instituição que apresentaram a pesquisadora a uma das famílias e, a partir de então, a pesquisadora passou a frequentar o local sozinha e a fazer os laços com esta e outras famílias, de forma subsequente.

#### **4.2 – Procedimentos para coleta de dados**

O processo de coleta de dados foi realizado de forma a atender os objetivos específicos da pesquisa. Neste sentido, a coleta de dados visou atender as seguintes questões:

- 1) Identificar quais entraves estariam impedindo o início do processo de reconhecimento da população na condição de remanescente dos antigos quilombos;
- 2) Investigar as principais disputas identificadas pela comunidade com relação às atividades da propriedade privada - personificada na figura do latifundiário vizinho - e, conseqüentemente, identificar os principais prejuízos sofridos pelos moradores nesta convivência;
- 3) Compreender as estratégias de continuidade que os membros da comunidade de Carumbi utilizam para garantir a sua sobrevivência.

Em função disso os procedimentos operacionais se basearam em ações distintas e complementares voltadas para a coleta de dados relevantes à situação estudada e que permitissem a obtenção de resultados fidedignos. Além disso, a opção por abordagem qualitativa para a coleta de dados foi adotada por se considerar que a mesma seria a mais viável no contexto social existente em Carumbi. Outro fator que levou à escolha do método qualitativo foi a flexibilidade intrínseca a esta forma de conduzir pesquisas que, em face do pesquisador trabalhar com pessoas em situações complexas, e comumente não ser conhecido por elas, nem sempre se pode esperar que as pessoas estejam aptas ou colaborativas a atenderem a todos os procedimentos e expectativas do pesquisador (CASSEL E SYMON, 1994).

#### *4.2.1 Entrevistas semiestruturadas*

A pesquisa utilizou um roteiro de entrevista semiestruturada, que é definida por Manzini (1991) e Colognese e Melo (1998) como aquela direcionada por um roteiro previamente elaborado, geralmente constituído por questões abertas que permitem flexibilidade à medida que as informações são fornecidas pelo entrevistado. Na condução das entrevistas realizadas nesta pesquisa foram adotados procedimentos de garantia da postura ética (i.e., consentimento livre e informado de todos os participantes, omissão de nome quando solicitado para fins de proteção à identidade, orientação sobre o objetivo das informações coletadas e a possibilidade da interrupção da entrevista quando desejado). Além disso, três roteiros foram utilizados ao longo do processo de coleta de dados, cada um desenhado especificamente ao tipo de entrevistado e aos pontos a que se objetivava apurar.

O primeiro roteiro (Apêndice A) foi aplicado nos representantes da SIR e do Instituto de Desenvolvimento Afro do Norte e Noroeste Fluminense (IDANNF) <sup>20</sup>-órgãos que acompanham comunidades quilombolas do município de Campos dos Goytacazes. O objetivo destas entrevistas foi identificar os trâmites burocráticos, políticos e institucionais que permeiam todo o caminho de certificação e titulação de terras de comunidades remanescentes de quilombos, e quais dificuldades existiriam no caso da Comunidade de Carumbi. Um segundo roteiro (Apêndice B) foi aplicado em uma ex agente pastoral da CPT (C. C, 2015<sup>21</sup>). Neste caso, o objetivo foi colher informações acerca dos conflitos a que a comunidade estava submetida, bem como as estratégias de sobrevivência que existiam em Carumbi na época em que a ex agente trabalhou com as famílias, na primeira parte da década de 2000.

Um terceiro roteiro foi desenvolvido para a coleta de dados junto às famílias de Carumbi (Apêndice C), Neste caso, um dos principais objetivos foi criar um perfil da comunidade abordando variáveis de natureza demográfica e produtiva. Entre as principais variáveis incluídas estão: composição familiar, experiência no trabalho agrícola, organização da produção, comercialização da produção e acesso as políticas públicas. Outro elemento que se procurou apurar na aplicação das entrevistas junto às famílias foi identificar a posição existente acerca de eventuais conflitos, seus determinantes e consequências ao cotidiano da comunidade. Por último, o roteiro incluiu questões para identificar a posição dos moradores sobre o processo de certificação e titulação de terras na condição de quilombolas. Neste caso, as questões foram orientadas para apurar a origem da comunidade, da condição legal das terras, do conhecimento existente sobre o conceito quilombola, e o conhecimento sobre o processo de titulação de terras.

No caso dos moradores de Carumbi, o objetivo inicial era aplicar o roteiro em pelo menos um membro de cada uma das onze famílias com residência fixa em Carumbi<sup>22</sup>. Entretanto, dada a dificuldade de acesso ao local, distância, más condições da estrada, períodos chuvosos e não coincidência com os horários de trabalho de alguns moradores, não foi possível realizar todas as entrevistas, tendo sido efetuadas somente oito das onze inicialmente planejadas. Os entrevistados de

---

<sup>20</sup>O IDANNF é uma organização não governamental cuja missão é informar e assessorar comunidades quilombolas quanto às políticas públicas existentes para estes grupos

<sup>21</sup> Entrevista realizada em 10/09/15 com ex agente da CPT que desenvolveu trabalhos junto às famílias de Carumbi.

<sup>22</sup> Cabe dizer que a 12ª família, não residente em Carumbi, nunca foi encontrada nas visitas feitas à comunidade.

cada uma das famílias foram aqueles que fazem parte da árvore genealógica da família originária que povoou Carumbi, não tendo sido entrevistados moradores que não fossem nascidos e criados na localidade.

Todos os moradores de Carumbi que participaram da pesquisa concordaram em conceder a entrevista e, em alguns casos, com a gravação da mesma. Entretanto nenhum deles concordou em assinar termo de autorização, visivelmente desconfiados de que suas assinaturas pudessem ser utilizadas para fins escusos. Nesse sentido, quando inquiridos sobre o motivo da desconfiança, apenas respondiam que era uma forma de se precaver de situações perigosas que chegavam a seu conhecimento.

#### *4.2.2 O uso de observação não participante*

Outro procedimento foi a observação não participante, materializada durante a realização de visitas a campo. A observação não participante é entendida como uma técnica utilizada por pesquisadores que se inserem num determinado grupo social, interagindo com os sujeitos, buscando partilhar do seu cotidiano e das situações vividas, mas sem interferir na dinâmica social e práticas vigentes (QUEIROZ *et al*, 2007). Desta forma, um caderno de campo foi utilizado para registrar todas as observações, reflexões e impressões que surgiram durante a pesquisa no campo. Além disso, foi feita uma documentação fotográfica a fim de oferecer suporte à visualização da situação atual da realidade comunitária e do(s) conflito(s) atravessado(s). Apesar disso, as fotografias foram efetuadas com reservas, já que grande parte dos moradores não aceitou aparecer em fotos, mais uma vez receosos com exposição indevida.

#### *4.2.3 Ferramentas cartográficas digitais*

Um mapa de localização e outro com a posição relativa das residências e dos principais pontos que perpassam a comunidade foram gerados para ampliar o nível de entendimento dos processos sociais e dos sistemas produtivos que ali ocorrem. Estes dois mapas foram gerados a partir de uma base altimétrica que consiste num Modelo Digital de Elevação (MDE). Este modelo representa o relevo matematicamente, formando uma matriz que exhibe as formas do terreno através da interpolação linear de valores altimétricos e de pontos georreferenciados (OLIVEIRA,

2006, p. 134). Uma imagem do Shuttle Radar Topography Mission (SRTM) <sup>23</sup>, foi utilizada, para inserir as seguintes variáveis: coordenadas planas, datum, fuso e curvas de nível com equidistância de 10 m. Além disso, a localização dos pontos de interesse foram georreferenciados em Trabalhos de Campo utilizando o Global Positioning System (GPS) da marca Garmin, modelo GPSMAP 64S, onde, por exemplo, o ponto final do ônibus apresenta uma altitude de 40 metros.

#### *4.2.4 A combinação de técnicas e o rigor na coleta de dados*

O uso de vários procedimentos para a coleta de dados teve como objetivo aumentar a robustez dos resultados desta pesquisa, por meio da inclusão de mais de uma fonte de informações, articulada à criação de um banco de dados que pudesse permitir o encadeamento das evidências (Tabela 4).

---

<sup>23</sup> Este tipo de imagem é distribuído gratuitamente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2011).



**Tabela 4. Objetivos Específicos e Procedimentos Operacionais Correspondentes**

<b>Técnicas</b>	<b>Objetivo 1</b>	<b>Objetivo 2</b>	<b>Objetivo 3</b>
	Identificar os entraves ao processo de reconhecimento da população na condição de remanescente dos antigos quilombos;	Investigar as principais disputas identificadas pela comunidade e identificar os principais prejuízos sofridos pelos moradores nesta convivência;	Compreender as estratégias de continuidade que o grupo exerce para a sobrevivência no território.
Entrevistas semi estruturadas com gestores da SIR e IDANNF	<b>X</b>		
Entrevista semi estruturadas com ex agente CPT		<b>X</b>	<b>X</b>
Entrevistas semi estruturadas com moradores de Carumbi		<b>X</b>	<b>X</b>
Observação participante		<b>X</b>	<b>X</b>
Caderno de Campo		<b>X</b>	<b>X</b>
Aquisição de fotografias		<b>X</b>	<b>X</b>
Levantamento teórico conceitual	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>

O total de visitas de campo voltadas para observação do cotidiano da comunidade e realização das entrevistas foi vinte e quatro. Em uma dessas visitas, a autora desta dissertação conviveu por um fim de semana com uma das famílias. Esta convivência permitiu uma melhor entrada na comunidade e, conseqüentemente, diminuiu a desconfiança dos moradores nas visitas consecutivas. Também foi um momento de suma importância para a aprendizagem sobre o cotidiano comunitário e representou um período de exposição a situações inusitadas que possibilitaram um aprendizado para superar certos obstáculos à

concretização da pesquisa, tais como as longas caminhadas por trilhas permeadas de cachorros utilizados para defesa das famílias.

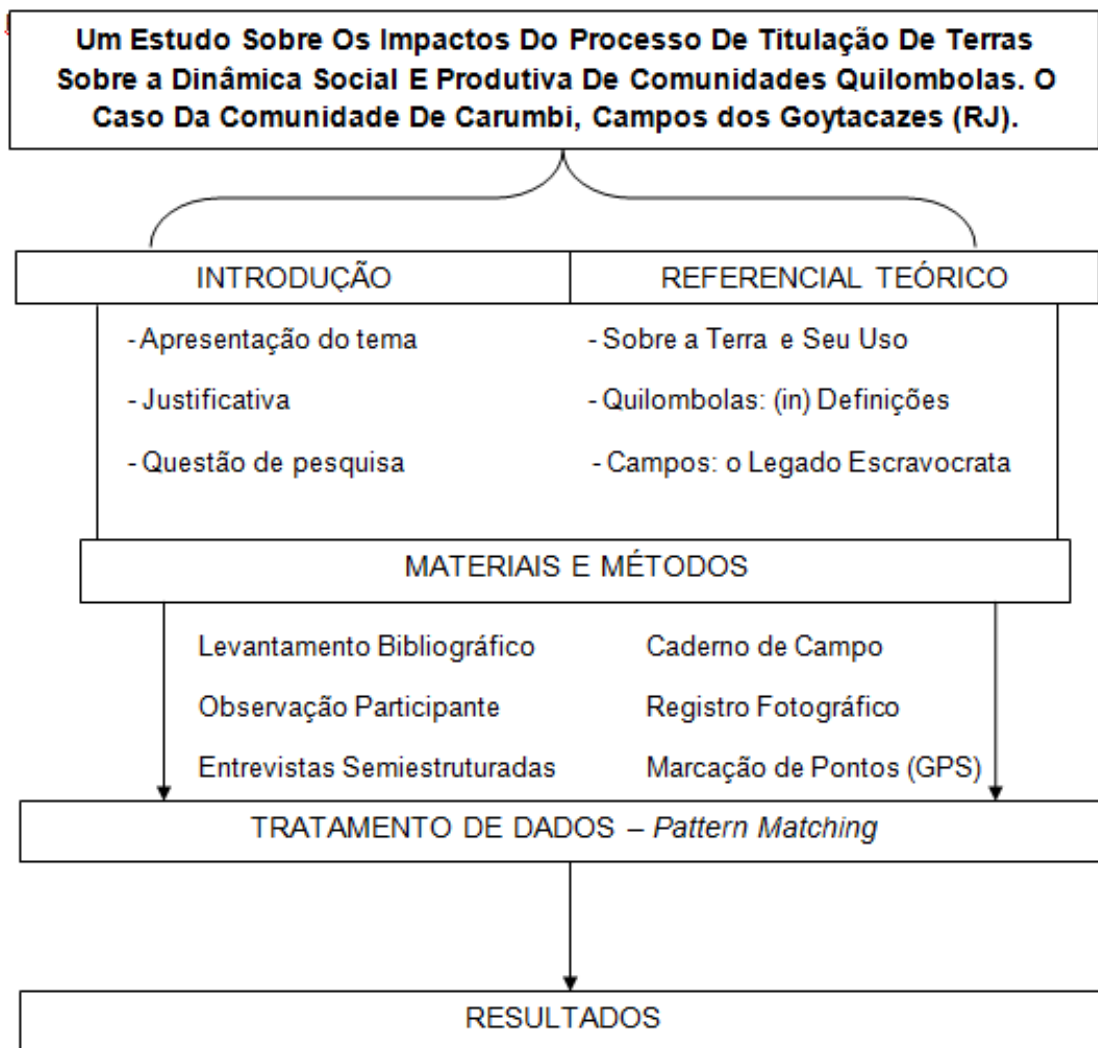
As atividades de campo foram possibilitadas pelo transporte disponibilizado pela UENF, pois os transportes para a região estudada são escassos. Apesar da facilidade do transporte concedido pela universidade, a pesquisadora tentou se deslocar por meio do coletivo a fim de observar a realidade a que se submetem os moradores todas as semanas. Entretanto, estas tentativas foram impedidas por conta das chuvas, ocasiões em que as estradas de acesso se tornam intransitáveis.

### **4.3 – Procedimentos analíticos**

Após a conclusão da aplicação dos diferentes instrumentos de coleta, os dados foram reunidos, tratados e relacionados de acordo com os objetivos da pesquisa. As entrevistas foram degravadas e colocadas em um banco de dados. Cada entrevista foi ouvida duas vezes, a primeira vez para a sua transcrição completa, e a segunda para verificação da correção da transcrição.

As informações obtidas a partir da observação não participante, e que foram apontadas no caderno de campo, foram confrontadas com a transcrição das entrevistas para, logo em seguida, se proceder à análise dos dados usando a técnica de “pattern matching” (Campbell, 1975). O “pattern matching” é uma técnica em que diversas partes da informação do mesmo caso são comparadas na busca de padrões e, a seguir, são relacionadas com proposições teóricas.

Desta forma, no intuito de identificar os possíveis padrões de respostas, foi feito um agrupamento dos dados e das principais variáveis por categoria para possível identificação de padrões entre os diferentes entrevistados. Desta forma, quadros analíticos foram construídos para facilitar a organização das informações. Este passo foi seguido por uma nova análise dos padrões comuns de respostas presentes ou não. Finalmente, as questões foram relacionadas aos resultados, de forma que esses fossem ancorados e permitissem interpretações válidas. A Figura 5 sintetiza o percurso metodológico da presente pesquisa.



**Figura 5.** Percurso metodológico da pesquisa.

## **CAPÍTULO 5.0 - DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

### **5.1- Gênese da ocupação do território e história comunitária**

Para entender a gênese da ocupação do território de Carumbi, um primeiro passo na análise da entrevista foi realizar um resgate histórico sobre a formação da comunidade ou que a afetaram no passar dos anos. As análises das entrevistas apontam que o primeiro a chegar à área teria sido o avô materno dos moradores atuais, o senhor J. J. S. que se mudou para o local com sua família há cerca de 100 anos, num processo de compra privada de terras. As entrevistas apontam ainda que o Sr. J. J. S. teria se mudado para Carumbi após vender terras onde produzia café, sem que se pudesse identificar de onde a família teria vindo. Além disso, a parte de Carumbi que teria sido inicialmente comprada pelo Sr. J. J. S. não compreendia todo o território que a comunidade ocupa atualmente, mas somente a parte conhecida como Carumbi de Cima, região mais íngreme da comunidade. Dos filhos do Sr. J. J. S., uma menina (N. S.), viria se tornar a mãe dos atuais moradores da Carumbi.

Desta forma, a partir do casamento de N. S. houve um crescimento da comunidade, sendo que a maioria dos moradores atuais descende diretamente dela. No período em que ocorreu o casamento de N.S. com seu marido P.A., a população do Imbé era superior à atual (primeira metade do século XX) devido ao maior prestígio econômico das fazendas e usinas que atraíam trabalhadores. Em função disso, o relacionamento entre pessoas de lugares vizinhos era comum, e teria sido assim que N. S. conheceu P. A.. A análise das entrevistas não permitiram clarificar se P. A. era campista ou oriundo do município de São Fidélis, mas foi possível determinar que ele morava no Imbé, possivelmente em Mocotó, junto de seus pais, o senhor A. A. e a senhora J., ambos negros e oriundos de estados da região Nordeste, Pernambuco e Ceará respectivamente.

Com o casamento de N. S. e P. A. é que as terras hoje conhecidas por Carumbi de Baixo teriam sido adquiridas. No entanto, não houve como apurar se a compra das terras foi efetuada pelo Sr. J. J. S., ou se foi realizada pelo novo membro da família que adquiriu as terras para morar com sua esposa. O fato inconteste é que é que N.S. e P. A. ali moraram e tiveram nove filhos, oito biológicos e um adotivo, sendo que este último é o único que não mora atualmente em Carumbi<sup>24</sup>.

Segundo o apurado nos depoimentos obtidos a partir das entrevistas, os avós maternos dos moradores faleceram na década de 1950. Este fato impediu que

---

<sup>24</sup> Para esclarecimentos, consultar árvore genealógica no apêndice D.

quase todos os netos os conhecessem. Assim, apenas os netos mais velhos relataram algum tipo de recordação destes familiares. Um exemplo foi do Sr. Ar. – um dos netos mais velhos da família - que ofereceu um relato sobre o nível de respeito que o seu avô, o Sr. J., inspirava na comunidade:

“O pai da minha mãe era respeitado sim. Vovô chegava à festa do Sossego aí em cima e não tinha polícia, o povo queria brigar e ele chegava e mandava a molecada parar. E parava mermo. Finado J. mandava mermo.” (Entrevista com Ar., 70 anos, um dos netos mais velhos e morador de Carumbi).

Esta foi uma das poucas referências coletadas sobre o avô materno dos moradores. Entretanto, em relação aos avós paternos abundam lembranças e depoimentos, já que a convivência com eles foi mais longa. Em função disso, os relatos coletados explicitaram a importância concedida à família e à prática dos cuidados conferidos aos entes queridos, sobretudo aos mais velhos quando se encontravam em estado de fragilidade física e econômica em uma época de parca garantia ou acesso a direitos trabalhistas e habitacionais. Nesse sentido, o Sr. Ar. declarou que:

“Vovô adoeceu e morou na casa de papai, que naquele tempo não tinha aposentadoria. Aí o velho quando ficava velho, ia pra casa dos filhos. Aí vovô não tinha aposentadoria e quando ele ficou velho e não aguentava mais trabalhar, papai trouxe ele pra dentro daqui. Papai morava ali onde mora Acr., aí papai ficou com ele ali um bom tempo com meu avô. Vovó e vovô ficou ali um bom tempo” (Entrevista com Ar., 70 anos, um dos netos mais velhos e morador de Carumbi).

Além disso, os relatos sobre os avós paternos também explicitaram a existência de práticas tradicionais que são encontradas em comunidades quilombolas, tal como a preparação de chás, garrafadas e remédios caseiros. Nesse caso, o Sr. Acr. – outro dos netos mais velhos - declarou que:

“Vovó conhecia uma pessoa, já sabia qual o caso e o remédio pra dar, cozinhava e dava pra pessoa melhorar. Ia lá, catava umas dez qualidades de mato, levava a panela, acendia o fogo, cozinhava, esfriava aquela canecada de remédio e dava pro sujeito e ele ficava bom.” (Entrevista com Acr., 61 anos, um dos netos e morador de Carumbi).

Por outro lado, com o falecimento dos avós paternos, que eram as figuras familiares mais influentes na organização hierárquica da comunidade, os pais dos atuais moradores, a Sra. N. S. e o Sr. P., passaram a ocupar o papel de principais lideranças. Além disso, os filhos do casal também formaram famílias e construíram suas habitações no interior da própria comunidade. Por conseguinte, a casa de madeira em que, até então, todos moravam conjuntamente em Carumbi de Cima, foi

derrubada e substituída por uma menor e de alvenaria em Carumbi de Baixo, para que nela morassem a Sra. N. S. e o Sr. P., e o filho caçula. Segundo o apurado nas entrevistas, este foi o período de maior fartura da comunidade que marcou a infância e adolescência dos atuais moradores. Várias entrevistas trouxeram relatos no sentido de que a região do Imbé vivia um período de maior dinamismo social, com estabelecimentos comerciais e atividades de lazer e uma população estimada em torno de 600 famílias.

Tal período também foi marcado por uma ampla interação social e realização de festas, o que permitiu que ocorressem casamentos dos moradores de Carumbi com habitantes de localidades próximas. Além disso, neste mesmo período também teria havido maiores facilidades para trabalhar em fazendas e usinas. Vários moradores também apontaram que havia maior facilidade para o plantio e comercialização da produção de Carumbi, pois havia maior oferecimento de mão de obra nas lavouras, bem como maior demanda por seus produtos. Até mesmo o pai dos atuais moradores chegou a contratar mão de obra externa para complementar a familiar.

No caso da inserção dos filhos no trabalho agrícola, isto ocorria ainda na infância, tal como relatado pela mais velha das netas, a Sra. M:

“Eu ajudava papai desde os onze anos. Papai prantava de tudo que você imaginar, tinha milho, arroz, feijão, café, cana, a gente só precisava comprar sal, alho, querosene pras lamparina, roupa e remédio. Papai tirava 300 sacas de café e vendia pra Campos, vendia pra região toda aqui Até mesmo os remédio num comprava muito praquê fazia remédio das pranta. Papai tinha pilão de farinha e nois fazia farinha de mandioca. (Entrevista com M., 67 anos, moradora de Carumbi).

Ainda sobre a época de abundância da produção, fica claro como associam a figura do pai aos melhores anos de estabilidade econômica e de bons relacionamentos sociais da comunidade. Essa associação entre a presença do patriarca e melhores condições de produção e convivência familiar foi apresentada pelo Sr. Al, o mais novo dos netos, que afirma que:

“Na época de papai as coisa era a vontade né? Papai mandava matar um bitelo e sem nem avisar me mandava entregar na casa dos parente, dos amigo, quando a pessoa nem esperava...chegava a carne. Aí também quando meu pai nem esperava, mandavam coisa pra gente. Era bom demais (...) quando papai falava tava falado! Na época dele todo mundo respeitava, os fazendeiro tudo aqui sabia e respeitava. Papai era famoso pela cidade de Campos, Madalena...era conhecido pelo lugar inteiro” (Entrevista com Al., filho caçula do Sr. P e da Sra. N.S., e morador de Carumbi).

Desta realidade se pode enumerar as condições mais comuns que justificam a opção destes produtores pela produção de subsistência. Estas condições incluiriam o pouco acesso aos mercados; deficiências do processo de comercialização que resultam na baixa remuneração e na transferência da renda para intermediários como atravessadores; a distância dos mercados; o isolamento nos períodos de chuva; variações bruscas de preços entre safra e entressafra; o acesso limitado às políticas públicas de financiamento e de proteção contra os riscos da natureza.

Por outro lado, a partir da análise das entrevistas fica explícito que esta opção não gerou acumulação econômica. Isto fica evidente a partir da fala da Sra. S, esposa de um dos netos da família entrevistada, quando ela afirmou que:

“A gente sempre teve pouco dinheiro, tanto trabalhando pros outros a gente era mal pago e vendendo nossas coisinha também não era fácil não. Hoje as coisas estão difíceis mas antes ainda era tudo mais difícil, não dava pra comprar quase nada.” (Entrevista com S., 48, esposa de An. e moradora de Carumbi).

Após o período apontado como sendo a fase de abundância produtiva da comunidade e do próprio Imbé (entendida pelos moradores como as décadas iniciais do século XX até meados da década de 1970), a decadência da atividade sucroalcooleira no município de Campos dos Goytacazes afetou Carumbi de forma drástica, principalmente em função da dependência que havia em relação às usinas e suas fazendas. Neste sentido, vários dos relatos colhidos fazem referência a um momento de declínio iniciado a partir da década de 1980 ou, especificamente 1985, como vários apontaram, ano que coincide com a falência da Usina Novo Horizonte. Este processo acabou, se agravando em 1995 com a falência da Usina do Queimado, outra empregadora da mão de obra da região do Imbé.

Este processo de crise do setor sucroalcooleiro e de falência das usinas é relacionado pelos moradores de Carumbi ao esvaziamento populacional do Imbé, bem como da diminuição na oferta de empregos. A combinação destas duas variáveis também teria implicado no fechamento de comércios locais, dos espaços de festas, das confraternizações, bem como na diminuição da demanda pelos produtos cultivados em Carumbi:

“Enquanto antes um fazendeiro tinha vinte funcionário, passou a ter uns dois, três funcionário. Ficou cada vez mais difícil conseguir trabalho. A população ai em volta deve ter caído pelo meio! Antes era deferente, a lavoura era essa aqui, tudo em Carumbi mesmo, mas tinha muito mais coisa” (Entrevista com Ac., 61 anos, morador de Carumbi).

A partir de então, houve uma modificação nos sistemas agrícolas de Carumbi que passaram a ser mais policulturais, enquanto a comercialização se restringiu às culturas de laranja e banana. Esta produção era escoada principalmente a partir de da ação de atravessadores, algo que é ainda lembrado vividamente pelos moradores mais novos. A produção era complementada por agricultura de subsistência em uma dinâmica que perdurou até a morte do Sr. P. e da Sra. N.S.

O falecimento dos patriarcas ocorreu em aproximadamente 1998 e foi marcante para os filhos, pois os dois faleceram num intervalo de apenas uma semana devido a problemas cardíacos e cardiovasculares (a mãe com 81 anos e o pai com 85 anos).

#### *5.1.1 A morte dos patriarcas e a chegada de um novo latifundiário e seus impactos sobre a dinâmica social e produtiva dentro de Carumbi*

Alguns anos após o falecimento dos patriarcas, os moradores de Carumbi enfrentaram novas dificuldades para manter a produção e venda de seus cultivos, a partir da compra de uma fazenda vizinha por uma pessoa externa à região. Segundo relatos de vários moradores, a Fazenda Grandeza já fora controlada anteriormente por sete proprietários com os quais nunca houve desentendimentos sendo, inclusive, comum o uso da mão de obra de Carumbi pelos antigos proprietários.

Entretanto, o atual dono da Fazenda Grandeza, o Sr. V., adquiriu a propriedade no ano de 2000, quando começaram os primeiros conflitos. Uma das medidas adotadas pelo Sr. V. foi colocar uma porteira para trancar uma estrada de uso comum com os moradores de Carumbi, sendo que esta é a única que permite a chega de veículos à comunidade. Os moradores relataram que em alguns períodos – que podiam variar de dias a meses - a porteira permanecia destrancada ou, ainda, que em momentos de negociação a chave do cadeado colocado pelo fazendeiro era disponibilizada a algumas das famílias de Carumbi, que as utilizavam por tempo limitado, já que estes períodos eram seguidos por nova troca de cadeado. Durante os relatos ficava visível a indignação dos moradores com relação a esta forma de controle imposta pelo Sr. V.. Isto ficou evidente no relato do Sr. Ar, quando ele afirmou que:

“Aqui entrou fazendeiro, saiu fazendeiro, nunca fecharam nada! V. foi o primeiro! E a porteira sempre existiu, toda vida o caminho foi esse. Isso é pessoa que quer fazer os outros de bobo” (Entrevista com Ar., 70 anos, morador de Carumbi).



Quando inquiridos sobre a motivação deste tipo de comportamento do Sr V., a resposta unânime era de que isto seria uma questão pessoal do fazendeiro para com a comunidade, ou por não “gostar” deles ou por desentendimentos relativos a serviços que prestaram para V. do qual não foram pagos. Isto resultou na resistência dos moradores em voltarem a prestar serviços ao fazendeiro que, a partir de então, passou a dificultar o cotidiano da comunidade cerceando-lhes o caminho.

Entretanto, os entrevistados também relataram que a explicação dada a eles pelo Sr. V. incluía vários argumentos, que iam desde a proteção de seus bois até a necessidade de proteger sua propriedade de invasões de estranhos devido a conflitos familiares que enfrentava com relação a imóveis. Entretanto, os argumentos do Sr. V, são considerados falsos pelos moradores de Carumbi, dado que a porteira possuía um espaço lateral em aberto que permitia a passagem de pedestres ou motociclistas, não inviabilizando uma invasão. Os moradores também não viam sentido na suposta necessidade de proteção dos bois de V. já que, mesmo sem cadeado, o gado não seria capaz de abrir a cancela. Além disso, eles ainda relataram que, mesmo em situações em que havia o acordo da entrega das chaves em dia e hora determinado, fosse para recepção de visitas ou entregas de compras, muitas vezes o Sr. V. não comparecia ou sequer mandava as chaves por algum de seus funcionários.

A colocação da porteira, mais do que um elemento simbólico de controle social, acabou causando prejuízos e impondo mudanças no cotidiano dos moradores de Carumbi. Quando solicitados a falar sobre esta questão, os moradores apontaram que, a partir deste cerceamento sobre o seu direito de ir e vir, ocorreram problemas causados pela impossibilidade de ambulâncias chegarem próximas à entrada da comunidade<sup>25</sup>. O mesmo problema ocorria com o veículo escolar e, por isso, em dias de chuva intensa as crianças se recusavam a andar pelo caminho até a cancela e faltavam às aulas.

Entretanto, o dano mais ressaltado de forma unânime pelos entrevistados foi a recorrente perda da produção de bananas e laranjas, principalmente pela impossibilidade do veículo usado pelos atravessadores chegarem até o interior de Carumbi. Isto era agravado pelo fato de não ser sempre possível carregar manualmente a produção desde as partes mais íngremes da comunidade, conforme a fala de Al., o neto mais novo da família entrevistada:

---

<sup>25</sup> Esta situação foi respondida de forma criativa com a construção de macas improvisadas ou pela união de moradores que carregavam os doentes para fora da porteira onde os veículos aguardavam.

“Isso aí desalimou a gente demais...não tinha mais como prantá praquê se fosse esperar o carro vir pegar, o carro não passava e quantas vez nos viu nossas banana apodrecer. As vez a gente botava as banana tudo pra baixo e o homi da fazenda era avisado e vinha abrir a cancela. Mas tinha vez que até ele vim...aí a gente foi desalimando de prantá. Aí depois ele dizia que ia deixar a chave com a gente mas eu não quis mais. De que adianta dar a chave pra ir lá e depois trocar?” (Entrevista com A1, 54 anos, um dos irmãos moradores de Carumbi).

Um fato que chamou a atenção em todo o processo de pesquisa de campo foi que, apesar da explícita indignação dos entrevistados com as dificuldades que lhes foram impostas pelo Sr. V., quando inquiridos sobre como reagiram ou tentaram resolver esta situação que acarretava em danos cotidianos, as respostas mostraram, na maioria das vezes, uma atitude passiva ou mesmo de negação do conflito existente e resistência em falar sobre o assunto (Tabela 5).

**Tabela 5. Ações adotadas para enfrentamento dos problemas envolvendo fechamento da cancela**

	Orar	Tentar ialogar	Não houve problema	Não respondeu	Não sabe
Entrevistado 1	X				
Entrevistado 2	X				
Entrevistado 3		X			
Entrevistado 4			X		
Entrevistado 5				X	
Entrevistado 6				X	
Entrevistado 7					X
Entrevistado 8				X	

Esta aparente negação do conflito pode ser associada ao clima de impotência que acomete as populações tradicionais quando estas se veem politicamente fragilizadas frente a situações de tensão com atores que consideram mais empoderados que elas próprias. Neste sentido, Costa (2011) aponta que é notável o estado de invisibilização dos grupos tradicionais em suas lutas em defesa de seus territórios, já que existe um histórico de silenciamento das demandas dos moradores do campo.

Outra especificidade do caso de Carumbi é a existência de uma cultura rural no Imbé de certa dependência dos “peões” à boa vontade dos fazendeiros em proverem suas necessidades, uma naturalização histórica da violação de direitos e do costume de esperar pela ajuda externa - ou pela providencia divina - para as angústias vividas (NEVES, 2004). E, no caso de Carumbi, a intervenção externa realmente aconteceu a partir da CPT. E, de forma até coerente, os moradores

atribuem a resolução dos conflitos com o Sr. V. à exposição do caso gerada pela representação no MPE, e pela presença da mídia e de funcionários da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes que, segundo os moradores, tinham a prática de levar pessoas “importantes” para observarem as condições em que viviam.

Todavia, as famílias sequer souberam identificar quem foi o responsável pela representação no MPE e se tranquilizam com a ideia de que não foram eles próprios que ativamente reagiram contra as ações do Sr. V.. Nesse sentido, o Sr. An. afirmou que:

“O bom é que essa situação aí, ele mesmo se entregou praquê quase todo dia tinha gente pra vir tirar foto dessa porteira, todo mundo aí viu, não foi a gente que entregou. Ele mesmo se entregou ne? Depois teve essa coisa da justiça que mandou o homi tirar a cancela. Mas isso ai eu nem sei te dizer quem foi que botou na justiça, só sei que foi em nome da comunidade, não foi com meu nome, não foi com nome de ninguém, aí não tem como o homi pegar bronca de ninguém, porque foi no nome da comunidade toda.” (Entrevista com An., 63 anos, um dos irmãos moradores da comunidade).

Uma questão que permaneceu sem resposta foi sobre de quem foi exatamente a representação feita junto ao MPE envolvendo o conflito entre os moradores de Carumbi e o Sr. V.. Na entrevista realizada com C. C., ex agente da CPT, e com J. L., superintendente de igualdade racial do município, ambos afirmaram terem sido suas organizações quem teriam feito a representação. Entretanto nenhum dos dois disponibilizou o número de protocolo do processo ou maiores informações para que este fosse detectado no sistema do MPE.

Quanto ao alívio dos moradores pela não personalização da denúncia, isto também pode ser indício de uma noção, mesmo que vaga, da força das ações coletivas, da tendência de que as ações em grupo tendem a ser mais potentes. Acordando com este ponto de vista, Duarte (2012) ressalta que a oportunidade dos atores menos influentes de exercerem poder se dá justamente pela criação de redes, de fortalecimento por meio da união entre si e para além de seu grupo primário de convivência, buscando elaborar e propagar um contra discurso que questione os atores mais poderosos. Entretanto, todo o caminho voltado à resolução dos conflitos envolvendo os moradores de Carumbi e o Sr. V., se deu sem a autonomia e protagonismo dos primeiros.

## 5.2 Dos modos de vida e da subjetividade comunitária: território, perfil familiar, práticas e crenças

### 5.2.1 A constituição do território em Carumbi e a questão da propriedade da terra

Uma primeira caracterização possível para Carumbi é de que se trata de uma comunidade negra (que se auto declaram como pretos), rural, tradicional de ocupação do território resultante da união entre a família S. e a família D. F. e de seus descendentes, sendo uma história que já atravessa quatro gerações. As famílias que lá se encontram são chefiadas pelos netos dos primeiros moradores, sendo constituídas por nove irmãos (duas mulheres e sete irmãos<sup>26</sup>). Destes irmãos, quase todos contraíram matrimônio com moradores de localidades do entorno de Carumbi (e.g., Mocotó, Córrego do Ouro) com exceção de um deles que permaneceu solteiro. Destas uniões foram gerados filhos, dos quais alguns moram ainda na comunidade, enquanto outros se mudaram após seus próprios casamentos. Assim, a população de Carumbi no momento da pesquisa era de 27 pessoas, dentre elas 21 adultos/idosos, 4 crianças e 2 adolescentes (Tabela 6).

**Tabela 6. Composição familiar em Carumbi**

Famílias	Composição**	Possui filhos fora da comunidade?
<b>Carumbi de baixo *</b>		
Família 1	An. e esposa	Não pois são falecidos
Família 2	M, esposo e filha	sim
Família 3	Al, esposa e filha	sim
Família 4	Ar.	Não, viúvo sem filhos
Família 5	A.	Não teve filhos
Família 6	Ma., esposo e filha	sim
Família 7	D. esposa e filho	sim
Família 8	L. filho de D.	sim
<b>Carumbi de cima</b>		
Família 9	Le. filha de D, esposo e filhos	não
Família 10	J. filha de D. esposo e filhos	não
Família 11	Jo.	Não foi respondido

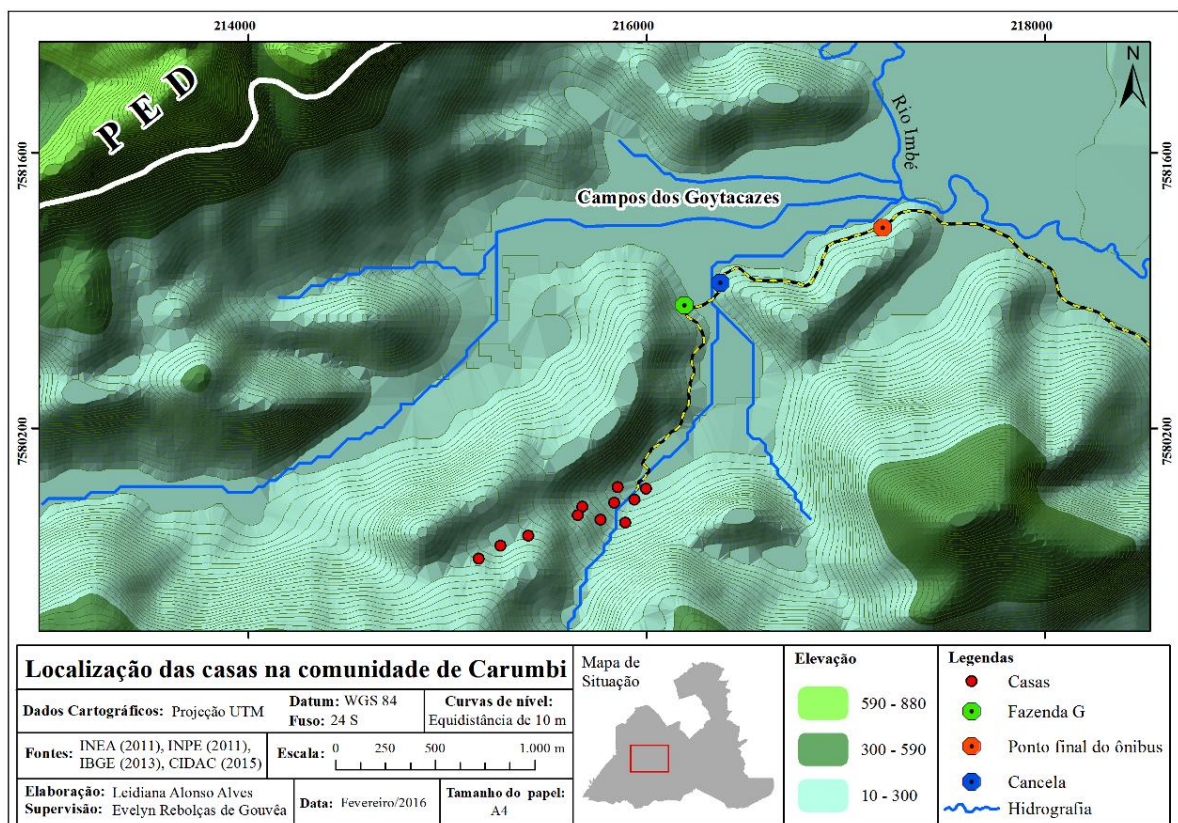
\* Todas as famílias de Carumbi de baixo foram entrevistadas

\*\* Os nomes abreviados pertencem aos descendentes diretos dos primeiros moradores.

Atualmente as famílias se encontram divididas em Carumbi de Baixo e Carumbi de Cima. Estes nomes foram criados pelos moradores para se referirem à

<sup>26</sup> Sendo que um dos homens deixou a comunidade e mora em outro município.

região mais baixa e à mais íngreme da comunidade. Entretanto, isto denota uma divisão não só geográfica, mas também de interação social, pois os moradores da área mais alta visitam pouco a parte baixa da comunidade, bem como utilizam caminhos diferentes para acessar comércios, igrejas, e até o centro da cidade de Campos dos Goytacazes. Durante as visitas de campo foi possível determinar a distribuição espacial das moradias entre a parte baixa e a parte de cima, bem como o principal ponto de captação de água para a comunidade, além da entrada para a fazenda Grandeza, e o ponto de ônibus mais próximo (Figura 6).



**Figura 6.** Mapa com principais pontos em Carumbi.

Um aspecto que é importante ressaltar é que inicialmente houve grande inconsistência nas respostas dadas pelos moradores sobre qual seria a quantidade de casas e de famílias existentes em Carumbi. Contudo, ao longo das visitas foi verificado que estas respostas diferenciadas se deviam ao fato de que a nomenclatura em questão não pertence somente à comunidade, mas sim a uma área que abarca três fazendas (a da comunidade e mais duas, cujos proprietários são conhecidos apenas por Jaime e Ídio). Desta forma, os limites de Carumbi são feitos em sua divisa com o chamado Rio do Norte e com a localidade de Mocotó do Imbé, conforme o informado pelo Sr. Ar.:

“É que aqui cada lugar tem um nome, aqui a gente tá no Imbé, o lugar geral é Imbé, mas todo lugar tem sua separação. Ali em cima tem Sossego que é um lugar, Babilônia é outro lugar, o Norte é outro lugar aí do Norte vem Carumbi até aqui. Depois vem a fazenda G. que já é Mocotó e lá pra baixo vai descendo e vem Serra das Almas, Batatal, Cambucá, Aleluia, Conceição do Imbé, Rio Preto e lagoa de Cima. Cada lugar tem sua separação de nome, o Imbé é geral e vai até Santa Maria Madalena. Carumbi faz divisa com o Norte e com Mocotó.” (Entrevista com o Sr Ar., morador de Carumbi).

Após as visitas realizadas foi possível determinar que o número de casas e famílias da comunidade de Carumbi é de onze, e que o número de famílias por toda a área conhecida como Carumbi é de cerca de vinte cinco. Quando inquiridos sobre o assunto, os moradores parecem ter naturalizado o nome “Carumbi”, indicaram que não existem problemas de identificação em relação às fazendas vizinhas mesmo que elas possam ser conhecidas pelo mesmo nome.

Uma informação particularmente relevante que foi obtida no contato com os moradores de Carumbi foi o fato que as famílias possuem a propriedade legal das terras, configuradas na existência de um título de propriedade. Este fato torna Carumbi um exemplo singular e representa um caso diferente da realidade da maioria das comunidades quilombolas brasileiras que geralmente ocupam áreas por gerações sem possuírem títulos de propriedade. Este fato contradiz as informações prestadas em entrevistas pelo representante da SIR da PMCG que informou que os moradores se caracterizam como posseiros <sup>27</sup>.

Ainda sobre os dados obtidos nas entrevistas em relação ao título de propriedade da terra, as informações encontradas são diferenciadas, apresentando aproximações, mas também elementos distantes. A análise das respostas mostra um nível de concordância acerca existência dos títulos de propriedade, e que isto possibilitou não apenas a permanência dos herdeiros na terra, como também a divisão da propriedade entre eles. Todavia não foi possível verificar tais informações de forma mais pormenorizada, pois os moradores não se dispuseram a apresentar os documentos de título da propriedade, baseados no já citado clima de desconfiança que apresentaram em diferentes momentos da pesquisa. Entretanto, por meio das entrevistas ficou demonstrado que todos os irmãos contribuem financeiramente para o pagamento anual do Imposto Territorial Rural (ITR) para uma área de 15 alqueires (ou aproximadamente 60 ha). Após a juntada do valor do ITR, o Sr. Ar. se dirige ao município de Santa Maria Madalena para realizar o pagamento do tributo.

---

<sup>27</sup>Entrevista realizada em 15/02/16 com superintendente da Superintendência de Igualdade Racial.

Já em relação ao nome que estaria no título de propriedade da terra, as informações foram contraditórias. Uma primeira versão é de que o título de propriedade estaria em nome do avô materno não tendo sido efetuado o inventário por conta de a terra ter sido deixada para usufruto da comunidade, passando de geração a geração. Uma segunda versão é a de que a propriedade da terra estaria dividida em duas partes, Carumbi de Cima e Carumbi de baixo. Carumbi de Cima teria um título para o Sr. P. para que este gerenciasse o uso da propriedade. Este procedimento também teria sido feito pelo Sr. P. que teria deixado uma procuração para seu filho, Sr. Ar. Já na área de Carumbi de Baixo, o título de propriedade estaria em nome do Sr. P., pois este teria adquirido essa parte do sogro após seu casamento. Portanto, segundo esta versão, anualmente seriam pagos dois impostos pelas terras. Para os moradores que corroboram dessa versão, mesmo que sejam minoria, haveria a necessidade de realização de um inventário para viabilizar a divisão da terra entre todos os herdeiros.

Em que pesem as questões existentes acerca da titulação e da necessidade de repartição da propriedade entre todos os herdeiros, isto não parece ter afetado a noção de uso coletivo da terra, e da relação que se estabelece entre as famílias acerca da preocupação com as gerações futuras, para o qual a manutenção daquela propriedade seria fundamental. Um elemento que explicita esta relação foi a declaração unânime dos moradores em relação ao sentimento de pertencimento a Carumbi. Além disso, todos os entrevistados apontaram o desejo de ali permanecerem por muitos anos. Nas entrevistas feitas com o Sr. D. e com a Sra. Alz. também ficou expressa a noção de que a área de Carumbi possui um caráter coletivo e não individual, o que tornaria as suas terras indisponíveis às relações de compra e venda para servir unicamente à família:

“Eu não sairia daqui nunca, não venderia nem por um milhão de reais! Aqui você tem tranquilidade, você anda tranquilo, dorme tranquilo. Tem os pobrema, mas aqui é muito bom. Já somo acostumado com isso aqui desde criança. Nessa tranquilidade já atingi a idade que tenho e quero chegar aqui até os 100 anos!”. (Entrevista com D., 73 anos, morador de Carumbi).

“Aqui as terra a gente não vende não. Desde os antigo a gente sabe que aqui é pra uso e fruto, que vai morrendo os velho e vai ficando pros filhos, pros neto e vai...Se acontecer de vender, só pode vender pra família, pros que mora aqui mesmo e isso se todo mundo deixar. Mas pra gente de fora não pode não.” (Entrevista com Alz., 69 anos, esposa de D. e moradora de Carumbi).

A ligação exibida entre a população e seu território permite a compreensão do que seria a territorialidade na prática, que extrapola o aspecto da extensão territorial e se traduz na atribuição de valores e significações a um local cuja habitação perpassa várias gerações fazendo parte da história daquelas pessoas. Deste modo, Diegues (2005) afirma que em comunidades tradicionais/quilombolas é possível observar o compartilhamento de costumes e símbolos remetentes a toda uma história vivida em um local cujos recursos foram e são os responsáveis pela sobrevivência de seus moradores; sobrevivência esta que faz fatos simples e cotidianos se tornarem espaços de grande valor coletivo, tal como o trabalho nas roças; os caminhos usados pelos habitantes; os espaços para convivência e também os mitos e crenças de uma comunidade.

Nesse sentido, o uso físico do território também reflete a ligação de cada morador com o ambiente que o cerca. Em Carumbi todas as casas possuem um terreno próprio para suas plantações, tanto as de “beira de casa” (Figura 7), quanto as de maior escala utilizadas à época de venda coletiva de bananas e laranjas e que alguns moradores substituíram atualmente por pasto para bois (Figura 8).



**Figura 7.** Unidade domiciliar com plantação de beira de casa. Fonte: Arquivo da autora.





**Figura 8.** Ao lado da residência, terreno destinado às plantações maiores, mas que atualmente é usado como pasto. Fonte: Arquivo da autora.

A maioria das casas é feita de alvenaria e contém, normalmente, um cômodo avulso, feito de sapê para servir de cozinha onde utilizam fogão a lenha. Nas casas em que não há o cômodo para a cozinha, o fogão a lenha é usado ao lado de fora da residência, ademais, em apenas uma das casas havia fogão a gás. As casas são rústicas e antigas com tamanho variado, mas geralmente possuem de três a quatro cômodos. Entretanto nem todas possuem banheiros internos, sendo que em alguns casos estes se localizam também em cômodo avulso não contíguo à estrutura principal das casas (Figura 9).



**Figura 9.** Casa com banheiro avulso feito de sapê. Fonte: site Instituto Historiar<sup>28</sup>.

Nos quintais também existem espaços reservados para criação de animais, para o armazenamento de lenha, e para o estabelecimento de hortas (Figura 10):

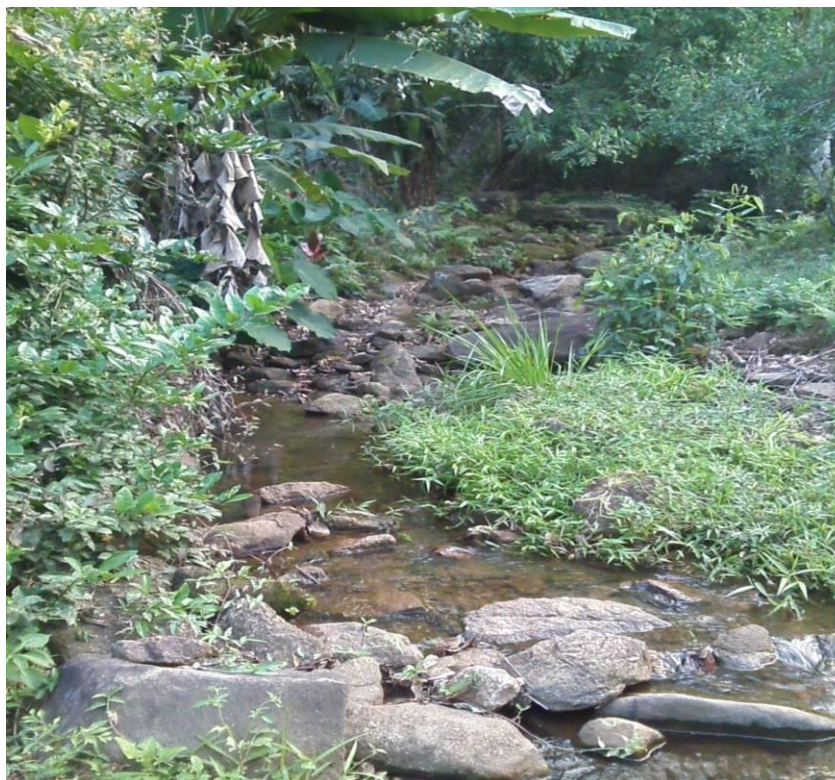


**Figura 10.** No lado esquerdo é mostrado o quintal com espaço reservado ao armazenamento de lenha, e no direito a parte cercada para o estabelecimento da horta. Fonte: Arquivo da autora.

As casas foram construídas às margens de um córrego do qual todos os moradores captam água para todas as necessidades, dado que não há fornecimento de água tratada em toda a comunidade (Figura 11).

---

<sup>28</sup> CAVALAR, E. Instituto Historiar, 2010. In: <http://institutohistoriar.blogspot.com.br/2010/12/expedicao-comunidade-do-carobinho.html>.



**Figura 11.** Córrego utilizado para captação de água. Fonte: Arquivo da autora.

A água é captada de diferentes pontos do córrego conforme a localização da residência e é levada por mangueiras até as caixas de água ou até tanques de cimento, pias ou baldes do qual a água flui incessantemente. No entanto, é comum que as mangueiras entupam ou furem gerando a necessidade de manutenção constante (Figura 12).



**Figura 12.** À esquerda moradora consertando encanamento improvisado e à direita ponto de abastecimento de água ininterrupto. Fonte: Arquivo da autora.

Outro uso do córrego é feito na parte mais íngreme de Carumbi, onde existe uma queda d'água usada para banhos e lazer. Uma especificidade deste córrego diz

respeito ao período chuvoso, pois as chuvas e temporais aumentam consideravelmente o volume de água causando alagamentos na parte baixa da comunidade.

Nenhuma das residências de Carumbi possui rede de esgoto, mas algumas casas possuem fossa séptica que são construídas nos quintais (Figura 13).



**Figura 13.** Fossa séptica de residência. Fonte: Arquivo da autora.

Já para superar a falta do serviço de coleta de lixo, os moradores reaproveitam tudo que é orgânico nas próprias plantações ou como alimento para suas criações, enquanto que o lixo inorgânico é normalmente queimado.

Outra forma de uso dos recursos naturais se faz pela produção artesanal de cestas feitas com folhas de plantas secas, tal como a taboa, e que não são comercializadas, mas usadas nas necessidades cotidianas (Figura 14).



**Figura 14.** À esquerda cesto utilizado para transportes diversos, adaptado a cavalo, à direita serventia como poleiro em galinheiro. Fonte: Arquivo da autora.

Há também a produção de colorau a partir do urucum, o que é feito por uma das moradoras que distribui o condimento entre todas as famílias da comunidade (Figura 15).



**Figura 15.** Produção caseira de colorau em residência de Carumbi. Fonte: Arquivo da autora.

No tocante aos sistemas agrícolas voltados para subsistência, e que são importantes por possuírem um longo trajeto histórico, estes serão analisados mais adiante nesta dissertação.

### *5.2.2 – O perfil demográfico, ocupacional e religioso da população de Carumbi*

Um primeiro elemento a ser mencionado em relação à população de Carumbi é que todos moradores mais velhos são analfabetos, o que é explicado pela falta de escolas em sua época de infância. Já os filhos mais velhos começaram a estudar tardiamente em supletivos, enquanto que os filhos mais novos e netos já estudam regularmente nas escolas da região. Dos cônjuges que vieram de outras localidades, a história se repete. Este fato é coerente com o longo histórico do analfabetismo rural no Brasil originado em sua condição de ex-colônia e de país agrícola que, até meados do século XX, não priorizou a educação nas áreas rurais (CALDART, 2002).

Com relação à atividade socioeconômica e fonte de renda, a maioria dos moradores adultos é formada por aposentados e/ou trabalhadores temporários em fazendas vizinhas e, no caso de um dos moradores, há o trabalho na área de construção civil. Por outro lado, apenas três das oito famílias entrevistadas persistem na comercialização de sua produção para aumentar a renda mensal familiar, enquanto que o resto das famílias se resume a praticar a agricultura de subsistência e a criar animais para consumo próprio, ou para a venda de ovos (i.e.; de galinhas, patos e gansos).

A partir da análise das entrevistas também foi verificada a existência da divisão do trabalho por gênero. Nesta divisão, aos homens cabe o trabalho nas roças dentro de Carumbi ou em fazendas. Estas atividades são geralmente feitas durante os dias da semana, com algumas exceções para as segundas e sextas feiras em que se aproveita a condução para ir ao centro da cidade. Já às mulheres cabe o trabalho doméstico, manutenção das hortas, o cuidado com a criação de animais, e com os filhos. A jornada feminina ocorre em todos os dias da semana como também nos fins de semana, novamente com algumas exceções nos dias em que é possível visitar o centro da cidade. As crianças e adolescentes do local seguem os caminhos dos pais na divisão do trabalho, se diferenciando dos adultos apenas pelo fato de frequentarem a escola de segunda a sexta.

Um elemento que apareceu nas entrevistas foi que, no passado, as mulheres da comunidade chegaram a realizar trabalhos que atualmente são realizados somente pelos homens. Entre estes trabalhos estava a atividade agrícola em fazendas vizinhas, seja como meeiras ou atuando no manejo de pastos. Todavia, na fala do Sr. Ac., é possível verificar como a separação de gênero é internalizada atualmente no processo de divisão do trabalho:

“Eu não tenho horta aqui em casa porque não tenho muié. Muié tando em casa é outra coisa né? É porque eu trabaio fora, eu chego em casa de noite, então, tendo uma mulher em casa, quando a pessoa já chega as horta já tá aguada, as coisa já tá arrumada. Prantar umas coisa eu pranto mas... M. é que me faz umas coisa, lava minha roupa, minha sobrinha faz minhas compra.” (Entrevista com An. 61 anos, morador solteiro em Carumbi).

Por meio das entrevistas foram identificados os preceitos patriarcais comuns em sociedade rurais, fortemente embasados na naturalização da não autonomia da mulher, da permanência desta na casa dos pais sob sua tutela até encontrar um marido para o qual também terá de se submeter. Mulheres que agem diferentemente destes padrões são vistas de forma pejorativa, tais como as separadas, recasadas ou que se envolvem em relacionamentos sem casarem com os parceiros.

Continuando a observar os hábitos dos moradores, além de passarem a semana nos trabalhos cotidianos, os fins de semana são diferenciados por serem os dias no qual geralmente recebem visita de outros moradores ou dos filhos que já não moram na comunidade. Especificamente aos domingos, toda a comunidade se mobiliza em torno de um aspecto marcante na estrutura social de Carumbi, que é a

religiosidade. A maior parte dos moradores é de orientação evangélica<sup>29</sup>, mais especificamente o neopentecostalismo, da qual apenas um dos entrevistados não se declarou aderente. Cultos religiosos são realizados semanalmente dentro de Carumbi, no qual a maioria dos moradores de Carumbi de Baixo comparece. Os cultos são realizados pelo irmão caçula dentre os patriarcas, geralmente no período da tarde e com o uso de microfone e caixas de som que foram doados por um ex-funcionário da PMCG. Os moradores que não participam deste culto frequentam igrejas evangélicas em locais vizinhos, e seguem até lá por meio de caronas ou por caminhadas que duram até quatro horas.

Por outro lado, é importante notar que o espaço voltado para a religiosidade se tornou importante por se tratar de um momento no qual os moradores se reúnem para um tipo de convivência coletiva, em que aproveitam para trocar informações do que houve ao longo da semana, combinam favores e o que mais for possível. Em relação aos moradores que frequentam igrejas fora de Carumbi, em sua maioria mulheres, a saída para frequentar o templo religioso é um dos poucos momentos em que deixam a comunidade e interagem com outras pessoas, configurando uma atividade de lazer e de troca social que é bem vista pelo resto da comunidade por se tratar de uma atividade considerada cristã.

Machado (1994) analisa de forma interessante realidades como esta, pois ao notar que as mulheres do campo muitas vezes têm como único lazer a frequência em igrejas, nota também que é nas experiências religiosas ali vividas, que as mulheres possuem espaço para construção de algum protagonismo e autonomia. Em Carumbi tal se observou na medida em que as mulheres por meio de atividades aparentemente simples - como a ajuda na organização dos cultos, leitura de salmos e cantoria de hinos, limpeza da igreja e acompanhamento dos pastores - atuam como personagens principais no cenário religioso e marcam sua participação pública, tanto em sua comunidade como nas do entorno (no caso das que frequentam igrejas fora de Carumbi), pois ali se relacionam com as pessoas de forma mais ampla, graças à instituição religiosa.

Uma coisa que não foi determinada é de quando o Neopentecostalismo adentrou o cotidiano de Carumbi, já que foi relatado que os moradores mais antigos praticavam as religiões de matrizes africanas, como é comum em comunidades quilombolas. Este assunto é visto com reservas pelos atuais moradores de Carumbi

---

<sup>29</sup> Sabe-se que dentro da categoria denominada evangelismo existem doutrinas diferenciadas como as protestantes, pentecostais e neopentecostais e, apesar do termo aparecer no texto com um caráter geral, a vertente a que se refere com relação a Carumbi é a neopentecostal.

dada a sua adesão ao Neopentecostalismo, o qual geralmente não apresenta qualquer simpatia pelas práticas associadas ao espiritismo ou às religiões de matrizes africanas. Este tipo de contraposição já foi notado em outras comunidades quilombolas (Abumanssur, 2011; Lifschitz, 2011). Por este motivo, Boyer (2003) explica que na visão dos simpatizantes do movimento negro há uma noção de incompatibilidade entre ser evangélico e quilombola, como se ser fiel a esta religião os levasse a negar suas origens e os limitasse de praticar a cultura negra de forma integral. Apesar desta concepção de incompatibilidade, é cada vez maior o número de comunidades “convertidas” ao cristianismo evangélico e, paralelamente, é crescente o investimento das igrejas evangélicas, principalmente pentecostais e neopentecostais, na evangelização de grupos tradicionais e quilombolas. Estas evangelizações ocorrem não só em escalas regionais, como também se manifestam a nível nacional por meio da criação de alianças e agendas conjuntas, do qual um dos vários exemplos é a Aliança Evangélica Pró Quilombola do Brasil<sup>30</sup> (Quilombolas do Brasil, 2012).

Um aspecto ainda relativo à questão religiosa dentro de Carumbi são as relações políticas que se estabelecem a partir dela. A entrada na comunidade foi facilitada por Al., o pastor da comunidade e também aquele que é considerado pelos técnicos da SIR da PMCG como o líder da comunidade e maior detentor dos saberes relacionados às histórias de seu grupo. A partir das pesquisas de campo foi verificado que Al. possui, de fato, uma liderança de caráter religioso, e também se mostra um dos moradores mais abertos a visitas de pessoas de fora de Carumbi, sendo sua casa o local em que sempre são realizadas as visitas da prefeitura. Entretanto, as interações realizadas com os outros moradores durante a pesquisa de campo não confirmaram a condição de Al. como um líder político que exerça influência direta nas tomadas de decisões dos moradores. Tampouco foi confirmada a premissa de que ele seria o maior detentor dos conhecimentos históricos ou, pelo menos, o melhor transmissor sobre a história da comunidade. O fato é que outros moradores se mostraram como detentores de uma narrativa mais completa do percurso histórico da comunidade, bem como da compreensão das relações de poder estabelecidas entre os seus habitantes.

Entretanto, no tocante à resolução dos conflitos com o proprietário da Fazenda Grandeza, o Sr. V., os moradores acreditam que Al. teve uma importante atuação enquanto mediador entre o MPE e a comunidade. Neste caso é preciso

---

<sup>30</sup> Anexo 2.



ressaltar a atuação da SIR, que centralizou as informações relativas ao caso com Al., por considerá-lo líder da comunidade, além de se limitarem a visitar a sua residência e a passar somente a ele as informações que obtinham em relação à ação ajuizada no MPE.

Já sobre a falta de uma coesão política centralizada em uma liderança, isto pode estar relacionado às mudanças de hábito dos moradores que, com o passar dos anos, adotaram posturas cada vez mais individualistas diminuindo gradualmente a importância conferida a uma esfera decisória de referência coletiva. Mudanças como estas são comuns não só por conta das reestruturações que são próprias ao funcionamento interno dos grupos, como também por fatores externos que modificam seus modos de reprodução material e simbólica. De forma mais ampla, com base no que foi apurado na análise das entrevistas, é possível afirmar que as mudanças que ocorrem em Carumbi nas áreas da economia, demografia, cultura e religião afetaram sua coesão social. Isto ficou claro na fala da Sra. Ma. que apontou que:

“A gente não se une aqui não, precisava ne? Mas...num tem reunião, nada. Tinha que fazer mas sempre que um quer o outro não quer. E nunca tem acordo de nada. Tem uns mato na trilha que vai pra igreja, a trilha tá toda suja, vê se alguém junta pra limpar? Se eu não for lá limpar ninguém vai não. Antigamente não ficaria assim, se fosse na época de papai seria diferente” (Entrevista com Ma., 51 anos, moradora de Carumbi).

A partir da declaração da Sra. Ma é possível identificar não apenas o impacto da ausência de reuniões e acordos comunitários, como também da falta de uma figura de liderança que os una, dentre outras formas, politicamente. Em outras entrevistas, foi verificada a importância que os moradores dão ao papel político que era exercido pelo Sr. P. para garantir a coesão social da comunidade. Neste sentido, vários entrevistados apontaram que a falta de um líder que ocupe a posição que era exercida pelo Sr. P., que assuma a função de integrador do grupo e de motivador das ações coletivas, acaba por criar um ambiente de menor entendimento e colaboração do que a que existia na época dos seus avós e pais.

Todavia, a imersão no cotidiano da comunidade possibilita a afirmação de que ainda permanece em Carumbi aquilo que demarca o caráter coletivo e tradicional de sua população. Este foi um aspecto difícil de captar, já que é complexo fazer esta inferência frente às sutilezas que podem fugir ao primeiro olhar sobre um dado fenômeno em seu processo de estudo. O fato é que se verificou que há uma rede de fortes laços comunitários explícita no entrosamento dos moradores, devido principalmente ao fator parentesco – que sempre emerge nos estudos de

comunidades quilombolas e minorias étnicas (SARUWATARI, 2014) - indicador de regras e costumes que são a chave para entender as normas, condutas, tradições e tabus estabelecidos no grupo.

Algumas dinâmicas foram compreendidas como normas implícitas regentes do universo comunitário. Um exemplo disso é a aceitação coletiva de que os homens solteiros, viúvos e separados possam ter maior liberdade de se afastar de Carumbi em períodos e frequências maiores, enquanto que os homens casados passam mais tempo no seu interior. Assim também o conhecimento acerca das rotinas individuais, os lugares e horários em que as pessoas transitam. As famílias de Carumbi de Cima passam despercebidos por este aparente controle devido à relativa distância geográfica que os leva a usar caminhos e estradas diferentes dos moradores de Carumbi de Baixo.

Outras normas e valores compartilhados são refletidos em detalhes que fazem toda a diferença na concepção do pertencimento a um coletivo, tais como o trato respeitoso aos idosos; a divisão do trabalho por gênero; a difusão da religião; a forma semelhante de se vestirem (mulheres com saias abaixo do joelho e homens com calças e blusas de manga comprida); a relação entre homens e mulheres sendo os últimos tidos como figuras de autoridade; a sobrevivência vinculada ao território; a atribuição de características negativas à parte urbana do município em comparação ao local em que vivem; as relações de solidariedade em casos de doença dos moradores; os empréstimos e trocas de objetos que fazem entre si. Estes são apenas alguns exemplos de como as famílias de Carumbi compartilham de visões de mundo, formas de explica-lo e maneiras de se portarem frente a ele.

Todos esses aspectos da vida dentro da Carumbi terminam por estabelecer uma conexão que, conforme propõe Tönnies (1995), transcende a partilha de sangue (parentesco), do território e dos paradigmas usados para compreensão da realidade. Vai ao encontro ao que o Tönnies definiu como comunidade, ou seja, grupos com elevado grau de integração afetiva e alto grau de coesão – e mesmo de homogeneização – entre seus membros, incluindo conhecimentos, objetivos, práticas cotidianas e formas de agir e pensar.

### *5.2.3 Os sistemas uso da terra e a comercialização da produção*

Assim como foi feito um histórico familiar e da ocupação do território, a análise das entrevistas também foi orientada para um esforço de identificar a

evolução do uso da terra em Carumbi, de modo a estabelecer uma trajetória dos principais cultivos, sistemas de produção, e mecanismos de comercialização.

Um ponto inicial desta trajetória foi a determinação de que inicialmente as terras eram utilizadas para o plantio de café, e de lavouras complementares utilizadas tanto para a comercialização quanto para a subsistência familiar. Assim, na época identificada como tendo sido um período de fartura dentro de Carumbi, o café era a principal âncora financeira. Em vários relatos, aparece a informação de que três caminhões de café eram comercializados anualmente, fora a quantidade que separavam para consumo familiar. Neste período também teria havido o cultivo de banana, arroz, feijão, inhame, mandioca, cana, milho, abóbora, coco, urucum e abacaxi.

As entrevistas também trouxeram a informação de que havia a “pilação” de arroz e mandioca no local, e que havia uma acentuada autonomia em relação ao consumo de alimentos, restando comprar apenas o que não podia ser produzido ali, como sal e querosene. Segundo os moradores, as condições da terra também ajudavam, já que adubos e agrotóxicos não eram necessários e as chuvas constantes irrigavam naturalmente todas as roças. Além da agricultura, os moradores informaram que também ocorria a criação de diversos tipos de animais. No caso do rebanho bovino, parte do leite produzido era vendido para a Cooperleite. Esta atividade diminui bastante após a chegada da energia elétrica na região do Imbé, o que teria permitido aos produtores mais capitalizados comprar resfriadores de leite, algo que os moradores de Carumbi não tiveram condições de fazer, o que lhes impediu que prosseguissem com as vendas.

Após o declínio econômico do Imbé, uma nova fase foi iniciada na comunidade e ficou marcada pela comercialização de bananas e laranjas a um único comprador que as revendia no mercado municipal do centro da cidade, exercendo a função de atravessador. Entretanto, a diversificação de lavouras voltadas para a subsistência permanecia, o que evitava a ida constante ao centro de Campos dos Goytacazes para a compra de gêneros alimentícios. Neste período foi mantida a prática de uma agricultura sem adubos e agrotóxicos. Também é interessante notar a exaltação da qualidade das terras e o papel da abundância das chuvas no crescimento saudável dos cultivos realizados em Carumbi. Nesse sentido, o Sr. Al. aponta que:

“Aqui num precisava adubar a terra não, se adubava era capaz até de estragar a pranta. Aqui é terra boa, terra fértil. A laranja ocê põe a muda esse ano, no outro ano ela começa dando fruta e depois ela fica

carregando. Nunca tive problema com praga nem doença na pranta aqui não.” (Entrevista com Al. 54 anos, morador da comunidade).

Diegues (2005) considera que comunidades tradicionais possuem uma relação diferenciada com a Natureza, sabendo usar de seus recursos sem exercer uma atividade predatória, fugindo ao padrão capitalista patronal de exploração da terra com as monoculturas de larga escala, uso de agrotóxicos e maquinários. Diegues argumenta ainda que culturas tradicionais, tal como a quilombola, estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, ou seja, sociedades em que o trabalho não se tornou ainda mercadoria e, apesar de haver dependência do mercado, esta é parcial, pois a maior dependência é a dos recursos naturais e dos ciclos da natureza. Estas caracterizações de Diegues contemplam em grande parte a evolução e a característica dos principais sistemas agrícolas identificados dentro de Carumbi.

Em relação aos preços e quantidades da produção vendida ao atravessador que atuava em Carumbi quando ainda havia grande comercialização da produção (até cerca de 20 anos atrás), não houve consenso nas respostas. Entretanto, as estimativas dão conta da venda anual de 6.000 a 7.000 laranjas, e de 5.000 mil bananas a cada bimestre. As bananas seriam vendidas por cerca de R\$ 1,50 ao cento, mas os moradores não souberam informar os preços envolvendo laranjas. Apesar de não ter sido constante, também chegaram a vender ao atravessador jacas – menos de R\$ 1,00 por unidade.

A análise das entrevistas mostrou que por um longo período de tempo a venda da produção mobilizava toda a comunidade. Além do mais, este processo marcava um espaço de esforço coletivo, mas que passou por um forte declínio a partir da diminuição da população no Imbé. A situação da comercialização piorou a partir de 2005 quando começaram os episódios do fechamento da porteira pelo Sr. V, que impediam a chegada do atravessador ao interior de Carumbi. Por isso, com o tempo o comprador desistiu de ir buscar a produção e a comunidade não procurou por outros canais, pois a maioria das famílias desistiu de vender seus cultivos.

Por outro lado, há ainda algumas famílias comercializando sua produção, dentre estas há uma série de reclamações, incluindo a mudança das condições climáticas que não tem ajudado a terra, além da falta de mão de obra, e da precariedade das estradas. Os moradores relacionam a falta de estradas e pontes em boas condições com a impossibilidade de realizarem o escoamento de produção, bem como reclamam da falta de auxílio para conseguirem equipamentos agrícolas

(e.g.; escavadeiras e tratores) para limpar o terreno e melhorar as condições de plantio.

Um aspecto que ficou bastante marcado nas entrevistas se refere às mudanças das condições climáticas, pois segundo os moradores a região estaria passando por um período mais seco no qual o número de chuvas caiu bastante em relação a períodos anteriores. Tendo em vista o período em que as entrevistas foram realizadas, os moradores informaram que a seca já durava mais de um ano, o que impactou a disponibilidade de água dentro de Carumbi, já que o córrego que é a principal fonte de abastecimento diminuiu consideravelmente seu nível de água e, com isso, não possui pressão suficiente para encher as caixas d'água. Os moradores indicaram que seus plantios tem pouca resistência à falta de chuvas, mas que, se fossem gastar água com irrigação, além de colocarem em risco a água para consumo próprio, também haveria um gasto de luz excessivo com o funcionamento da bomba de água, o que para eles não valeria a pena dada a relação entre os custos e os valores apurados com a venda da produção.

Outra dificuldade apontada pelos moradores para manter as suas roças se refere à falta de pessoas aptas a trabalhar, pois atualmente a maioria das famílias é composta principalmente por idosos e crianças. Deste modo, a falta dos filhos jovens para ajudarem nas roças e a saúde debilitada dos mais velhos dificulta as práticas agrícolas que historicamente existiram em Carumbi. Nesse sentido o Sr. D. afirmou que:

“Fica ruim pra gente fazer o trabalho todo sozinho ne? Eu com os mais novo, a gente se virava. Mas hoje sozinho, velho e doente...ainda mais depois que acidentei a perna. O feijão mesmo era muito trabalho, tinha que limpar a terra, prantar, limpar o feijão, colher, bater, soprar pra ensacar e botar pra vender e o povo comer.” (Entrevista com D, 73 anos,. morador de Carumbi).

Uma mudança particularmente importante ocorreu com o encerramento em 2006 das vendas coletivas da produção obtidas por todas as famílias de Carumbi, que eram direcionadas ao Mercado Municipal do centro da cidade. De forma geral as razões para esta medida drástica incluem a colocação da porteira pelo proprietário da Fazenda Grandeza, a saída dos moradores mais jovens e as enfermidades que acometeram os moradores mais idosos. No momento da pesquisa de campo apenas três famílias declararam estar plantando para entregar produtos para o mercado, enquanto as demais declararam estar fazendo cultivos voltados para a sua subsistência.

As Tabelas 7 e 8 apresentam as culturas que ainda são comercializadas, suas quantidades e os preços médios obtidos nas vendas realizadas em 2015.

**Tabela 7. Produtos comercializados por família**

<b>Família</b>	<b>Produto</b>
1	Laranja
	Coco
2	Laranja
3	banana
	laranja
	coco

Fonte: Pesquisa de Campo.

**Tabela 8. Quantidades e preços médios dos cultivos comercializados em Carumbi em 2015**

<b>Produto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço</b>
Laranja	cento	R\$ 10,00
Coco	cento	R\$ 50,00
banana	cento	R\$ 20,00
<b>Estimativa das quantidades vendidas em 2015 pelas 3 famílias*</b>		
Laranja	95 centos	
Banana	22 centos	

\*As estimativas referentes ao coco não estão presentes pois não havia chegado a época do ano para sua venda

Fonte: Pesquisa de campo

Um fato que é corriqueiro nas áreas rurais, e Carumbi não é exceção, é que os preços variam com o passar do tempo ou seguindo especificidades sazonais. Outro aspecto que precisa ser mencionado é que também variam os produtos vendidos, pois algumas frutas podem substituir outras dependendo da disponibilidade dos moradores em plantarem e da época do ano. No caso das três famílias que vendem sua produção, foi verificado que a família 1, por exemplo,

chegou a vender bananas em 2014, mas que preferiu cultivar somente laranjas em 2015. A partir das respostas dos entrevistados não foi possível determinar quem é o atual comprador das produções das famílias 1 e 2, apenas que se trata de um atravessador que cobra 200 R\$ de frete para ir até Carumbi adquirir a produção. Já a família 3 vende sua produção diretamente para a localidade de Rio do Norte. No tocante aos valores recebidos pelas vendas realizadas, os moradores declararam que os consideram baixos, mas que são suficientes para garantia da sobrevivência das famílias e para evitar prejuízos.

Em relação à diversificação da produção e da sua comercialização, o Sr. Ac. declarou que:

“Mas to na época agora de vender banana e coco. A épa de laranja acabou, agora só no outro ano, que agora é epa das fror e como nos tamo chegando no verão, é coco, banana e jaca. Banana é direto, o ano todo. Todo mês tem banana, é uma planta que não para de dar fruto. Ao longo do ano vendo laranja, banana, coco e jaca e também aipim. Eu vendo pra muita gente aí, pros colega meu mesmo aí. Eu tenho um cado de conhecido. Não vendo pra Campos não. Eu vendia tambem com os outros era a banana pro cara que vinha ai com o carro, mas o cara não ta vindo mais. Agora também tem pouca banana.” (Entrevista com Ac., 61 anos, morador de Carumbi).

Por outro lado, é importante notar que o consumo familiar é considerado prioritário mesmo pelas famílias que vendem parte de sua produção. Os entrevistados que responderam por estas famílias afirmaram que parte da produção é separada para a sua alimentação, outra parte é utilizada para alimentar as criações, e ainda ocorrem doações a parentes e visitantes. A parte comercializada representa a fração que sobra após todos estes usos. Estes modos de proceder vão ao encontro de um modo de vida camponês conforme o que coloca Oliveira (2007) quando caracteriza o trabalho camponês como tendo uma parte da produção agrícola voltada para o consumo direto - como meio de subsistência imediata - e a outra parte, o excedente, é comercializada sob a forma de mercadoria. Entretanto, Oliveira acrescenta que a transformação da produção em mercadoria obedece a um limite, que é o da sobrevivência, e não o da procura pelo lucro.

Quanto às culturas voltadas para consumo próprio estão inclusas as hortaliças (que ficam sob o cuidado das mulheres), e cultivos de aipim; inhame chinês; taioba; tomate; chuchu; milho; feijão; abóbora; batata doce; guandu; guaquica; acerola; jabuticaba; fruta-pão; abacate; lima; manga; seriguela; jambo; urucum; algodão; mamão; jaca.

Além dos cultivos para subsistência, cinco das oito famílias possuem criações de galinhas, patos e gansos, das quais em alguns momentos vendem seus ovos e,

em outros, usam para consumo alimentar. Além disso, todas as famílias abandonaram a criação de porcos, pois segundo vários entrevistados esta era uma atividade de risco, pois além dos porcos comerem em grande quantidade a lavagem e a ração, também fugiam com frequência. Por outro lado, quatro dessas famílias também possuem gado bovino para consumo de carne e aproveitam os terrenos íngremes para fazer de pasto aos bois.

De modo a identificar a distribuição temporal das práticas cotidianas ao longo do ano, as respostas relativas a este quesito foram organizadas temporalmente e também no tocante à sua divisão de acordo com o gênero da pessoa envolvida (Tabela 9).

**Tabela 9. Distribuição anual das principais atividades realizadas pela comunidade por gênero**

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Trabalhos domésticos e cuidados com criações	—————											
Cuidados com hortas	- - - - -											
Cuidados com as produções gerais	—————											
Cuidados com o Gado	—————											
Venda de Bananas	—————											
Vendas de Laranja	- - - - -											
Vendas de Cocos	—————											

Atividades representadas por linhas vermelhas são realizadas exclusivamente por mulheres.  
As linhas pontilhadas se referem ao período em que a atividade não é realizada.

Fonte: Pesquisa de campo

Um aspecto que também foi questionado aos entrevistados se referiu às causas do abandono das vendas coletivas da produção obtida dentro de Carumbi (Tabela 10).



**Tabela 10. Motivos citados como impedimentos à volta das vendas coletivas**

Entrevistas	Solo "cansado"	Falta de boas estradas e pontes	Falta de chuvas	Falta de um comprador	Falta de união grupal	Problemas de saúde	Não há obstáculos
1			X		X	X	
2							X
3		X	X				
4	X	X	X				
5	X		X				
6	X				X		
7			X	X	X		
8	X						

Fonte: Pesquisa de campo

As respostas oferecidas pelos moradores podem ser agrupadas ao longo dos mesmos eixos que foram oferecidos para explicar a diminuição da produção voltada para a comercialização incluindo aspectos ambientais, de demanda pelos produtos, e de infraestrutura. No entanto, uma questão importante se referiu ao que foi denominado de “falta de união” da comunidade, pois apenas uma família não viu obstáculos para o retorno imediato da comunidade ao nível de comercialização que existiu até 2006.

Para além das respostas coletadas nas entrevistas, a observação permitiu estabelecer outra relação, que se refere à formação da comunidade ser feita majoritariamente por idosos que preferem viver de uma fonte de renda fixa (aposentadoria) do que continuar investindo recursos financeiros e energia na agricultura. Esta predisposição parece derivar da noção que muitos moradores possuem de que viver da agricultura possui riscos associados às mudanças no comportamento da natureza, da qual a seca prolongada é um dos exemplos mais citados. Um aspecto particularmente contraditório reside no fato de que quando a comunidade deixou de produzir determinados gêneros e passou a compra-los no centro da cidade, houve uma modificação significativa na relação com a terra e com seu território, o que pode ter reforçado uma tendência ao individualismo e à ruptura das tradições comunitárias.

Finalmente, é importante notar que foi verificado que os moradores jamais tiveram acesso a crédito rural ou pensaram em criar uma cooperativa, instrumentos que talvez pudessem ter melhorado as condições para plantio, colheita e venda. Esta falta de investimentos é causada principalmente pelo desconhecimento da

comunidade de como acessar créditos conferidos por programas governamentais como o PRONAF.

#### *5.2.4- A questão do acesso precarizado aos serviços públicos essenciais*

Um dos aspectos abordados nas entrevistas e nas observações de campo se referiu ao acesso a serviços públicos essenciais pelos moradores de Carumbi. Inicialmente é possível informar que há a oferta de luz elétrica, transporte público, escola de ensino básico e atendimento médico mensal. Entretanto, a oferta destes serviços é bastante limitada e prejudicial às famílias.

A energia elétrica chegou à Carumbi em 2004 que, até então, dependia exclusivamente do uso de lamparinas à base de querosene para a iluminação das casas. A chegada da eletricidade foi fruto da execução do programa federal “Luz Para Todos” (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, [2003]). Os moradores expressam muita alegria e orgulho quando falam sobre a chegada deste serviço em suas residências. Esse é o caso da Sra. M que abordou as repercussões positivas que o acesso à eletricidade trouxe para Carumbi, quando afirmou que:

“Ah, pra nois foi muito bom né? A gente pode comprar geladeira, tomar água gelada, ver televisão e ter mais claridade. Aqui na casa tem luz, tem lâmpada dentro, tem na varanda. Agora se a luz acaba eu não enxergo mais é nada.” (Entrevista com M., 67 anos, moradora da comunidade).

Já o transporte público não provoca manifestações positivas, pelo contrário, há reclamações de que o ônibus responsável por levar os habitantes da região de Carumbi ao centro da cidade de Campos dos Goytacazes oferece uma baixa oferta de dias e horários<sup>31</sup>. Os moradores também reclamaram da superlotação do ônibus e de suas péssimas condições físicas. Outra especificidade é que, para preservar os veículos mais novos, a empresa responsável pela linha efetua a troca dos passageiros para um carro mais velho quando chegam à estrada de chão.

As estradas são outra fonte de problemas, pois não são pavimentadas e, portanto, são esburacadas acumulando poças de lama em dias chuvosos. Além disso, na estação úmida o serviço de transporte não é oferecido, e os moradores ficam sem meios para realizar qualquer ação fora dos limites de Carumbi. A precariedade das estradas é, assim, um fator que contribui para o isolamento dos

---

<sup>31</sup> O ponto de ônibus mais próximo da comunidade é na chamada curva do Mocotó. É possível visualizar a distância entre as casas e o ponto de ônibus no mapa de localização das casas de Carumbi (Figura 6). Vale ressaltar que, em face de haver pouca oferta de ônibus, quem desejar visitar o local via transporte público deverá passar o fim de semana no Imbé, isto porque o carro desta linha parte do centro em direção ao Imbé em um único dia e um único horário (sextas feiras) e só retorna dois dias depois, também em um único horário.

moradores com relação aos serviços e atividades que existem apenas na área urbana. Por outro lado, uma minoria dos habitantes possui motocicletas e transita com maior facilidade, não só entre Carumbi e as localidades vizinhas, como também até o centro de Campos, ainda que de forma indireta. O procedimento mais corriqueiro é se locomover de motocicleta até a localidade de Batatal (18 km de distância), onde guardam o veículo e aguardam o ônibus cuja oferta de horários acontece várias vezes ao dia tanto para ida quanto para volta.

Em relação à oferta de escolas, o acesso tem sido historicamente precário, e até os dias atuais permanece sem a devida garantia. Segundo o apurado nas entrevistas, durante a infância e adolescência dos moradores mais velhos não havia escolas próximas nem transporte que os levasse até escolas existentes em outras localidades na região do Imbé. Dos três moradores adultos que sabem ler, três são mulheres, duas não são naturais da comunidade e nenhuma delas ultrapassou o ensino básico – uma chegou a ser estudante da Educação de Jovens e Adultos em escola no Rio do Norte e outra estuda em supletivo no centro da cidade uma vez por semana. Para as crianças atualmente existe a escola de educação básica Santa Rita na localidade vizinha, Mocotó – que cobre apenas o primeiro segmento do ensino básico. As crianças e adolescentes que completam esta etapa podem frequentar a escola Maria Cordeiro Borges, na localidade próxima de Rio Preto que é a única a oferecer ensino a partir do 6º ano do ensino básico, e que foi inaugurada apenas em 2013. Portanto, antes da inauguração desta unidade, as crianças de Carumbi eram impossibilitadas de estudar além do primeiro segmento.

Apesar da existência das duas escolas, há dificuldades a serem levadas em consideração e que dificultam a permanência das crianças na escola. No contexto da escola municipal Santa Rita há van escolar que passa por Carumbi transportando os alunos até a ponte anterior que, de tão desgastada, impossibilita a passagem seja por carro seja a pé. Com isso, professores e alunos atravessam diretamente pelo rio até a outra margem, achando ser este um risco menor que atravessar pela própria ponte. Mas esta alternativa só é possível nos períodos mais secos do ano.

Já a ida até a escola de Rio preto apresenta outro tipo de dificuldade, dessa vez referente ao transporte escolar, sobre o qual os entrevistados foram unânimes em afirmar que, por muitas vezes, o ônibus simplesmente não aparece para buscar os alunos, sem que haja uma explicação para isso. Com isto, a frequência das crianças de Carumbi é baixa e prejudicial para o processo de aprendizagem dos

conteúdos lecionados<sup>32</sup>. Já no caso dos alunos que queiram cursar o ensino médio a situação é pior já que não há escola com essa oferta na região próxima de Carumbi.

Em relação ao acesso aos serviços de saúde, atualmente o mais próximo é oferecido num posto localizado a mais de 26 km, na localidade de Conceição do Imbé. Também neste caso com a falta de transporte que ligue os locais, a forma mais comum de chegar ao local é por meio de ambulância em casos de emergência, fato que os leva a preferir ir direto ao centro de Campos para acessar serviços médicos. Durante o período da pesquisa, uma das famílias teve um de seus membros adoecido com complicações médicas e cirúrgicas, impondo a necessidade de frequentes tratamentos e internações. Por todas as dificuldades existentes, a família teve que deixar Carumbi e se mudar temporariamente para a localidade de Pernambuco que ainda fica relativamente distante do centro de Campos, mas que apresenta maior facilidade de transporte e, portanto, de acesso aos serviços de saúde.

Em função dessa situação, a preocupação mais recorrente entre os entrevistados foi com relação à saúde, tanto sobre as doenças já adquiridas - sobretudo diabetes e hipertensão - como também pelo medo de necessitar de serviços médicos e remédios e não ter condições de obtê-los. Há que se frisar que ao longo da pesquisa houve o início de visitas mensais de uma médica cubana do posto de saúde de Conceição do Imbé - oriunda do programa Mais Médicos<sup>33</sup>. Essa profissional, além de consultar as famílias, também lhes levava medicamentos dos quais passaram a fazer uso. Este serviço é bem querido pela comunidade e lhes poupa de irem ao centro da cidade para procurarem atendimento, uma melhoria evidente para a qualidade de vida da população estudada.

O isolamento geográfico da comunidade é agravado pelo fato de não existir serviços de telefonia fixa. Além disso, a cobertura por telefonia móvel é também precária. Assim, uma ação aparentemente simples como fazer uma ligação e pedir uma ambulância se torna outra atividade difícil em Carumbi, dado que não há provisão de sinal de celular na região. A solução adotada por uma das moradoras foi

---

<sup>32</sup>Quando indagado ao superintendente da SIR sobre quais encaminhamentos foram dados na direção de sanar tanto a questão da ponte da escola de Santa Rita, quanto a do ônibus escolar para a escola de Rio Preto, este se resumiu a dizer que o problema do ônibus já foi sanado e que a ponte já se encontra em projeto de reforma que pode ser acessado na secretaria de obras, urbanismo e infraestrutura.

<sup>33</sup>Programa federal voltado à melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, prevendo a vinda de médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais (dentre estes, médicos cubanos); investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde; ampliação de vagas de graduação e residência médica para qualificar a formação de profissionais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

improvisar uma antena de celular ligada diretamente a um aparelho que funciona como fixo, e do qual todos os moradores fazem suas ligações (Figura 16) <sup>34</sup>.



**Figura 16.** Antena parabólica e antena para telefone celular, única de toda a comunidade. Fonte: Arquivo da autora.

Como já dito anteriormente não há serviço de água ou esgoto em Carumbi. Em função disso, os moradores criaram suas próprias redes de encanamento para captação de água e construíram fossas sépticas. Parte dos entrevistados informou que técnicos da SIR da PMCG comunicaram a possibilidade de se providenciar a construção de fossas em todas as casas mas, que até o momento, nada foi realizado nesse sentido.

#### *5.2.5 As relações de tensão com o poder público municipal*

As atividades SIR tiveram início em Carumbi no ano de 2010 a partir da intermediação realizada por um agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para que houvesse um apoio legal no enfrentamento em curso com o proprietário da Fazenda Grandeza. Esta junção de esforços acabou tendo alguma repercussão e, por isso, além da SIR, também visitaram Carumbi, técnicos do Instituto de Desenvolvimento Afro Norte e Noroeste Fluminense (IDANNF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMPDCA), da promotoria da Vara da Infância e Juventude, da secretaria de desenvolvimento humano e social, e do Centro de Controle de zoonoses (CCZ).

---

<sup>34</sup> Todavia, não é sempre que a estratégia funciona e, quando isso ocorre, é necessário subir num dos pontos mais altos da comunidade para buscar pelo sinal de telefonia móvel.

Todavia, de todos os órgãos que foram a Carumbi, somente a SIR contou com uma presença continuada no local e desenvolvimento de ações. Segundo J. L., superintendente da SIR, e segundo matérias publicadas no sítio mantido pela PMCG na rede mundial de computadores, estas ações abarcaram várias atividades, tais como: a presença do Cine Zumbi<sup>35</sup>, a partir da proposta de levar cultura, arte e cinema às comunidades quilombolas; realização de festas natalinas<sup>36</sup> com distribuição de presentes às crianças da comunidade; aumento do trajeto do ônibus até mais próximo de Carumbi; extensão da rede elétrica até a comunidade; representação no MP com relação à porteira colocada pelo proprietário da Fazenda Grandeza; realização de reformas nas estradas<sup>37</sup>; e a distribuição de cestas básicas. Entretanto, é importante notar que parte das ações das quais que a SIR reivindica autoria não foram confirmadas pelas observações realizadas em campo ou, tampouco, pelas entrevistas dos moradores.

Primeiramente, sobre o trajeto de o ônibus ter sido expandido pela ação da SIR da PMCG, os moradores afirmaram que o trajeto desta linha é o mesmo há mais de uma década. A única menção dos moradores sobre alguma tentativa da SIR em influenciar o trajeto do ônibus foi dada pelo Sr. Ar. que afirmou que:

“Eles disseram faz tempo que iam colocar o ônibus pra vim até ali embaixo (entrada da comunidade) e manobrar pra ajudar o povo, mas não faz nada”. (Entrevista com Ar. 70 anos, morador de Carumbi).

Também sobre a instalação da luz elétrica, o fato de que o fornecimento de energia elétrica foi iniciada em 2004 – segundo os moradores de Carumbi -, seis anos antes de os técnicos da SIR começarem a frequentar a comunidade, demonstra que não seria possível que a autoria desta ação fosse da SIR conforme foi afirmado pelo superintendente:

“Não tinha energia elétrica quando a gente chegou lá (em 2010). Tinha já o projeto de iluminação rural que a partir de nós foi ampliada pra eles. Quando a gente entrou em contato com a empresa, já tinha esse projeto de ampliar a rede, o projeto era pra iluminação de fazendas, então como iria passar ali a gente pediu pra alcançar até a comunidade.” (Entrevista J. L., superintendente da SIR).

Além disso, não houve confirmação em relação à reforma das estradas (Anexo 5), que foi divulgada no portal eletrônico oficial da PMCG como sendo resultado da intervenção da SIR e execução da Secretaria Municipal de Obras,

---

<sup>35</sup>Anexo 3 (DELFINO, 2015).

<sup>36</sup> Anexo 4 (FERNANDES, 2012).

<sup>37</sup>Anexo 5 (RIBEIRO, 2014).

Urbanismo e Infraestrutura. Nesse caso, a viagem até Carumbi serviu para verificar que a frequência e extensão das reformas foram insuficientes.

Ademais, os moradores reclamam do estado das pontes e da falta de canalização de um córrego situado na entrada de Carumbi, que impede a passagens de veículos em dias de tempestade ou época de cheia dos rios. Segundo os moradores, os técnicos da SIR teriam criado a expectativa de que articulariam o necessário para instalação de manilhas que foram deixadas próximo à entrada de Carumbi na mesma época das obras realizadas para resolver o problema do fechamento da porteira. Todavia, ainda durante a realização das visitas de campo a instalação não possuía previsão de execução.

Entretanto, ao ser inquirido sobre o problema da canalização do córrego, o superintendente da SIR afirmou que:

“Aquele riacho ali a gente não mexeu porque ali é uma questão cultural da própria comunidade e a comunidade está estrategicamente atrás do riacho, porque ele servia como um sinal de alerta caso alguém tentasse entrar como um capataz ou capitão do mato... Então aquele riacho tem uma importância pra eles, e também ele não atrapalha em nada, é muito baixinho”. (Entrevista com J.L., superintendente da SIR).

Entretanto, esta atribuição cultural dado pelo gestor da SIR ao córrego não apareceu em nenhuma entrevista realizada com as famílias de Carumbi, levando a crer que suas conclusões são próprias e não baseadas nas demandas dos moradores. Ademais, indo de encontro ao argumento de que o córrego não atrapalha em nada ao cotidiano de Carumbi, o Sr. Al. afirmou que:

“Quando o córrego enche a gente num passa, tem que esperar esvaziar. Varias veiz eu vindo da cidade com compra pesada na moto, tive que ficar esperando pra poder atravessar, senão a água leva a moto, leva eu, leva compra, leva tudo. Já fiquei mais de hora esperando a água descer! Aí se vem o carro buscar laranja, ele não pode subir e nois é que tem que ir até lá. Se vem uma ambulança e tá chovendo, ela também não sobe. Aí a gente só desalima...nem estrada tem direito pros carro vir, não passa uma máquina nessa estrada e mesmo quando os carro vem eles não tem como subir por causa da água. Isso atrapalha nois demais”. (Entrevista com Al. 54 anos, morador de Carumbi).

Este descompasso entre as demandas da comunidade e as ações efetivas dos órgãos municipais pode explicar porque ao longo da pesquisa uma fala recorrente dos moradores foi a de que os técnicos da PMCG que visitam Carumbi “só prometem e não cumprem” e que “aqui a prefeitura não ajuda em nada” ou também que várias das “tentativas não foram adiante”. A relação entre poder público e moradores também influenciou a relação da pesquisadora com os locais no início das atividades de campo, já que, por ter realizado a primeira das visitas em

companhia aos funcionários da SIR, foi notada uma grande resistência inicial dos moradores em participarem da pesquisa, pois presumiram que a pesquisadora tivesse ligações de trabalho com prefeitura, atribuindo-lhe as mesmas desconfianças e tensões que estabelecem com os funcionários da SIR.

Sobre algumas das iniciativas que foram iniciadas pelo poder público no local, mas que não tiveram continuidade, pode-se citar a noticiada pelo portal oficial da prefeitura de que “o secretário Eduardo Crespo já visitou o local e deverá enviar uma equipe para auxiliar esses agricultores e com isso garantir o aumento da produção” (Anexo 5), todavia este episódio não surtiu nenhum efeito pois sequer foi mencionado pelos moradores nas entrevistas e a produção coletiva continua parada.

Algo que à primeira vista pode parecer um detalhe, mas que é significativo, é o fato de que tanto o portal eletrônico da PMCG quanto o superintendente e os funcionários da SIR tratam a comunidade por “Carobinho” em vez de Carumbi. Além disso, a análise da entrevista do superintendente J. L. revela o seu desconhecimento sobre a origem das famílias e da dinâmica de ocupação da área. Especificamente em relação à origem das famílias, o Sr. J.L. afirmou que elas seriam descendentes de escravos de Conceição de Macabu, algo que não foi confirmado pelas entrevistas com os moradores. O gestor da SIR também indicou que haveria um isolamento quase total da comunidade quando afirmou que “os habitantes do entorno não sabem sobre a existência de Carobinho”. Entretanto, o que se verificou é que parte dos moradores de Carumbi é originária de localidades próximas, o que demonstra a incorreção desta assertiva.

Um fato que pode explicar a desconexão entre os representantes da PMCG e os moradores de Carumbi é que as visitas realizadas na comunidade se resumem à residência do Sr. Al. o que acaba contribuindo para o desconhecimento das práticas e costumes vigentes, bem como da dinâmica social dentro da comunidade e de seus problemas cotidianos mais básicos. Além disso, apesar do superintendente da SIR ter afirmado que continua visitando e acompanhando a comunidade, os moradores informaram durante as entrevistas que nenhum representante da PMCG os visitava há vários meses.

Sobre o processo de certificação e titulação de terras de Carumbi, o superintendente – que acredita que não exista a propriedade da terra por parte dos moradores e que inclusive sequer sabe o tamanho da propriedade - afirma que já há todo o levantamento histórico e demográfico dos habitantes para iniciá-lo e que está aguardando somente a autorização do líder da comunidade para iniciar a burocracia,



entretanto, afirma que o líder não estaria interessado em iniciar os procedimentos e que se recusaria a conversar sobre o assunto. Com esta afirmação o superintendente ignora que o procedimento para garantia de direitos quilombolas depende sempre de um desejo coletivo, não podendo ser centralizado na figura de apenas uma pessoa se ela não puder expressar o desejo de todos, o que, inclusive, prescinde da criação de uma associação de moradores. Por outro lado, ele considera que a falta de certificação não deixa a população em estado de fragilidade política ou social, pois afirma que a qualidade de vida das famílias já teve grandes saltos com as políticas públicas que hoje estão a seu alcance, sobretudo com a retirada da porteira que “lhes mostrou que não estão mais sozinhos”.

Portanto, baseado nos resultados aqui descritos sobre a relação entre a PMCG e os moradores de Carumbi e sobre o acesso a serviços públicos, pode-se afirmar que as políticas hoje ao alcance de Carumbi são incipientes às suas necessidades e que os moradores ainda encontram sérias dificuldades para realizar tarefas diárias simples, tendo como principal fonte de garantia de direitos aquelas promovidas por iniciativas federais, tais como o “mais médicos”, “luz para todos” e pensões e aposentadorias pelo INSS. Também se nota a centralização da atenção do governo à Carumbi por meio de um único órgão, a SIR, que, apesar de ser uma instituição destinada especificamente a atuação com comunidades negras, acaba por isentar de responsabilidades outras secretarias e estruturas governamentais de oferecerem seus serviços às populações rurais, quilombolas ou não, inviabilizando a realização do trabalho em rede conforme deveria acontecer no município. Por fim, os resultados apontam que os prejuízos imputados à comunidade de Carumbi existem e que não possuem como causa principal a ausência da titulação de terras como quilombolas, mas sim as condições em que se encontram como moradores do campo pobres e negros, uma combinação de fatores que, historicamente, contribuem para a negligência do Estado e para a violação de direitos humanos.

#### *5.2.6 Entre quilombolas e agricultores familiares, a identidade da comunidade negra rural*

Sendo a identidade quilombola um dos critérios mais importantes para a inclusão de um grupo nesta categoria e para o desenrolar dos procedimentos burocráticos de inclusão em programas e políticas públicas específicas, esta foi mais uma das categorias pesquisadas e analisadas junto a população de Carumbi. As entrevistas - não só com os moradores, como também com os representantes do

IDANNF, da CPT e da SIR - foram elucidativas quanto a este quesito mas, especificamente com os moradores, foi inquirido se sabiam o significado do termo “quilombola” e se estariam incluídos neste grupo. A seguir uma tabela com os núcleos das respostas apresentadas:

**Tabela 11. Conhecimentos dos entrevistados acerca do conceito de quilombola**

O que são comunidades quilombolas em sua opinião?							
Família 1	Família 2	Família 3	Família 4	Família 5	Família 6	Família 7	Família 8
"São pessoas que viviam como escravas e fugiam"	"Tem algo relacionado a escravos"	"Isso é negócio de escravidão, quando faziam as pessoa de escravo"	"Terras de índio, isso eu vi na televisão"	"É o nome que confundem a gente, mas é errado pois isso é gente que não tem as terras"	"Pessoas que passa na televisão que fugia, por causa da consciência negra e porque queriam matar eles"	"Não sei"	"Gente que não tem terra e rouba coisa dos outros"

Fonte: Pesquisa de campo

Interessante notar como, apesar de não possuírem muitas informações sobre o tema e suas referências serem os meios de comunicação como a televisão, em suas respostas há elementos coerentes com a definição teórica e política do termo. Conforme a tabela 11, em três respostas há a referência à escravidão, em duas há referência a fugas, em duas há referência a não serem donos de suas terras e uma faz referência a terras indígenas enquanto outra diz não ter noção do que o termo signifique. O que as respostas denotam é que a população estudada possui a noção de que quilombos estão ligados a um passado escravocrata em que a fuga era uma opção possível para garantia da sobrevivência. Ademais, quando se fala em terras indígenas, apesar da inicial disparidade, a resposta indica a noção de que a terra quilombola está ligada a uma população tradicional, com território que possui especificidades e ligação íntima a um grupo nativo, por isso não é uma resposta de todo destoante. Também com relação à menção de que quilombolas seriam pessoas sem suas terras ou que pegariam terras de outros, é o tipo de resposta que, por um lado, exibe o reconhecimento da necessidade de que os quilombolas garantam suas terras pois estas não lhes seriam possuídas com a mesma legitimidade de que outros grupos sociais desfrutariam. Por outro lado, também demonstra a influência

mediática e política dominante acerca do trato conferido aos grupos tradicionais e suas reivindicações, ajudando a difundir a imagem de ilegalidade com relação à luta territorial quilombola como se as terras que ocupam não fossem suas por direito.

Todavia, duas das famílias entrevistadas mencionaram a ação da Comissão Pastoral da Terra em tentar fazer-lhes compreender o significado de quilombo e talvez tentar provocar-lhes o resgate de sua própria história, identidade e direitos. Também ficou claro que os moradores sabem que pessoas de fora da comunidade se referem ao local como um quilombo, mas a falta de informações mais aprofundadas sobre o tema gera ideias negativas sobre o termo e visivelmente a referência a Carumbi como sendo um quilombo pode ser considerada uma ofensa, conforme exemplificado na fala do Sr. Ac.:

“Já ouvi chamarem aqui assim, mas aqui não é quilombola nenhum, aqui é Carumbi. Aqui não é quilombola porque nós tem nossas terras, nós paga nosso imposto, pode ir lá em Madalena puxar no computador que ocê vai ver que aqui a gente mora no que é nosso, aqui ninguém tem nada de mão beijada. Esse negócio de quilombola é uma safadeza.” (Entrevista com Ac., 61 anos, morador de Carumbi).

E na fala de outro morador, o Sr. Al., algumas questões ficam mais claras, tanto sobre o conhecimento da relação entre escravidão e quilombolas, quanto sobre a diferença entre escravidão e trabalho em condições análogas à escravidão:

“Isso aí eu queria saber mais porque as pessoa vive dizendo que aqui é quilombola e eu digo que não, mas eu nem sei direito o que é isso. Sei que tinha escravidão, mas aqui nunca teve nada disso não, ninguém aqui foi escravo. Assim, até tem trabalho tipo escravo aqui, mas é quando o fazendeiro te bota pra trabalhar e não te paga, não te dão condição. Mas aqui ninguém é escravo de ninguém! Mas aqui quem chega deve pensar, poxa que lugar entocado, escondido, deve ser por isso que pensam que aqui a gente era escravo fugido. Eu não sei porque o governo tem tanto interesse da gente ser quilombola aqui.” (Entrevista com Al, 54 anos, morador de Carumbi).

Neste trecho se denota a falta da perspectiva do morador sobre a escravidão como uma questão de ancestralidade e não relativa às gerações atuais. Por outro lado, é interessante observar como ele relaciona o isolamento de sua comunidade à interpretação de que seria um quilombo reafirmando, mais uma vez, a própria noção de isolamento que por muitos anos dominou os estudos sobre o tema. Além disso, o morador - assim como os outros - percebe o “título” de quilombola lhes sendo atribuído de fora, sem que se entenda seu real significado ou os objetivos disto, somado ao fato de que o termo é usado por representantes do governo municipal

que já não gozam de credibilidade entre os moradores, gerando desconfiança ainda maior sobre o assunto.

Por isso, é possível afirmar que não há a identidade quilombola entre os moradores de Carumbi, a principal condição para formalização e inserção em políticas quilombolas, conforme estabelecido pela convenção 169 da OIT e pelo decreto 4.887/2003, como também pelos movimentos sociais que militam nesta área. Foi percebida nos moradores a maior identificação com a condição de produtores rurais de subsistência, exibida em falas como “sou nascido e criado na roça”, ou “nois vive do que a gente pranta, nois vive da terra”. Resultado como esse foi também encontrado por Silva (2015), em Conceição do Imbé, quando notou na população pesquisada a identidade voltada à vida no campo, com valorização do percurso como roceiro e não como descendente de negros cuja história está ligada à resistência e ao passado de escravidão. Todavia, algumas outras características de populações quilombolas foram encontradas no caso estudado, tais como a ancestralidade negra, o passado de escravidão, a relação específica com o território e expressão da territorialidade. Por outro lado foram encontrados elementos inesperados, tais como a propriedade da terra e a inexistência da identificação com o conceito e seu significado. Assim, mais uma vez os resultados da pesquisa apontam para a dificuldade de se aplicar o conceito de quilombola, intimamente ligado à questão da autoatribuição identitária e à luta pelo acesso a terra.

Sobre o posicionamento dos órgãos municipais envolvidos com a causa, o IDANNF - que conhece Carumbi há dois anos - se absteve de continuar trabalhos no local justamente pela falta da autoatribuição quilombola, conforme a fala da secretária da instituição:

“Foram feitas apenas visitas pontuais lá por não haver ainda um trabalho de mobilização sobre a questão quilombola e as pessoas não se reconhecerem. É complicado chegar pra comunidade e dizer que eles são uma coisa que eles não acham que são. Lá a gente vê que tem características quilombolas no lugar, nas casas, na forma como eles falam, como um resquício de um dialeto que é diferente da forma como as outras pessoas de interior falam, que parece como os mais velhos falavam. Mas...Isso daria um problemão com a Fundação Cultural Palmares e com o INCRA. Acionáramos o INCRA e quando eles viessem aqui a comunidade ia dizer, não aqui não tem nenhum quilombola não...e aí? E a convenção da OIT? A convenção é clara, não podemos ir contra ela.” (Entrevista com L., Secretária e ex presidente do IDANNF).

A secretária da instituição também ressaltou que, a seu ver, os moradores se encaixariam na categoria de agricultores familiares, mas afirma ser preciso que eles próprios definam o grupo ao qual pertencem para que então se lance mão das

políticas mais adequadas a seu perfil. Fora isso, ela afirma que a atenção que a comunidade recebe atualmente é a da política de direitos humanos utilizada de forma geral do município, sem especificidades. A seu ver, a falta da certificação de Carumbi na condição de comunidade quilombola o torna vulnerável e empobrecido no que diz respeito ao oferecimento de serviços públicos. Ademais, a Sra. L. critica o desempenho da SIR por atuar de forma insuficiente tanto em Carumbi quanto em outras comunidades quilombolas da região, e também por o órgão não se articular aos movimentos sociais de negros na cidade<sup>38</sup>.

Todavia, a entrevistada afirmou a necessidade de que primeiro a “comunidade diga o que eles são para depois a gente ver como agir, qual política seguir”, o que denota a tendência à postergação de políticas a que Carumbi já poderia ter acesso baseado no argumento da obrigatoriedade de alguma autoatribuição identitária. Entretanto, está claro que a população de Carumbi carece de políticas básicas e não somente daquelas específicas a agricultores ou a quilombolas. Já por parte do superintendente da SIR, a questão identitária não foi ressaltada como um fator de relevância para o processo de inserção da comunidade em políticas públicas, mas sim um estudo histórico apurado do local que, segundo ele, tem sido impedido pelos próprios moradores que omitem suas histórias quando lhes inquire sobre o assunto.

Assim, apesar das diferentes formas de tratar o assunto por parte das instituições ambas as visões tem se mostrado insuficientes para dar conta das demandas da comunidade dentro da realidade em que ela hoje se encontra.

---

<sup>38</sup>Fórum Municipal de Religiões Afro-Brasileiras de Campos (FRAB), Nação Basquete de Rua (NBR), Movimento Campista de Pesquisa e Cultura Negra (MCPCN) além de grupos que mantêm práticas como o jongo e a capoeira.

## CONCLUSÕES

Procurando entender quais os impactos das mudanças territoriais e produtivas ocorridas nos últimos anos que exercem influência sobre a reprodução social da comunidade de Carumbi, esta pesquisa possibilitou o acesso a um importante material empírico. A partir, principalmente, de entrevistas semiestruturadas e observação não participante, foi possível determinar que Carumbi é, na verdade, uma comunidade negra rural, com títulos de sua propriedade e modo de produção camponesa, conforme suas características de unidade de produção familiar, centrada nas necessidades da família, em uma lógica de produzir para vender e comprar as mercadorias imperativas à manutenção da sobrevivência, com transmissão hereditária de práticas agrícolas e extrativismo, feito a partir de um local social precarizado.

A pesquisa apurou no tocante à questão fundiária que os moradores de Carumbi já possuem a propriedade de suas terras há pelo menos três gerações, e que nelas imprimem uma lógica coletiva, com primazia familiar sem vendas ou arrendamentos, o que diminui a reprodução das relações tipicamente latifundiárias no interior da comunidade. Por outro lado, pôde-se constatar que uma série de acontecimentos que atingiram a comunidade ao longo do tempo lhe afetou de forma prejudicial, comprometendo sua sobrevivência e deixando-a vulnerável na disputa com agentes do entorno, além de ter causado prejuízos econômicos e sociais.

Dentre estes fatores, o esvaziamento populacional e econômico da região do Imbé foi determinante, já que a relação da comunidade com o seu entorno imediato foi fundamental para sustentá-la por um longo período de tempo. O esvaziamento demográfico do Imbé somado à precarização do acesso aos serviços públicos básicos e à migração dos moradores mais jovens de Carumbi, acarretou em um panorama da quase extinção da comercialização da produção agrícola gerada pelos moradores de Carumbi. Outra consequência desta combinação de fatores foi o aumento da dependência econômica em relação às rendas oriundas de aposentadorias.

Outro resultado desta pesquisa se refere ao tratamento recebido pela comunidade no município, já que a PMCG a difunde amplamente – em seus meios de comunicação e por funcionários da SIR da PMCG – como uma comunidade remanescente de quilombos, apesar de formalmente ela não apresentar esta *status*. Foi possível notar que a relação entre comunidade e poder público municipal apresenta tensões e contradições corroboradas no fato de que, mesmo após seis

anos de atuação em Carumbi, os representantes da PMCG desconhecem a história e dinâmica da comunidade, tomando-os por posseiros, atribuindo-lhes origens e naturalidades não compatíveis com a realidade, tratam-lhes por nomenclatura errada, além de terem centralizado sua atenção em um único membro das famílias do local tomando-o como uma figura de liderança política que não foi confirmada pelo campo. Equívocos como este permitem afirmar a falta de compreensão do poder público sobre a complexidade interna da comunidade, distanciando as probabilidades de se iniciar o processo legal de certificação e titulação de Carumbi como um quilombo.

Também foi verificado que um obstáculo importante à viabilização do processo legal de reconhecimento quilombola, remete à questão da autoatribuição desta identidade por moradores de comunidades negras. Em Carumbi, mesmo com a identificação de costumes tradicionais típicos como a territorialidade específica, as relações comunitárias de parentesco e a ancestralidade negra, foi constatado que os moradores se veem como produtores rurais e não como quilombolas. Isto se deve, em partes, ao fato de que a identidade é uma construção histórica, política e social que, em comunidades quilombolas que possuem tal movimento de forma clara e bem estabelecida, é tratada como parte constitutiva da formação de cada membro, que cresce com a noção de defesa desta identidade e constitui um grupo mobilizado em meio a processos de construção social identitária definida pela defesa e reivindicação de seus territórios. No caso analisado este movimento não acontece, não há a defesa de uma identidade que os coloque como quilombolas de forma que os habilite a reivindicar do Estado brasileiro as políticas de reparação a eles resguardadas pela Constituição Federal. Dessa forma, a realidade de Carumbi evidencia como tratar de identidades pode ser um processo complexo de definição, colocando em xeque também a autodenominação tão preconizada pelas políticas públicas. Também se pode afirmar que a falta de conhecimento que a população estudada apresenta sobre os significados abarcados pelo termo é responsável pela relação tensa que os moradores estabelecem com o mesmo, o que não permite a apreensão da luta histórica e da legitimidade que existe em torno dele.

Da mesma forma se pode afirmar que a difusão do tema é incipiente, e que sua configuração conceitual atual não abarca especificidades como as de Carumbi. Esse é um problema potencialmente relevante, pois disto decorre a possibilidade de que nem as intervenções acadêmicas e nem as críticas ao modelo legal dão o suporte necessário a este debate e à implementação dos direitos previstos. Além

disso, também é pouco provável que as políticas públicas possam fazê-lo de forma isolada, sobretudo por serem políticas geralmente construídas por agentes externos a estes grupos.

Por outro lado este trabalho traz a importância da categoria política “comunidades negras rurais” enquanto uma alternativa viável para tratar das diferentes formações de populações como a do caso estudado, de forma a ser minimamente representativa do conjunto dessas formações sociais. Análise que precipita o entendimento de que, tanto uma comunidade quilombola pode ser uma comunidade negra rural, quanto uma comunidade negra rural pode ou não ser uma comunidade quilombola, já que as comunidades negras rurais são um campo mais amplo e diversificado de grupo social, o qual pode ter sua intersecção com a categoria quilombo por meio da referida auto atribuição identitária.

A pesquisa também permitiu constatar as limitações do gerenciamento municipal com relação às políticas voltadas para as comunidades quilombolas já que, nos outros grupos que já deram início ao processo de reconhecimento e de titulação, e que inclusive já possuem a certificação expedida pela FCP (Conceição do Imbé, Aleluia, Cambucá e Batatal), também há uma relação de tensão e desconhecimento acerca dos significados e implicações da citada identidade, além da notável falta de difusão dos calendários com oportunidades de programas e projetos por parte dos órgãos locais. Nesta circunstância se esclarece que apesar do grande legado escravocrata do município, o qual se esperaria um trabalho de resgate à cultura e à historiografia negra junto dos próprios descendentes de escravizados, seu passado permanece invisibilizado, se perdendo com o passar dos anos.

Finalmente, de forma mais ampla é possível concluir que o processo de titulação de terras quilombolas é importante à autonomia e fortalecimento destes grupos. Todavia, independente da falta ou da existência dos títulos, estas populações podem ser deixadas em estado de fragilidade econômica e social se as políticas públicas previstas ao segmento – ou mesmo políticas básicas previstas a todos os cidadãos - não as atinge, assim como ocorre em Carumbi, o que reafirma o histórico de precarização do acesso aos direitos sociais em nosso país. Da mesma forma, um resultado importante foi o de que os motivos para a ausência da aplicação das políticas voltadas aos remanescentes de quilombos estão ligadas não só a uma atuação limitada do Estado, como também à própria complexidade da aplicação do conceito de “comunidades remanescentes de quilombo” e, conseqüentemente, de



suas limitações para abarcar grupos heterogêneos. Finalmente, é possível afirmar que os resultados desta pesquisa indicam a necessidade de se repensar a delimitação e usos dos termos que classificam e caracterizam a estes grupos sociais, bem como dos objetivos dos agenciadores de tais conceitos e das políticas públicas que daí se desdobram. Igualmente, a pesquisa aponta para o estado desigual da sociedade brasileira em que, para se ter direitos sociais assegurados, há a obrigatoriedade de os cidadãos estarem inseridos em alguma categoria política particular para a qual exista a previsão de programas e projetos específicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). Grupo de Trabalho "Comunidades Negras Rurais"/ABA. **Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais**, 1994.
- ABRAMOVAY, R. De Volta Para o Futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. Anais do 1º **Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA**. Petrolina: 28 e 30 de novembro, 1995. pp. 17-27.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo em Questão**. Editora HUCITEC: Unicamp. 1998;
- ABUMANSSUR, E.S.A conversão ao pentecostalismo em comunidades tradicionais. In: **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, p.396-415, jul./set. 2011.
- ALBUQUERQUE, W. R. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALENTEJANO, P. Questão Agrária No Brasil Do Século Xxi: Uma Abordagem A Partir Da Geografia. **Terra Livre** - n.36 (1): 69-95, 2011.
- ALGRANTI, L. M. **O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808/1822**. Petrópolis: Vozes. 1988.
- ALMEIDA, A. W. B. Os Quilombos e as Novas Etnias. **Revista Palmares**. Brasília, Fundação Palmares, Ministério da Cultura, 1999.
- ALMEIDA, A. W. B. O Direito Étnico À Terra. Instituto De Estudos Socioeconômicos – Inesc. **Orçamento & Política Sócio Ambiental**, v. 4, n. 13, jun. 2005.
- ALTAFIN, I. **Reflexões Sobre O Conceito De Agricultura Familiar**. Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste. FAV/UNB, 2007.
- ALVES FILHO, I. **Memorial dos Palmares**. Rio de Janeiro, Xenon, 1988.
- AMSTALDEN, L. F. F. **Os custos da modernização**. Campinas: Unicamp/IFCH, ano 1, n.1, 1991. Monografia.
- ANJOS, R. S. A. **Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil: primeira configuração espacial**. 3. ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.
- ARRUTI, M. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, 3(2):7-38, 1997.
- ARRUTI, M. **O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68**. Tempo e Presença. Rio de Janeiro, 2003.
- BAIARDI, A. Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Danilo R. D. Aguiar e J. B. Pinho (orgs), **Anais**. Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.
- BALSAN, R. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. **Rev. Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.
- BARBOSA, W. M. G. **Uma História Para A Propriedade Fundiária No Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/exclusao-e-latifundio-a-historia-fundiaria-brasileira>. Acessado em 26/21/15, às 12:08.
- BARROS, R. **Por causa das chuvas Natal em Carobinho só aconteceu agora**. Prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes. 18/01/2014. Disponível em: [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=23043](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=23043). Acesso em 02/03/2016.
- BOYER, V. A Etnicidade dos Quilombolas e a Religião dos Evangélicos: um Exemplo do Baixo Amazonas. In: **Boletim Rede Amazônia**. Ano 2, Nº1. Rio de Janeiro/Belém. 2003.

- BRASIL. Constituição (1824) Constituição Política do Império do Brazil. Rio de Janeiro, 1824.[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm). Acesso em out. 20134.
- BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.
- BRASIL, Congresso Nacional. Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964. Dispões sobre o Estatuto de Terras e dá outras providências. Brasília: 1964.
- BRASIL. Decreto Presidencial 6.040/2007, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- BRASIL. Instrução Normativa Nº 57, de 20 de outubro de 2009 do INCRA. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, Distrito Federal, 20 de outubro de 2009.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR. Relatório de Gestão 2012, Programa Brasil Quilombola. Brasília, 2013.
- BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: [www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br). Acesso em 24 fev. 2015.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960. Tomo I. A época colonial, 2 vols.
- CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, J. E.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: DF, 2002.
- CAMACHO, R. S. A Histórica Concentração Fundiária Do Brasil: Estudo De Caso Do Município De Paulicéia/Sp. **Geografia Em Questão**. V.04, nº 01, 2011. p. 43-60.
- CAMPBELL, D.T. (1975), Degrees of freedom and the case study, *Comparative Political Studies*, 8 (July), 178-193.
- CAMPOS, A. Do **Quilombo à Favela: a Produção do “Espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. 5 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CASSELL, C.; SYMON, G. **Qualitative methods in organizational research**. London: Sage Publications, 1994.
- CAVALAR, E. Instituto Historiar, 2010. In: <http://institutohistoriar.blogspot.com.br/2010/12/expedicao-comunidade-do-carobinho.html>. Acessado em 10/10/2015.
- CEDEFES. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI: história e resistência**. Belo Horizonte: 2008.
- CHASIN, A. C. M; PERUTTI, D. C. **Os retrocessos trazidos pela Instrução Normativa do Incra n.º 49/2008 na garantia dos direitos das Comunidade Quilombolas. 2009**. In: <http://www.cpis.org.br/acoes/html/artigos.aspx>. Acessado em 09/02/15.
- CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- CHIAVENATO, J. J. **O Negro no Brasil: da senzala à abolição**. São Paulo: Moderna, 1999.
- COLOGNESE, S. A.; MELO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**. v. 9, Porto Alegre: UFRGS, 1998, p.143-159.
- CORDEIRO, M. S. S. **Filhos da Reforma Agrária: Terra, casa e lógicas de sucessão em Novo Horizonte**. Dissertação de Mestrado/UFRRJ, 2010.

- COSTA, E. V. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 1998.
- COSTA, J. B. A. A (des) invisibilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais: A produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação de direito coletivo. In: GAWORA, D.; IDE, M. H. S.; BARBOSA, R. S. (Org.). **Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil**. 1 ed. Montes Claros: Editora Unimontes, 2011, v. 1, p. 51-68.
- CUNHA, M. C. **Negros, Estrangeiros: Os Escravos Libertos e Sua Volta À África**. São Paulo, Brasiliense. 1985.
- DAVIS, J. H; GOLDBERG, R. A. A concept of agribusiness. Boston: Havard University, 1957, p. 2.
- DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- DECRETO nº 6.040 de 07 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- DELFINO, J. **Cine Zumbi vai à comunidade quilombola de Carobinho dia 3**. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Disponível em [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=29633](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=29633). Acesso em 03/01/16.
- DEPONTI, C. M. Teoria Social E O Lugar Da Agricultura Familiar Na Sociedade Contemporânea: Estudo Analítico-Comparativo Das Contribuições Brasileiras Ao Debate. **Anais XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. 22 a 25 de julho de 2007, UEL, Londrina – PR.
- DIAS, C. B. **A Pesca Da Baleia No Brasil Colonial: Contratos e Contratadores do Rio de Janeiro no século XVII**. 139 f. Dissertação. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
- DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. Editora HUCITEC: São Paulo, 1998.
- DIEGUES, A.C. S. **Aspectos sócio-culturais e político do uso da água**. NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP. São Paulo: NUPAUB, 2005.
- DUARTE, F. C. **A Expansão Da Monocultura De Eucalipto No Noroeste Fluminense E Seu Potencial Para A Geração De Conflitos Socioambientais**. Dissertação apresentada ao Programa De Pós-Graduação Em Políticas Sociais em maio de 2012. Universidade Estadual do Norte Fluminense.
- FARIA, S. C. **A Colônia Em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1998.
- FELICIANO, M. J. A Conflitualidade Dos Paradigmas Da Questão Agrária E Do Capitalismo Agrário A Partir Dos Conceitos De Agricultor Familiar E De Camponês. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.
- FERNANDES, B. M. **Reforma Agrária, Pesquisa, e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERNANDES, E; ALFONSIN, B. (orgs). **Revisitando o instituto da desapropriação**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- FERNANDES, M. **Comunidade quilombola de Carobinho ganha festa de Natal**. Disponível em: [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=16215](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=16215). Acesso em: 03/01/16.

- FEYDIT, J. **Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes: desde os tempos coloniais até a proclamação da República.** Campos dos Goytacazes: s/ed.1985.
- FILHO, J. L. A; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – Vol. 4 Nº 7 Jul-Dez 2009.
- FRAGOSO, J. L. R; FERREIRA, R. G. **Tráfico interno de escravos e relações comerciais no Centro-Sul, séculos XVIII e XIX.** Brasília. IPEA/ LIPHIS, 2001.
- GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GOMES, F. S. Quilombos do Rio de Janeiro do Século XIX, In: REIS, J. J. & GOMES, F. S. (orgs.): **Liberdade Por um Fio. História dos Quilombos no Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- GOMES, F. S. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, J. P. **A Questão Agrária Hoje.** Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2ed, 1994.
- GOUVÊA, E. R. Conflitos Socioambientais Em Comunidades Remanescentes De Quilombos Sob A Perspectiva Do Território. O Caso Da Comunidade De Carobinho Em Campos Dos Goytacazes (RJ). **ANAIS VI Congresso Iberoamericano de Estudos Territoriais e Ambientais - São Paulo, USP.** Setembro de 2014.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo mundo rural brasileiro.** Campinas: Unicamp, 2000.
- GUSMÃO, N.M. Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos. **Cultura Vozes**, nº 6. São Paulo: Vozes, nov/dez de 1995.
- HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R. L. (orgs) **Manifestações da Cultura no Espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.
- HONORATO, C. P. **Valongo: o Mercado de Escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2008.
- IBGE.Censo agropecuário  
2006:agriculturafamiliar:primeirosresultados.RiodeJaneiro,2009.
- INCRA/FAO.**Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Brasília, 1996.
- INCRA. Comunidades quilombolas certificadas em 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/7705>. Acesso em: 30/03/2015.
- INPE. Topodata: Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil, 2011.
- KAUTSKY, K. **A Questão Agrária.** Proposta, São Paulo, 1980.
- LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar: Comparação Internacional.** Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP. Ed UNICAMP, 1993.
- LEITE, I. B. Os Quilombos No Brasil: Questões Conceituais E Normativas. **Etnográfica**, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.
- LEITE, I. B. O Projeto Político Quilombola: Desafios, Conquistas E Impasses Atuais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008.
- LENIN. V. L. **O Desenvolvimento Do Capitalismo Na Rússia.** Abril cultural, São Paulo. 1982.

- LIFSCHITZ, J. A. **De Açúcar E Orixás: Aonde foi a parar a cultura negra em Campos dos Goytacazes?** 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, Bahia - 01 e 04 de junho de 2008.
- LIFSCHITZ, J. A. **Comunidades tradicionais e neocomunidades.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- LIMA, L. L. G. **Rebeldia Negra e Abolicionismo.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Brasília, Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2002.
- LOPES, H. T. **Negro e cultura no Brasil.** Rio de Janeiro: INIBRADE/UNESCO, 1987.
- MACHADO, M. C. **Adesão religiosa e seus efeitos na esfera privada – um estudo comparativo dos carismáticos e pentecostais do Rio de Janeiro.** 1994. Tese (Doutorado) –IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.
- MALERBA, J. **O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX.** Maringá: EDUEM, 1999.
- MANZINI, E. J. A entrevista na Pesquisa Social. **Didática.** São Paulo, V. 26/27, p. 149-158., 1991.
- MARX, K. (1975) La Llamada Acumulación Originaria. In: El Capital: Critica De La Economía Política. México: Fondo de cultura económica, 7ª Edición, p. 697-649.
- MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola. **Rev. de Planejamento e Políticas Públicas**, nº3, IPEA, Brasília, agosto, 1990.
- MARTINEZ-ALIER, J. (2007) **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** São Paulo: Ed. Contexto.
- MARTINS, J. S. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 1998.
- MATTEI, L. F. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós--redemocratização do país., **Estudos Sociedade e Agricultura.** abril de 2012, vol. 20, n. 1, pp. 301-325, ISSN 1413-0580.
- MATTOS, H. M. Os combates da memória. Escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros. **Tempo**, v. III, n. 6, pp. 119-138, 1998.
- MELLO, A. F. **Marx e a globalização.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1ª Edição, 1999.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Programa Mais Médicos: orientações sobre a organização da atenção básica do Brasil. Brasília, Distrito Federal. 2013.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Programa Luz Para Todos [2013]. Disponível em <https://www.mme.gov.br/luzparatodos/asp>. Acesso em 05/02/2016.
- MONNERAT, T. C. C. Como libertar os escravos? Debates políticos sobre a abolição no Vinte e Cinco de Março - Jornal abolicionista em Campos dos Goytacazes, 1884-1888. **ANAIS**, XV Encontro Regional de História da ANPUH- Rio. UERJ, Rio de Janeiro, 2012.
- MONTENEGRO, J. Povos E Comunidades Tradicionais, Desenvolvimento E Decolonialidade: Articulando Um Discurso Fragmentado. XI Jornada de trabalho, **Anais**, João Pessoa, 2010.
- MORETTO, M. A. **A ‘Maceguenta’ Memória Social Na Política Cultural Da ‘Azamboada’ Campos Dos Goytacazes.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2011.
- MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro.** São Paulo: Anita, 1959.
- NEVES, D. P. **Do Imbé, novos horizontes: processo de construção de um assentamento rural.** 1ª edição. Niterói: Intertexto – EDUFF, 2004.

- ODWYER, E. C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- OLIVEIRA, A. U. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2ed, 1994.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/ Labur Edições, 2007.
- OLIVEIRA, F.A. **Estudo do aporte sedimentar em suspensão na baía da Babitonga sob a ótica da Geomorfologia**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção n. 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. 1989.
- OSCAR, J. **Escravidão e engenhos: Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis**. Teresópolis, ed. Achiamé, 1985.
- PEREIRA, W. L. C. M. **Tráfico Ilegal De Africanos E Conexões Interprovinciais. Anais, 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS 2011.
- PINHEIRO, F. D. **Poder Judiciário e Reforma Agrária: uma reflexão a partir dos conflitos no Norte fluminense**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais (2009). Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.
- PRADO JUNIOR, C. A Questão Agrária no Brasil. In: **Revista Brasileira**, no.28,1960.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – PMCG – Censo Quilombola 2010. Fundação Zumbi dos Palmares: Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2010.
- QUEIROZ, D. T; VALL, J; SOUZA, A. M. A; VIEIRA, N. F. C. Observação Participante Na Pesquisa Qualitativa: Conceitos E Aplicações Na Área Da Saúde. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, 2007 abr/jun; 15(2):276-83.
- QUILOMBOLAS DO BRASIL. Disponível em: [http://www.ronaldo.lidorio.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=168](http://www.ronaldo.lidorio.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=168). Acessado em 28/02/2016.
- RAMOS, A. **O negro brasileiro**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1935.
- REIS, J. J. & GOMES, F. S. **Liberdade Por Um Fio: História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIBEIRO, E. **Abertura de estrada vai beneficiar comunidade quilombola. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes**. Disponível em: [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=27381](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27381). Acesso em 08/02/15.
- RIBEIRO. R. M. **O Negro e Seu Mundo: Vida e Trabalho no Pós Abolição em Campos dos Goytacazes (1883–1893)**. Dissertação apresentada ao Programa De Pós-Graduação Em Políticas Sociais em junho de 2004. Universidade Estadual do Norte Fluminense.
- RIBEIRO, Y. G. **Os limites da reforma agrária e as fronteiras religiosas: os dilemas dos remanescentes de quilombos do Imbé**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – UENF, 2001.
- RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil**. 5ª ed., São Paulo, editora Nacional. 1977.
- ROSS, J. L. S. (org.). **Geografia do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

- SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- SANTANA, C. M. **Potencialidades E Barreiras Para A Adoção Do Programa De Aquisição De Alimentos Por Assentados De Reforma Agrária No Norte Fluminense**. Dissertação apresentada ao Programa De Pós-Graduação Em Políticas Sociais em julho de 2014. Universidade Estadual do Norte Fluminense.
- SANTOS, J. V. T. **Conflitos Agrários E Violência No Brasil: Agentes Sociais, Lutas Pela Terra E Reforma Agrária**. Pontifícia Universidad Javeriana. **Seminário Internacional**, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000.
- SARUWATARI, G. K. **Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira: tradição, política e religião entre os “Negros da Picadinha”**. Gabrielly Kashiwaguti Saruwatari. Dourados, MS : UFGD, 2014.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e Industrialização: Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS- Editora da Universidade, 1999.
- SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2003.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.
- SCOTTO, G. (Org.). **Conflitos Ambientais No Brasil: Natureza Para Todos Ou Somente Para Alguns?** Rio de Janeiro: IBASE, 1997.
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEPPIR. Programa Brasil Quilombola. Brasília, 2005.
- SILVA, A.J. da. **A política fundiária do Regime militar: Legitimação privilegiada e grilagem especializada (Do instituto de Sesmaria ao Estatuto da Terra)**. São Paulo:FFLCH-USP, 1997, 414p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 1997.
- SILVA, J. G. Tecnologia e Campesinato. In: SILVA, J. G. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Universidade/UFRS. 1999, P. 137-174.
- SILVA, O. H. Agricultura Familiar: Diversidade e adaptabilidade. **Sociologia e Política**. Curitiba, 12 de junho, p. 161-167.
- SILVA, O. P. **500 anos dos Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2004.
- SILVA, P. N. **Política quilombola: acessos e entraves em Conceição do Imbé, RJ**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2015.
- SILVA S.R. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. **Revista NERA**, ano 14, Nº. 19 – Julho/Dezembro De 2011.
- SMIDERLE, D. A. V. Etanol sem futuro: a inusitada trajetória da cana em Campos dos Goytacazes (RJ). **Agenda Social**. v.4 , n.2, mai-ago/ 2010, p.76-95, ISSN 1981-9862.
- SOARES, K. N. **Identificando Os Impactos Da Distribuição Espacial E Das Ações Coletivas Na Consolidação Dos Assentamentos De Reforma Agrária**. Dissertação, Universidade Estadual do Norte Fluminense. Centro de Ciências do homem, 2013.
- SOARES, L. E. **Campesinato: Ideologia e Política**. Rio de Janeiro. Zahar Editores.1981.



- SOARES, M. S. Presença Africana E Arranjos Matrimoniais Entre Os Escravos Em Campos Dos Goitacazes (1790-1831). In **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 52, p. 75-90, jan./jun. Editora UFPR, 2010.
- SODRÉ, N. W. Formação Histórica do Brasil. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 9ª Edição, 1976.
- SOMMER, M. F. Aspectos Da Evolução Conceitual E Questões Normativas Da Territorialidade Negra No Espaço Urbano: A Trajetória Das Regulamentações Jurídicas Relativas Às Questões Escravocratas E Sua Inadequação Terminológica. **Anais** Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Vol 8, n. 2 (2004).
- SOUSA, H. **Cyclo Áureo** – História do 1º Centenário da Cidade de Campos: 1835-1935. Campos: Artes Gráficas. 1935.
- SOUZA, A. C. **A Luta Pela Garantia Dos Direitos Quilombolas E As Políticas Públicas De Ação Afirmativa: Limites E Desafios**. Monografia, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, 2010.
- SOUZA, P. M.; PONCIANO, N.J.; MATA, H. T. C. Estrutura fundiária das regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro: 1972 a 1998. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 45, nº 01, p. 071-091. Rio de Janeiro: jan/mar 2007.
- TEIXEIRA, L. J; SILVA, P. N.. **Conceição do Imbé: da Cultura Quilombola à Extinção das Memórias**. Monografia de graduação, Licenciatura em Geografia – IFF/Campos dos Goytacazes. 2011.
- TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade. In: Miranda, O. **Para ler Ferdinand Tönnies**. 1. ed. São Paulo: EdUSP, p. 231-352. 1995.
- TRECANNI, G. D. **Terras De Quilombo: Entraves Do Processo De Titulação**. Belém: Programa Raízes, 2006.
- VEIGA, J. E. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Vol 13, nº 3, p. 383-404, 1996. Brasília, DF.
- WANDERLEY, M. N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. 1999.

## APÊNDICES

**Apêndice A:** Roteiro de entrevista realizada junto aos gestores da Superintendência de Igualdade Racial e Instituto de Desenvolvimento Afro do Norte e Noroeste Fluminense

- 1- Há quanto tempo a Superintendência acompanha Carobinho?
- 2- Como a existência da comunidade chegou até o conhecimento da Superintendência?
- 3- Qual era o estado da comunidade no momento em que chegaram? (quantidade de habitantes; data de início da ocupação; atividade socioeconômica predominante; existência de alguma política pública no local; existência de conflitos; estratégias da comunidade para lidar com o conflito).
- 4- E como estão estes dados hoje?
- 5- Quais foram os trabalhos desenvolvidos pela Superintendência na comunidade?
- 6- Quais políticas públicas especificamente estão disponíveis hoje para a comunidade?
- 7- A comunidade se encontra em processo de certificação como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares? Se não, por quê?
- 8- Qual o papel da SMIR nesse processo?
- 9- Quais os passos necessários dos quais a comunidade deve lançar mão para iniciar seu processo de certificação e posterior titulação de suas terras?
- 10- Qual a participação da SMIR no processo de titulação de terras de Carobinho?
- 11- Você identifica que a falta de certificação e titulação de terras de Carobinho a deixa em estado de fragilidade? Por quê?
- 12- Alguma comunidade do entorno já possui certificação e titulação?
- 13- Das comunidades que já possuem, algum órgão as auxiliou no processo, ou foi uma ação autônoma?
- 14- Em que ano foi iniciado o processo de certificação de cada uma? Em que ano elas conseguiram a certificação?
- 15- Caso nenhuma delas possua ainda a titulação, a que você atribui essa falta?

**Apêndice B:** Roteiro de entrevista realizada junto a agente CPT

- 1- Há quanto tempo a CPT conhece a comunidade?
- 2- Como a existência da comunidade chegou até seu conhecimento?
- 3- Qual era o estado da comunidade no momento em que chegaram?
- 4- Quais foram os trabalhos desenvolvidos pela CPT?
- 5- Por que os trabalhos foram interrompidos?
- 6- Como avalia a atuação do órgão municipal no local?

## Apêndice C: roteiro de entrevista aplicada à comunidade

### 1º eixo

- 1- Nome
- 2- Idade
- 3- Sexo
- 4- Estado civil
- 5- Etnia
- 6- Escolaridade
- 7- Naturalidade
- 8- Atividade socioeconômica/profissão
- 9- Renda mensal
- 10-Recebe algum benefício?
- 11-Quantas pessoas moram contigo?
- 12-No caso das crianças, elas estão estudando?
- 13-Há quanto tempo mora aqui?
- 14-Você tem ou já teve plantação/roça na comunidade? Quais?
- 15-Se não tem mais, qual o motivo de ter parado?
- 16-Você percebe hoje alguma dificuldade para a comunidade plantar, colher e vender sua produção?
- 17-Vocês usavam ou usam os serviços de atravessadores?
- 18-Qual o preço colocado pelos atravessadores nos seus produtos?
- 19-Serviços disponíveis na comunidade (luz, água, esgoto, transporte público, educação, saúde, etc.):
- 20-Há atividades que te trazem a necessidade de ir ao centro de Campos?  
Quais?

- 2º eixo

- 1- Gosta de morar aqui? Por quê?
- 2- Já aconteceu algum tipo de situação que ameaçasse ou atrapalhasse a você, ou aos outros moradores da comunidade, em permanecerem morando aqui?
- 3- Alguma dessas situações envolveu donos das propriedades vizinhas?
- 4- Você já teve algum problema com donos de propriedades vizinhas por outros motivos? Quais?

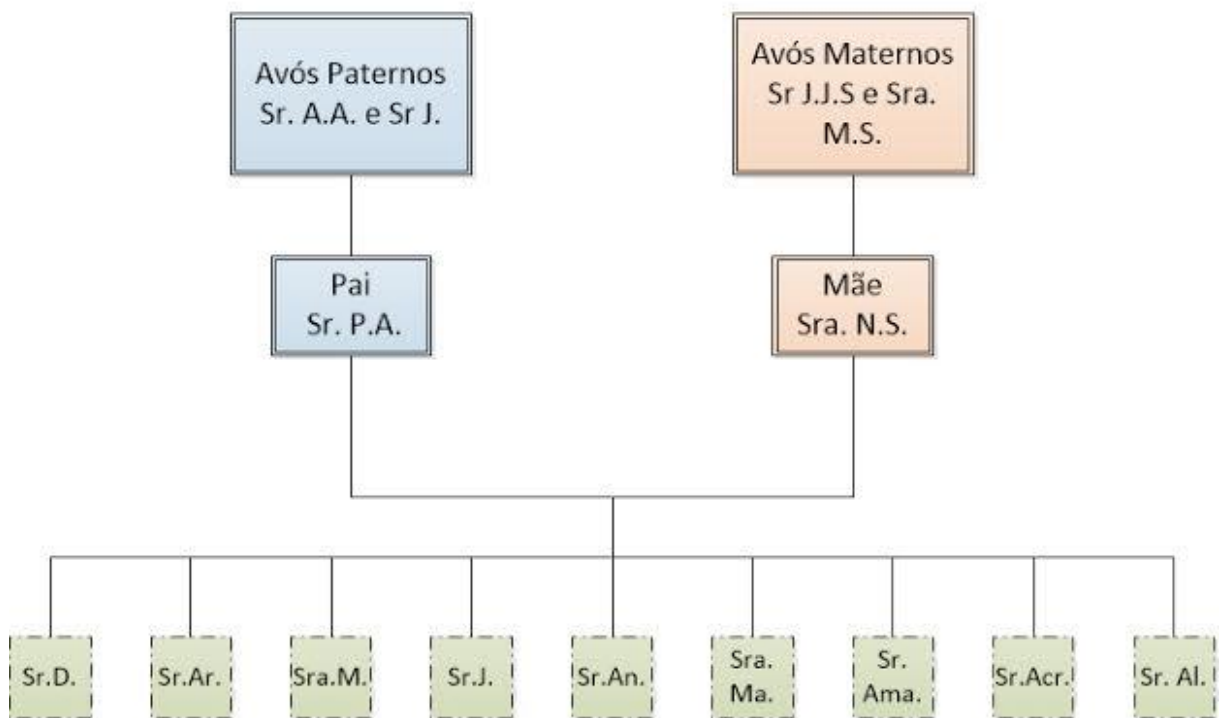
- 5- Com relação às cancelas que existiam na estrada que é caminho da comunidade, por quanto tempo elas permaneceram no caminho?
- 6- Elas sempre estiveram trancadas?
- 7- A existência das cancelas modificava algo do seu dia a dia (passou a ter de fazer ou deixar de fazer alguma coisa por conta delas)?
- 8- E você ou alguém da comunidade tentou fazer alguma coisa para mudar essa situação?
- 9- Há ainda algum problema ou conflito envolvendo a comunidade e o proprietário rural após o fim das cancelas?
- 10-Você considera positiva a substituição das cancelas por mata burros? Por quê?
- 11-Que tipos de problema você diria que a comunidade está atravessando hoje?
- 12-Como você faz pra contornar estes problemas?

### 3º eixo

- 1- Como se formou a comunidade, quem foi o primeiro a morar aqui?
- 2- Por que o nome da comunidade é Carumbi?
- 3- Quantas famílias moram aqui?
- 4- Você conhece o trabalho que a SMIR faz aqui na comunidade?
- 5- Você sabe o que são comunidades quilombolas? Se sim, como tomou conhecimento?
- 6- Caso sim, você se considera um quilombola?
- 7- Sabia que as comunidades aqui próximas (Aleluia, Batatal, Cambucá) são comunidades reconhecidas como quilombolas?
- 8- Sabia que comunidades quilombolas possuem direito a posse da terra em que vivem, mesmo que as terras não tenham sido compradas pelas comunidades?
- 9- Você tem a propriedade da terra em que vive? Se não, gostaria de ter? Sabe como fazer pra isso acontecer?
- 10-Você teria interesse em possuir a propriedade das suas terras na condição de quilombolas? Sabe como fazer para isso acontecer?

## APÊNDICE D

### Árvore genealógica de Patriarcas de Carumbi



## ANEXOS

**ANEXO I – matéria publicada no site da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.**

*NOTÍCIA NO DETALHE*

*Por causa das chuvas Natal em Carobinho só aconteceu agora*



Aconteceu na tarde desta sexta-feira (17) a festa de Natal da comunidade de Carobinho. Participaram do evento cerca de 70 pessoas todos descendentes de escravos que residem na região serrana do município. A Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima por meio da Superintendência de Igualdade Racial desenvolve atividades de assistência a população negra e quilombola. Foram distribuídas cestas básicas, pipoca, lanche, hambúrguer, salgadinhos e sorteadas duas bicicletas, e toda a garotada recebeu presentes do Papai Noel.

As chuvas impossibilitaram a realização da festa, no período natalino, pois o local é de difícil acesso, localizado em mata fechada. Desde o início do governo da Prefeita Rosinha Garotinho estamos levando as políticas públicas para a região do Imbé, tendo em vista que a renda deles é baseada na agricultura familiar – disse a assistente social, Elienay Donna. A chegada do “Bom Velhinho foi muito esperada, o

pequeno, Isaque de 5 anos assim que a equipe chegou, indagou: "O Papai Noel não vai vir, não quero presente, quero ver ele".

Dona Alessandra Souza, mãe da pequena Eduarda, ganhadora da bicicleta emocionada disse: "Nunca imaginei que minha filha pudesse ter uma bicicleta, estou muito feliz". Natalina Alves, líder comunitária ressaltou a importância das políticas públicas para o local. "Estamos muito felizes com essa festa. Todos os anos, a Superintendência traz uma novidade pra gente. Obrigada por vocês não esquecerem da gente", destacou a moradora.

Com característica quilombola, a comunidade Carobinho foi descoberta há quatro anos após um levantamento realizado pela Superintendência de Igualdade Racial e a Pastoral da Terra. O nome Carobinho vem de uma planta medicinal, atualmente, pouco encontrada no local. A comunidade do Carobinho ainda está em processo de reconhecimento. A região do Imbé, localizada no Parque do Desengano, abriga o maior número de comunidades quilombolas do Brasil. Mais de 4 mil pessoas vivem na região. Conceição do Imbé, Aleluia, Cambucá e Batatal são reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares.

Por: Ruan Barros - Foto: Divulgação - 18/01/2014 13:44:43"

**Link:** [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=23043](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=23043)



## **ANEXO II – matéria publicada no site Ronaldo e Rossana Lidório**

### **Quilombolas do Brasil**

“A Consulta Quilombolas do Brasil visou desenvolver maior compreensão sobre este segmento e fomentar um movimento de cooperação entre as agências, igrejas, missionários e outros envolvidos na evangelização destas comunidades. Foi coordenada por Ronaldo Lidório com o apoio logístico da Juvep e participação de 55 pessoas representando 37 diferentes igrejas e organizações missionárias. Um dos principais resultados foi a criação da **Aliança Evangélica Pró-Quilombolas do Brasil** que tem como função o desenvolvimento da rede de relações e cooperação em prol dos quilombolas em nosso país.

### **Apresentação dos dados e desafio**

Quilombolas são afro descendentes que se organizam em comunidades próprias e mantêm sua identidade. Há um número ainda não dimensionado de comunidades quilombolas no Brasil. O Ministério do Desenvolvimento Social identificou a existência de 3.524 comunidades quilombolas em 2010. Estima, porém, que o número final possa chegar a 5.000 comunidades.

O PBQ (Programa Brasil Quilombola) emitiu relatório em 2009 estimando mais de 3.000 comunidades. Segundo o IBGE 2010 há 477 comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas como comunidades tradicionais. Reconhece, porém, que a quantidade de comunidades quilombolas é bem superior: 1945 no Nordeste, 156 no Centro-Oeste, 277 no Sul, 383 no Sudeste e 473 no Norte. O dimensionamento do trabalho evangélico entre quilombolas é ainda incipiente e localizado. A Consulta Quilombolas do Brasil coletou diversos dados referentes às ações evangélicas neste segmento. Estima-se, porém, ainda mais de 2.000 comunidades quilombolas sem presença de uma igreja evangélica.

### **Aliança Evangélica Pró-Quilombolas do Brasil**

Foi formada uma aliança entre indivíduos e instituições presentes que se comprometem a orar e trabalhar para que os quilombolas do Brasil conheçam integralmente o evangelho de Jesus Cristo e se comprometam com o Senhor em comunidades cristãs. Objetivos:

1. Fomentar pesquisas entre os quilombolas do Brasil.
2. Ampliar a mobilização da Igreja Brasileira em prol dos quilombolas.
3. Colaborar com o treinamento missionário neste objetivo.
4. Promover a relação e comunhão entre agências, pessoas e igrejas que atuam neste segmento.

### *Natureza da Aliança*

A Aliança Evangélica Pró-Quilombolas do Brasil é interdenominacional e interagências. Não substitui ou orienta os trabalhos realizados pelas agências missionárias ou igrejas locais, mas colabora em áreas em que o trabalho conjunto é possível e necessário, como pesquisa, mobilização e treinamento. Segue seus objetivos mantendo-se aberta a novos participantes que poderão ser acrescentados a cada encontro. Prima pela comunhão, oração e ações que possam colaborar de maneira efetiva para que os quilombolas do Brasil conheçam a Cristo.

### *Responsabilidades na Aliança*

Sérgio Ribeiro foi indicado como representante da Aliança e contará com o auxílio de Allison Medeiros nas atividades junto ao grupo. Daísa Alves foi indicada como responsável pela coordenação das informações e comunicação da Aliança. Paulo Feniman e Ronaldo Lidório servirão como consultores da Aliança.

### **Planejamentos:**

- a. A Aliança produzirá uma Carta aberta à Igreja brasileira convocando a mesma para o desafio quilombola.
  - b. Produzirá também uma chamada com “10 motivos de oração pelos quilombolas do Brasil” a ser partilhada de maneira ampla.
  - c. Os membros da Aliança participarão do 2º Congresso Nordestino de Missões e CBM com a intenção de apresentar informações e o desafio deste segmento.
  - d. A Aliança promoverá um dia de oração anual pelos quilombolas do Brasil, podendo ser o dia da consciência negra ou abolição da escravatura.
1. *Produção de material.* Será produzido um material informativo/estratégico (panfletos, cartilhas, mapas, relatórios e/ou material visual) com clara indicação do desafio quilombola. Será construído um *site* que contribuirá para a mobilização da igreja e informações aos envolvidos na Aliança, respeitando a sensibilidade sociopolítica do assunto.
  2. *Treinamento.* A Aliança promoverá um treinamento complementar para

missionários de campo e outros, com foco em grupos minoritários, dentre eles os quilombolas.

3. *Encontros*. A Aliança se reunirá uma vez por ano.”

*Link:* [http://www.ronaldo.lidorio.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=168](http://www.ronaldo.lidorio.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=168)

**ANEXO III – matéria publicada no site da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes**

***NOTÍCIA NO DETALHE***

***Cine Zumbi vai à comunidade quilombola de Carobinho dia 3***



O cinema vai à comunidade quilombola de Carobinho, na região serrana do Imbé, na próxima terça-feira (3), às 19h. A informação é do presidente da Superintendência de Igualdade Racial da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, Jorge Luís dos Santos.

O Cine Zumbi leva arte e cultura às comunidades carentes em forma de entretenimento e diversão. “A maior parte dos moradores desta comunidade nunca foi ao cinema”, destaca. Através da arte do cinema, proporcionamos aos moradores carentes, principalmente das comunidades distantes, a oportunidade de ampliar conhecimentos e conhecer a sua própria história. É muito gratificante observarmos as reações de pessoas de diversas idades após as apresentações. A maior parte delas inicia numa sessão de cinema, um processo de transformação – ressalta o superintendente de Igualdade Racial.

Por: Jualmir Delfino - Foto: Divulgação - 29/01/2015 10:33:15”

Link: [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=29633](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=29633)

## **ANEXO IV – matéria publicada no site da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes**

### *NOTÍCIA NO DETALHE*

## *Comunidade quilombola de Carobinho ganha festa de Natal*



Já é Natal na comunidade quilombola de Carobinho, localizada a quase 70 quilômetros do Centro de Campos, na região do Imbé. Nesta sexta-feira (14), a Fundação Municipal Zumbi dos Palmares e a Secretaria Municipal da Família e Assistência Social festejaram a data distribuindo brinquedos e sacolões as 15 famílias do local. A celebração teve direito a Papai Noel, salgadinhos e refrigerante. Uma equipe do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) realizou um trabalho de prevenção ao mosquito *aedes aegypti*, transmissor da dengue, orientando os moradores da comunidade.

Seu Almir da Silva Fonseca tem 50 anos e atua como um líder da comunidade, onde reside cerca de 80 pessoas, todas da mesma família e descendentes de escravos. Ele conta que seu avô, Antônio Alonso, morreu com 135 anos e a avó, dona Jorgiana, aos 134. "Acho que a vida pacata que levamos por aqui acaba favorecendo", disse. Entre a garotada, alguns nunca haviam tido contato com o bom velhinho. A primeira vez foi inesquecível, por exemplo, para a pequena Lídia Fonseca da Silva, de apenas três anos, que parecia meio assustada. "Só tinha visto na televisão. Ele é muito bonito e divertido", observou a menina.

A festa natalina também empolgou dona Alzira Silva Fonseca. Aos 66 anos, ela é a mais idosa na comunidade. “Todos nós gostamos de receber visitas assim, principalmente às crianças. Estamos muito felizes”, disse ela que mesmo com as dificuldades do lugar não troca por nenhum outro. “Gosto daqui. Já fui a Campos, mas não troco aqui por lá. Nasci e cresci aqui mesmo”, diz ela, que conta não ser muito chegada a ver a única televisão do lugar.

Com característica quilombola, a comunidade Carobinho foi descoberta há três anos após um levantamento realizado pela Fundação Zumbi dos Palmares. O nome Carobinho vem de uma planta medicinal, atualmente, pouco encontrada na região do Imbé. O objetivo era reunir informações e documentos que permitissem que o órgão, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), solicitasse o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo. Além de ir ao local, a equipe da Fundação Zumbi ouviu moradores.

Por: Marcio Fernandes - Foto: Secom - 14/12/2012 20:08:00”

*Link: [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=16215](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=16215)*

## **ANEXO V – Matéria publicada no site da prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes**

### **NOTÍCIA NO DETALHE**

## *Abertura de estrada vai beneficiar comunidade quilombola*



Após um acordo formalizado junto ao Ministério Público, que garantiu a retirada de uma cancela que vinha prejudicando a circulação de 17 famílias que formam a comunidade quilombola, na localidade de Carobinha, no Imbé, a Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Infraestrutura iniciou o trabalho de abertura da estrada que vai possibilitar que mais de 130 pessoas possam se utilizar dela ainda este ano. A estrada que liga Carobinha à saída de Mocotó do Imbé vinha sendo uma área de litígio entre os moradores e os proprietários da Fazenda Grandeza. Após a intervenção da Superintendência de Igualdade Racial, um acordo foi assinado, possibilitando a realização da obra.

Vão ser 20 km de limpeza e terraplanagem em alguns pontos críticos do percurso. Além da retirada da porteira, que impedia a circulação dos moradores, será feita a criação de um mata-burro e a recuperação das pontes, ao longo da estrada. “O trabalho vai ser feito por 15 operários, que vão utilizar duas retroescavadeiras, uma patrol, cinco caminhões e um rolo, com previsão de 30 dias de trabalho, se não houver chuva que possa interromper”, afirmou o engenheiro Rodrigo Gomes. Para o casal Antenor da Fonseca e Celma Fonseca, casados há 35 anos e ele morador do local desde que nasceu, a medida vai facilitar o trabalho dos agricultores locais, que vão ter a garantia do escoamento da safra. “Nos últimos

anos nós perdemos toda a produção de banana e laranja. Chegamos a perder 14 mil laranjas em uma única safra. Meu trabalho é na agricultura e como não temos como vender a produção, muitos moradores vem deixando o local por falta de trabalho.”, afirmou Antenor, que tem dois filhos, que deixaram a comunidade para trabalhar em Campos e Quissamã. “Se nada fosse feito, muitos outros deixariam o local em busca de emprego”, afirmou. Segundo o diretor administrativo da Superintendência de Igualdade Racial, Luiz Fernando Olimpio, que vem dando o apoio necessário aos moradores, a secretaria de Agricultura deverá dar o apoio para que os pequenos produtores possam prosperar. “O secretário Eduardo Crespo já visitou o local e deverá enviar uma equipe para auxiliar esses agricultores e com isso garantir o aumento da produção”, confirmou.

Por: Eduardo Ribeiro - Foto: Roberto Joia - 03/09/2014 11:51:20”

*Link:* [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=27381](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27381)